



# DIÁRIO

## República Federativa do Brasil

# DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XLVI - Nº 65

QUARTA-FEIRA, 22 DE MAIO DE 1991

BRASÍLIA - DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 64ª SESSÃO, EM 21 DE MAIO DE 1991

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Mensagem do Presidente da República

— Nº 127/91 (nº 225/91, na origem), de agradecimento de comunicação.

1.2.2 — Aviso da Ministra da Ação Social — Nº 128/91, encaminhando informações prestadas pelo Ministério da Ação Social, sobre quesitos constantes do Requerimento nº 506/90, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

##### 1.2.3 — Aviso do Ministro da Infra-Estrutura

— Nº 188/91, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério da Infra-Estrutura, sobre quesitos constantes do Requerimento nº 13/91, de autoria do Senador Amazonino Mendes.

##### 1.2.4 — Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

— Nº 111, de 1991, restituindo autógrafo de projeto de lei sancionado.

##### 1.2.5 — Leitura de Projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 146/91, de autoria do Senador Ronaldo Aragão, que dispõe sobre normas aplicáveis aos consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens móveis duráveis ou bens imóveis.

— Projeto de Lei do Senado nº 147/91, de autoria do Senador Ronaldo Aragão, que altera a Lei nº 8.000, de 13 de março de 1990.

— Projeto de Lei do Senado nº 148/91, de autoria do Senador Ronaldo Aragão, que dispõe sobre normas aplicáveis à merenda escolar.

— Projeto de Lei do Senado nº 149/91, de autoria do Senador Ronaldo Aragão, que fixa prazo para entrega dos recursos do Pin e Proterra aos fins a que se destinam.

— Projeto de Lei do Senado nº 150/91, de autoria do Senador Francisco Rollemberg, que altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos nos termos do art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal.

— Projeto de Lei do Senado nº 151/91, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que concede à mãe adotiva os direitos de proteção à maternidade.

— Projeto de Lei do Senado nº 152/91, de autoria do Senador Maurício Corrêa, que define os crimes de uso indevido de computador e dá outras providências.

##### 1.2.6 — Requerimentos

— Nº 204/91, de autoria do Senador Marco Maciel e outros, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 21 de agosto do corrente ano seja dedicado a homenagear o ex-Senador Marcos Freire.

— Nº 205/91, de autoria do Senador Odacir Soares, solicitando autorização para desempenhar missão no exterior, no período de 5 a 26 de junho do corrente.

— Nº 206/91, de autoria do Senador José Paulo Bisol, solicitando trinta dias de

afastamento, para tratamento de saúde. Aprovado.

##### 1.2.7 — Comunicações da Presidência

— SENADOR COUTINHO JORGÊ — Importância da Comissão Permanente, criada recentemente pelo Congresso Nacional, com atribuição de analisar o Orçamento da União e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

SENADOR MARCO MACIEL, como Líder — Prorrogação do prazo para apresentação da declaração do Imposto de Renda, para 10 de junho próximo. Utilização dos cruzados novos retidos no pagamento do Imposto de Renda devido, por pessoas físicas.

##### 1.2.9 — Parecer

Referente à seguinte matéria:

— Emendas de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991 — Complementar, que dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências.

##### 1.2.10 — Comunicações da Presidência

— Adoção de providências, necessárias para os fins do disposto no § 7º do art. 66 da Constituição Federal, destinada, à promulgação do Projeto de Lei nº 82, de 1990, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários e dá outras providências.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

**EXPEDIENTE****CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PORTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor Executivo

**CARLOS HOMERO VIEIRA NINA**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS DE BASTOS**

Diretor Industrial

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

**1.2.11 — Requerimento**

— Nº 207/91, de autoria do Senador Humberto Lucena e outros, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 13/91-Complementar. **Votado em virtude da falta de quorum para votação.**

**1.3 — ORDEM DO DIA**

Requerimento nº 181, de 1991, de autoria do Senador Wilson Martins, solicitando, nos termos regimentais, tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nºs 45 e 52, de 1991, de autoria dos Senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, que regulamentam o inciso XX do art. 7º da Constituição Federal. **Votado em virtude da falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros Senhores Senadores, que altera a modalidade de votação estabelecida no § 4º do art. 66 da Constituição Federal. **Em fase de discussão (2ª sessão).**

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1991, de autoria do Senador Affonso Camargo e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso III, § 2º, do art. 155 da Constituição. **Em fase de discussão (2ª sessão).**

Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 1991, que altera a redação do inciso I do art. 37 da Constituição Federal. **Votado em virtude da falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1991, que altera a redação do art. 28, item II, do art. 29 e § 2º, do art. 32 da Constituição Federal.

**Votação adiada do prosseguimento da tramitação da matéria, em virtude da falta de quorum.**

Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1991, que dá nova redação à letra "b" do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal. **Votado em virtude da falta de quorum.**

**1.3.1 — Matérias apreciadas após a Ordem do Dia.**

— Requerimento nº 205/91, lido no Expediente da presente sessão. **Votado em virtude da falta de quorum, após parecer da comissão competente.**

— Requerimento nº 204/91, lido no Expediente da presente sessão. **Votado em virtude da falta de quorum.**

**1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia**

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Defesa da aplicação em investimentos sociais, na região produtora de petróleo dos recursos gastos em propaganda pela Petrobrás.

**SENADOR EDUARDO SUPLEY** — Falecimento do jornalista Tarso de Castro.

**SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO** — Discriminação no projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, que dispõe sobre as regras de reajustes e vencimentos, soldos, proventos e pensões e demais retribuições dos servidores públicos civis e militares e dá outras providências.

**SENADOR DARCY RIBEIRO** — Manifestação de pesar pelo falecimento do jornalista Tarso de Castro.

**SENADOR PEDRO SIMON** — Homagem a Tarso de Castro, falecido recentemente.

**SENADOR ALMIR GABRIEL** — Considerações sobre a expansão das fronteiras amazônicas, enfatizando a necessidade do equilíbrio ecológico com justiça social.

**SENADOR CARLOS PATROCÍNIO** — Desigualdades regionais e apoio aos funcionários da Sudam, em luta pela sua equiparação aos servidores da Sudene.

**SENADOR CID SABOIA DE CARVALHO** — Situação financeira deficitária da CEF.

**SENADOR JUTAHY MAGALHÃES** — Competitividade industrial.

**SENADOR CARLOS DE CARLI** — Penalização da Amazônia, se concretizada a unificação do preço dos combustíveis pretendida pelo Governo.

**SENADOR NELSON CARNEIRO** — Manifestação contrária à desativação do porto de Angra dos Reis.

**SENADOR NELSON WEDEKIN** — Solidariedade ao movimento grevista dos trabalhadores do País.

**1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.****1.4 — ENCERRAMENTO****2 — ATOS DO PRESIDENTE**

— Nºs 483 a 495, de 1991

**3 — SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE COMPRAS, CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES — Comissão Permanente de Licitação**

— Portaria nº 1, de 1991

**4 — MESA DIRETORA****5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

# Ata da 64ª Sessão, em 21 de maio de 1991

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mauro Benevides, Rachid Saldanha Derzi e Lucídio Portella*

### ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Alexandre Costa — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amir Lando — Antonio Mariz — Beni Veras — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Darcy Ribeiro — Dario Pereira — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Paulo Bisol — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Valmir Campelo — Wilson Martins

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

### MENSAGEM

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

#### De agradecimento de comunicação:

Nº 127/91 (nº 225/91, na origem), de 17 do corrente, referente à promulgação da Resolução nº 12, de 1991.

### AVISOS

#### DA MINISTRA DA AÇÃO SOCIAL

Nº 128/91 de 25 de março último, encaminhando informações prestadas pelo Ministério da Ação Social sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 506, de 1990, de autoria do Senador Jutahy Magalhães.

*(Encaminhe-se cópia do requerente.)*

### DO MINISTRO DA INFRA-ESTRUTURA

Nº 188/91 de 16 do corrente, encaminhando esclarecimentos prestados pelo Ministério da Infra-Estrutura sobre quesitos constantes do Requerimento nº 13, de 1991, de autoria do Senador Amazonino Mendes.

*(Encaminhe-se cópia do requerente.)*

### OFÍCIO

#### DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Encaminhando autógrafo de projeto de lei sancionado:**

Nº 111/91, de 20 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 1990 (nº 3.145/89, naquela Casa), de iniciativa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que dispõe sobre a organização judiciária do Distrito Federal e dos Territórios. (Projeto que se transformou na Lei nº 8.185, de 14 de maio de 1991.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 1991

**Dispõe sobre normas aplicáveis aos consórcios ou fundos mútuos para aquisição de bens imóveis duráveis ou bens móveis.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O prazo para a entrega do bem é de até trinta dias, a contar da data do sorteio ou do lance vencedor.

§ 1º O atraso por parte da empresa administradora do consórcio, importará em pagamento de multa e juros de mora, nos mesmos percentuais previstos no caso de inadimplência do consorciado.

§ 2º O consorciado não estará obrigado a pagar a diferença, caso ocorra aumento do preço do bem após a assembleia em que foi contemplado.

Art. 2º As despesas de administração cobradas pelas administradoras de consórcios não poderão ser superiores a 2% (dois por cento) do valor do bem.

Art. 3º A administradora do consórcio se obriga a entregar no prazo previsto, o bem objeto do contrato, ficando a critério do con-

sorciado a posterior aquisição de acessórios, ficando vedado às administradoras cobrarem preço superior ao tabelado pelo Governo.

Art. 4º Fica proibida a cobrança de qualquer parcela mensal para constituição de fundo de reserva destinado a cobrir eventual insuficiência da receita por impontualidade no pagamento.

Art. 5º No caso de consórcio para aquisição de bens móveis, as despesas de frete não poderão ultrapassar o percentual de 0,5% (meio por cento) do valor do bem, podendo ser cobrado dos consorciados as despesas com o registro de contratos e instrumentos de garantias.

art. 6º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Tem havido muitos abusos, por parte dos consórcios, ficando os consorciados a mercê das arbitrariedades e caprichos das administradoras, amparadas por uma legislação inadequada e extremamente favorável aos consórcios.

As administradoras, amparadas nessa legislação, cobram taxas exorbitantes, não cumprem os prazos e praticamente obrigam os consorciados a adquirirem acessórios que oneram grandemente o bem adquirido, sem que os consorciados possam se defender dessas arbitrariedades. Chegam ao cúmulo de cobrarem valores exorbitantes, a título de frete, quando o bem deveria ser entregue ao consorciado no seu domicílio, sem qualquer despesa adicional.

Impõem-se uma regulamentação mais justa para os consórcios, procurando equilibrar os direitos e os deveres dos administradores e dos consorciados.

Este projeto de lei, pelo seu senso de justiça, deve merecer o apoio dos Congressistas, corrigindo as distorções que têm inviabilizado os consórcios, trazendo em seu bojo aumento sensível do índice de inadimplência.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1991. — Senador Ronaldo Aragão, PMDB-RO.

*(À Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.)*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 1991

**Altera a Lei nº 8.000, de 13 de março de 1990.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescentado ao art. 4º da Lei nº 8.000, de 13 de março de 1990, o seguinte inciso:

"Art. 4º —————

I —————

II —————

III — Se destinarem ao cultivo agrícola (tratores), quando a propriedade não ultrapassar cem hectares."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

A extensão dos benefícios da isenção do IPI aos pequenos e médios agricultores impõe-se como uma medida de justiça e certamente estimulará o aumento da produção de alimentos, exatamente no momento em que trabalhamos com a expectativa de uma queda de 18% na safra agrícola.

Estou certo de que este projeto merecerá o apoio dos Senhores Congressistas e corrigirá uma omissão da Lei nº 8.000, garantindo aos agricultores o direito de adquirir condições mínimas para o desempenho de suas atividades.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1991. —  
Senador Ronaldo Aragão, PMDB — RO.

(À Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 1991

Dispõe sobre normas aplicáveis à merenda escolar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Deverão ser repassados aos estados pelo MEC, a dotação destinada à merenda escolar em cada unidade administrativa, tendo em vista atender as peculiaridades de cada estado-membro.

Art. 2º A dotação será transferida aos estados até o dia cinco de cada mês, através de depósito no Banco do Brasil na capital do estado, ficando sob a responsabilidade de cada estado a preparação do cardápio, adaptado às características regionais de cada unidade administrativa.

Art. 3º A liberação ficará sujeita à prestação de contas do estado junto ao MEC, com a apresentação dos comprovantes de despesa.

Art. 4º Não sendo aprovada a prestação de contas, o próprio MEC assumirá o controle da merenda escolar, até que sejam sanadas as irregularidades.

Art. 5º Caso seja comprovada a malversação dos recursos ou o desvio dos recursos para outros fins, o governador do estado responderá criminalmente na forma da lei.

Art. 6º O MEC regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias.

Art. 7º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O Brasil é um País continental, em que cada região tem as suas peculiaridades.

É inaceitável, portanto, que se queira impor um mesmo critério para a merenda escolar, sem atentar para as carências de cada região.

A descentralização do serviço de merenda escolar possibilitará o aproveitamento de produtos produzidos em cada estado e o barateamento desse serviço, com o não pagamento da embalagem e do transporte.

Exigir-se-á dos governadores do estado a responsabilidade direta pela aplicação dos recursos transferidos pelo MEC, evitando-se assim que esses recursos sejam desviados para outros fins.

Na regulamentação desta lei pelo MEC espera-se que novas medidas cautelares sejam tomadas para evitar a malversação dos recursos transferidos, punindo-se rigorosamente os infratores.

Este projeto de lei também visa à preservação das tradições e costumes regionais, respeitando-se a formação cultural de cada estado.

Por todas essas razões, espero apoio dos meus pares para que possamos aperfeiçoar a merenda escolar, tornando-a menos onerosa aos cofres públicos e mais eficaz para os seus beneficiários.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1991. —  
Senador Ronaldo Aragão, PMDB-RO.

(À Comissão de Assuntos Econômicos — decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, DE 1991

Fixa o prazo para a entrega dos recursos do Pin e Proterra aos fins a que se destinam.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os recursos das contribuições vinculadas ao Programa de Integração Nacional (Pin) e os Programas de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) serão colocados à disposição dos programas orçamentários correspondentes à medida em que forem sendo arrecadados.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Os recursos classificados no Orçamento Geral da União como contribuições econômicas destinados ao Pin e Proterra são receitas vinculadas e não podem ser usadas para outros fins como vem acontecendo atualmente, levando meses para chegar a sua destinação legal.

Segundo informações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República os recursos arrecadados pelo Banco do Brasil a título das citadas contribuições só são movimentados após o encerramento do trimestre. Ora, com a inflação que vivemos, há uma corrosão irreversível para os projetos do

Pin e Proterra e, conseqüentemente, para os estados que representamos.

O Estado de Rondônia, por exemplo, tem carência de recursos para a sua consolidação como Unidade da Federação para programas de saúde, segurança etc., e se vê prejudicado com a referida demora dos recursos até a sua destinação específica.

Do mesmo modo, o Decreto nº 91.237, de 8-5-85, determina que os recursos do Pin e do Proterra façam um estágio de 45 dias nos bancos de desenvolvimento regional, o Banco da Amazônia S.A. (Basa) e Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), quando então retornam ao Banco do Brasil para, só depois, serem repassados aos programas a que se destinam. É verdade que esse fato vem reforçar o caixa dessas entidades financeiras de caráter regional, beneficiando indiretamente as regiões Norte e Nordeste, mas em prejuízo dos projetos específicos programados com esses recursos.

Agora, com a criação dos fundos para programas de financiamento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, os bancos regionais serão beneficiados com um grande volume de recursos e não serão prejudicados com a medida que ora propomos.

Encareço aos meus ilustres pares o apoio à aprovação do projeto, que será de grande significado para as regiões beneficiadas com os recursos do Pin e Proterra.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1991. —  
Senador Ronaldo Aragão, PMDB — RO.

(À Comissão de Assuntos Econômicos — Decisão Terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 1991

Altera o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre crimes, hediondos nos termos do art. 5º, inciso XLIII da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Dê-se ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a seguinte redação:

"Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, *in fine*), extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, *caput* e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro (art. 213, *caput* e sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 sua combinação com o art. 223, *caput* e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285) e o homicídio qualificado (art. 121, § 2º), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), consumados."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Os crimes considerados hediondos estão a exigir resposta penal mais severa, conforme preceitua o art. 5º, XLII, da Constituição Federal vigente.

Propomos neste projeto de lei a inserção do homicídio qualificado (art. 121, § 2º do CP) entre os crimes classificados como hediondos pela Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Entendemos que todos os delitos praticados com as qualificadoras do art. 121, § 2º, do Código Penal, estão a merecer o mesmo tratamento que os demais a que a lei recém-editada se refere. Os índices de criminalidade violenta estão a exigir meios mais eficazes de repressão à sua prática. Urge que delitos da maior gravidade, como a chacina e a tortura, encontrem na legislação ordinária cominação de penas de maior poder intimidativo.

Em que pese ao louvável propósito da Lei nº 8.072/90 de punir com maior severidade os crimes hediondos, retiramos do art. 1º a expressão "tentados ou", que parecem atribuir à tentativa a mesma gravidade que se confere à consumação.

Eis as razões da presente proposta para a qual contamos com o apoio dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1991. — Senador Francisco Rollemberg.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.072,

DE 25 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º), in fine, extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, caput e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro (art. 213, caput e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e do genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 151, DE 1991

Concede à mãe adotiva os direitos de proteção à maternidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A mulher que adotar recém-nascido com até seis meses de idade, terá direito ao afastamento do trabalho por um período de noventa dias a partir da data da efetiva adoção, sem prejuízo da sua remuneração.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, a mãe adotante, se for empregada, deverá apresentar ao empregador a escritura pública de adoção devidamente averbada no Registro Civil de Pessoas Naturais.

Art. 2º Durante o período a que se refere o art. 1º, e em consonância com o art. 393 da Consolidação das leis do Trabalho, a mulher fará jus aos direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter a função que anteriormente ocupava, e o seu salário, quando viável, será calculado de acordo com a média dos seis últimos meses de trabalho.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

Esta proposição tem por finalidade assegurar à mulher que adota recém-nascido, justos direitos com que, até hoje, nenhuma legislação a contemplou. A mãe adotiva, semelhantemente à mãe biológica, tem também, sob sua responsabilidade, encargos materiais. Por isso, nada mais justo do que lhe proporcionar condições que lhe permitam se ater a esses desempenhos em toda sua plenitude, de modo a beneficiar o recém-nascido, que demanda dedicação, cuidados, atenções, enfim, um laborioso envolvimento do dar de si.

A Constituição Federal, como também a Consolidação das Leis do Trabalho, proporcionam à mãe biológica considerável proteção à maternidade, com vistas a lhe garantir condições que lhe possibilitem dispensar ao recém-nascido a necessária assistência. No entanto, a mãe adotiva, que também se envolve com os imprescindíveis cuidados à criança nos primeiros tempos posteriores ao seu nascimento, não dispõe daqueles privilégios que são concedidos à mãe biológica.

Ressalte-se, a bem da verdade, que, quer se trate da mãe biológica, quer se trate da mãe adotiva, o que se pretende, sobremodo, é garantir a efetiva proteção à vida do recém-nascido.

Por outro lado, há que se considerar também que, com essa medida, estaremos propiciando mais adoções por parte daquelas que, além da vocação maternal, dispõem de recursos para educar crianças muitas vezes abandonadas por suas mães biológicas.

Desse modo, estamos convencidos da sua acolhida e apoio por parte dos nossos pares, já que esta nossa proposição visa, tão-somente, conferir um justo direito à mulher que

se dispõe a abraçar, num gesto de sensibilidade humana, a digna missão de ser mãe adotiva.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1991. — Senador Jutahy Magalhães.

(A comissão de Assuntos Sociais — decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 1991

Define os crimes de uso indevido de computador e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constituem crimes de uso indevido de computador:

I — ter acesso não autorizado a dado ou programa em sistema de computação:

Pena — detenção de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de até 15 (quinze) dias-multa.

II — inserir, alterar ou suprimir dado ou programa em sistema de computação, com a intenção de:

a) impedir ou dificultar acesso a qualquer dado ou programa;

b) prejudicar o funcionamento de sistema de computação ou comprometer a confiabilidade de qualquer dado ou programa.

Pena — detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos ou multa de 35 (trinta e cinco) a 180 (cento e oitenta) dias-multa.

Art. 2º Quando os crimes previstos no artigo anterior forem praticados contra a administração pública, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista as penas cominadas serão aumentadas para:

I — detenção de 2 (dois) a 6 (seis) meses ou multa de 15 (quinze) a 45 (quarenta e cinco) dias-multa, nos casos de seu inciso I; e

II — detenção de 1 (um) ano e 6 (seis) meses a 3 (três) anos ou multa de 55 (cinquenta e cinco) a 270 (duzentos e setenta) dias-multa, nos casos de seu inciso II.

Art. 3º Se os crimes previstos nesta lei forem praticados com a intenção de cometer ou facilitar outros delitos, as penas aumentam-se em um terço.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Com o vertiginoso avanço verificado no setor de informática nas últimas décadas, cada vez mais difundidas têm sido as suas aplicações pelo uso de computadores.

Aqui no Brasil, inúmeros são os estabelecimentos de ensino que ministram cursos profissionalizantes no setor de informática, proporcionando a formação de uma quantidade cada vez maior de indivíduos habilitados a lidar com computadores.

Em decorrência desse desenvolvimento, nos vemos hoje numa sociedade cada vez mais informatizada, por isso mesmo vulnerável também a ação de criminosos que têm como principal aliada a própria tecnologia,

tornando árduo e penoso o trabalho de investigação policial até mesmo nas mais bem equipadas polícias do mundo.

Relativamente às formas de agir, procuramos, neste projeto, definir condutas delituosas até então não tipificadas no nosso Direito Penal, por isso mesmo protegidas, em muitos casos, pela impunidade devido à falta de legislação específica, dificultando ainda mais a repressão a esse tipo de crime.

Ao preencheremos essa lacuna do nosso ordenamento jurídico, fazemo-lo na dianteira dos principais países desenvolvidos do mundo, porquanto, ao que sabemos, apenas a Grã-Bretanha possui uma lei sobre crimes de computadores, assim mesmo bastante recente, de 20 de agosto de 1990.

Isto posto, esperamos contar com o imprescindível apoio dos ilustres colegas na aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1991. —  
Senador **Maurício Corrêa**.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 204, DE 1991

Nos termos do artigo 160 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 21 de agosto do corrente ano, seja dedicado a homenagear o ex-Senador Marcos Freire.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1991. —  
**Marco Maciel — Garibaldi Alves Filho — Odacir Soares — Dirceu Carneiro — José Fogaça — Ruy Bacelar — Mário Covas.**

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso I, letra b do Regimento Interno. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 205, DE 1991

Tendo sido designado a participar da Delegação do Brasil na 78ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, a realizar-se em Genebra, no período de 5 a 26 de junho de 1991, solicito me seja concedida autorização para desempenhar essa missão, nos termos dos arts. 55, III, da Constituição e 40, § 1º, "a" do Regimento Interno.

Esclareço que deverei estar ausente do País durante cerca de 21 dias.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1991. —  
Senador **Odacir Soares**.

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — O requerimento lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser apreciado após a Ordem do Dia, nos termos do § 3º, do art. 40, do Regimento Interno. (Pausa.)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 206, DE 1991

Porto Alegre, 12 de abril de 1991  
Senhor Presidente:

Por motivo de doença, viajarei de Brasília para Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no dia quatro do corrente. Venho agora à presença de Vossa Excelência, com o atestado médico, solicitar me sejam concedidos trinta dias de afastamento, a partir da data mencionada, tempo indispensável para a devida recuperação.

Com protestos de alta estima e consideração. — Senador **José Paulo Bisol**.

## TRANSCRIÇÃO



SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Assistência Médica e Social  
Subsecretaria de Administração do Pessoal

## CONCESSÃO DE LICENÇA

<p>IDENTIFICAÇÃO</p> <p>1 NOME DO SERVIDOR <u>San. José Paulo Bispo</u></p> <p>PRONTUÁRIO</p> <p>REGIME JURÍDICO</p> <p><input type="checkbox"/> ESTATUTÁRIO <input type="checkbox"/> CLT</p> <p>ÓRGÃO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SENADO FEDERAL <input type="checkbox"/> PRODASEN <input type="checkbox"/> CEGRAF</p>		<p>2 SEPIOT AUTENTICADOR</p> <p>3 N° DO PROTOCOLO</p>
<p>LICENÇA</p> <p>TIPO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> TRATAMENTO DE SAÚDE</p> <p><input type="checkbox"/> REPOUSO À GESTANTE</p> <p><input type="checkbox"/> ACIDENTE DE TRABALHO</p> <p><input type="checkbox"/> DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA</p> <p>GRAU DE PARENTESCO:</p>		<p>AFASTAMENTO</p> <p>A PARTIR DE <u>04/04/91</u></p> <p>N° DE DIAS <u>30 (trinta)</u></p>
<p>CID</p> <p><u>485.913</u></p> <p><u>461.911</u></p>		<p>MÉDICO/CARIMBO ASSINATURA</p> <p>BRÁSILIA <u>20/05/91</u></p> <p><u>Mesquita</u></p>
<p>JUNTA MÉDICA CARIMBOS/ASSINATURAS</p> <p>PRESIDENTE <u>Dr. Luiz Carlos P. Queiroz</u></p> <p>MEMBRO <u>Dr. Lygia Maria Joazeiro Gustin</u></p> <p>MEMBRO <u>Dr. João de Deus</u></p>		
<p>4 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</p> <p><input type="checkbox"/> Arts. 375, 376, parágrafo único, 377, 378, 380, 381 e 382 do Regulamento Administrativo.</p> <p><input type="checkbox"/> Arts. 541 do RA, 25, parágrafo único, da Lei nº 3.807, de 26-08-60, e 79, §§ 1º e 2º, do Dec. nº 83.080, de 24-01-79.</p> <p><input type="checkbox"/> Arts. 385, §§ 1º e 2º, e 541 do Regulamento Administrativo e 392, §§ 1º ao 4º, da CLT.</p> <p><input type="checkbox"/> Art. 3º, §§ 1º ao 4º do Regulamento Administrativo.</p>		
<p>5 Adicionado ao(s) período(s) anterior(es), perfaz um total de _____ dias.</p> <p>À consideração da Sra. Diretora da Subsecretaria de Administração de Pessoal.</p> <p>Em _____ / _____ / _____</p> <p>CHEFE DO SEPRO</p>		
<p>6 De acordo. Ao Sr. Diretor-Geral, na forma do art. 383, I, do Regulamento Administrativo.</p> <p>De acordo. Ao Sr. Diretor-Geral para submeter à consideração do Sr. Primeiro-Secretário, na forma do art. 383, II, do Regulamento Administrativo.</p> <p>Em _____ / _____ / _____</p> <p>DIRETORA DA SSAPES</p>		
<p>7 Deferir, na forma do art. 383, I, do Regulamento Administrativo.</p> <p>Encaminhar ao Sr. Primeiro-Secretário, na forma do art. 383, II, do Regulamento Administrativo.</p> <p>Em _____ / _____ / _____</p> <p>DIRETOR GERAL</p>		

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada. (Pausa.)

Na sessão de 7 do corrente, foi aprovado o Requerimento nº 146, de 1991, solicitando a criação de comissão temporária com o objetivo de estudar e analisar, bem como acompanhar as atividades da conferência das Nações

Unidas para o meio ambiente e desenvolvimento — ECO-92, a se realizar na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1992, tendo como primeiro signatário o Senador Humberto Lucena.

A presidência, nos termos do disposto no art. 78 do Regimento Interno, designa os seguintes senadores para comporem a comissão:

Titulares	Partido	Suplentes
Coutinho Jorge	PMDB	Garibaldi A. Filho
Nelson Carneiro	PMDB	Irapuan C. Júnior
Ronaldo Aragão	PMDB	Marcio Lacerda
Júlio Campos	PFL	Dario Pereira
Oziel Carneiro	PFL	Lourival Baptista
Fernando H. Cardoso	PSDB	Teotônio V. Filho
Valmir Campelo	PTB	Afonso Camargo
Darcy Ribeiro	PDT	Lavoisier Maia
Aureo Mello	PRN	Rachid S. Derzi

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência informa aos Srs. Senadores que há um pensamento dominante no âmbito do Congresso Nacional, no sentido de se constituir uma comissão que seria do próprio Congresso, e não comissões isoladas como as do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Entretanto, em razão de decisão já adotada por este Plenário, a Presidência submete esta sugestão ao exame das lideranças para, se for o caso, na composição de uma comissão mista do Congresso Nacional, serem adotadas as providências regimentalmente consideradas indispensáveis para a composição dessa comissão.

Sobre essa matéria, era a informação que eu desejava transmitir aos Srs. Senadores e, de forma particular, aos líderes, já que acabam de formalizar a respectiva indicação dos representantes de suas bancadas.

Aproveito a oportunidade, também, para comunicar aos Srs. Senadores que, às 19 horas de hoje, está convocado o Congresso Nacional para uma sessão de inquestionável importância, porque, naquele ensejo, será anunciada a composição da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Recorde-se que, na semana anterior, foi aprovado o projeto de resolução que estruturou esse novo e importante órgão do Congresso brasileiro. As lideranças partidárias, instadas pela Presidência, encaminharam à Secretaria-Geral da Mesa as indicações para a composição da Comissão Mista de Orçamento. São noventa deputados e trinta senadores que, nos termos da resolução aprovada, deverão ter os seus nomes anunciados, hoje, pela Presidência da Casa, tão logo se abram os trabalhos da sessão convocada para as 18h30min de hoje. Portanto, a Presidência encarece a presença dos Srs. Senadores, ainda mais porque, após a composição da Comissão Mista de Orçamento, dar-se-á a apreciação continuada dos vetos apostos pelo Senhor Presidente da República a projetos de lei e

projetos de conversão, que nos últimos meses foram apreciados no Congresso e sobre os quais incidiu o veto do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Portanto, na Ordem do Dia da sessão do Congresso Nacional está prevista a composição da Comissão Mista de Orçamento e, além disso, a apreciação de vetos presidenciais.

A Presidência se sentiria extremamente feliz, se o Senado garantisse pelo menos o comparecimento dos cinquenta senadores que já se encontram nesta Casa, para que desta forma tenhamos o quorum necessário ao exame dessas importantes proposições.

Passamos à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge.

**O SR. COUTINHO JORGE** (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a propósito de que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, acaba de referir-se sobre a constituição da Comissão Mista do Congresso Nacional que irá, a partir de sua instalação, discutir, redefinir e aprovar os instrumentos orçamentários do Governo Federal, quero aproveitar a oportunidade para lembrar aos Srs. Senadores que essa comissão foi aprovada na semana passada, em uma reunião no Congresso Nacional, mas quero lembrar também que a sua concepção, a sua estruturação foi produto de uma longa discussão entre as lideranças do Senado e as lideranças da Câmara. O objetivo dessa discussão foi encontrar uma saída, uma alternativa para uma resolução que atendesse à função tão relevante do Congresso Nacional de discutir instrumentos de planejamento tão basilares como o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual que, na verdade, são os instrumentos de um processo de tomada de decisão numa sociedade, que permitem, de forma ordenada, espelhar o que é prioritário numa sociedade e quais os meios que poderão viabilizar essas decisões. Mas quero me refe-

rir, de forma mais específica, à criação dessa comissão mista, que é uma comissão prevista na Constituição Federal. Em relação aos anos anteriores, essa comissão, inequivocamente, avançou e alguns pontos são importantes serem frisados aqui. Em primeiro lugar, a partir deste ano, vai ser uma comissão composta de noventa Srs. Deputados e trinta Srs. Senadores mas que, anualmente, serão submetidos a rodízio. E a grande questão, exatamente o encontro do Congresso Nacional de discutir a matéria, é saber que número ideal deveria compor essa comissão que vai tratar de assunto tão relevante para o Congresso e para o Brasil.

Por não haver um acordo das duas Casas e das lideranças, ficou definido em votação nominal que estes numerou, noventa para a Câmara e trinta para o Senado, seriam o ideal para a nossa atual realidade.

Quanto ao rodízio, justo e indispensável para que o parlamentar, anualmente, tenha oportunidade de participar da elaboração e discussão desses instrumentos orçamentários tão relevantes para o Brasil, então, havia uma proposta original de que o rodízio nas duas Casas fosse de um terço anualmente. Mas não houve acordo entre as lideranças e fomos mais uma vez ao plenário à discussão do voto, e a maioria decidiu que o rodízio deveria ser muito mais amplo, deveria ter mais participação anual dessa mudança dos membros da comissão, indicando, portanto, que o rodízio deveria ser de 50%. Uma inovação foi obrigar que, anualmente, 50% dos Srs. Senadores e 50% dos Srs. Deputados fossem renovados nessa comissão que vai tratar, portanto, do orçamento e, também, do aspecto de fiscalização.

Havia outra questão relevante, discutida entre as lideranças, sem o acordo necessário, que foi para o regime da votação em plenário: o número de emendas que cada parlamentar poderia apresentar na comissão. Havia um grupo que postulava trinta, vinte emendas; outros defendiam a liberdade quanto à apresentação de emendas, indicando que o parlamentar pode ter visão, criatividade para apresentar teoricamente inúmeras emendas ao Orçamento anual, para o Orçamento plurianual ou para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Prevaleceu este último aspecto. Dessa forma, o Plenário do Congresso Nacional, na última semana aprovou que o parlamentar possa apresentar um número ilimitado de emendas. Portanto, esses três pontos polêmicos foram resolvidos, equacionados pelo voto do Plenário. Quanto aos demais, quanto aos dispositivos que compõem essa resolução, representaram, em grande parte, o acordo entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados e entre suas respectivas lideranças.

Quero lembrar mais uma vez, que essa Comissão, em relação ao ano anterior, trouxe muitos avanços. Acredito que a resolução espelha uma nova estrutura que permite, entre outras coisas, a maior participação do Deputado, do Senador nessa Comissão tão impor-



tante do Congresso Nacional, sobretudo em função de que anualmente há um rodízio, há uma mudança, como disse há pouco, do número de parlamentares que constituem essa Comissão Orçamentária; também essa participação se dá dentro da Comissão, principalmente porque a resolução referida permite que possam ser criadas mais oito subcomissões temáticas, comissões que vão estudar, por exemplo, a área social, a área econômica, a área da infra-estrutura do País. Com isso é possível ordenar o trabalho da discussão, da análise das propostas que deverão contemplar o chamado orçamento anual de trabalho da União. Essas comissões, também, sendo temáticas, sendo setoriais, sendo quicá regionais ou espaciais, digamos assim, elas vão permitir que o parlamentar, que tenha mais ligação, mais afinidade com a área setorial ou regional, passe a fazer parte dessa Comissão. E, sobretudo, nessa Comissão também é exigido o rodízio dos seus membros. Portanto, não haverá repetição anual na participação dessas várias subcomissões temáticas. Mais um avanço democrático, mais um avanço de participação efetiva desta Casa nessa Comissão tão importante.

Outro aspecto relevante dessa Comissão — como anunciou o Senador Mauro Beneditos, que irá hoje definir a sua constituição em termos de membro do Congresso Nacional, Câmara e Senado — é que ela exige o rodízio perfeito entre as duas Casas, a Câmara e o Senado, nessa concepção maior. Assim, teremos a Comissão Diretora composta de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente. E haverá entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal o rodízio anual desses vários cargos.

E outro aspecto que ficou bastante claro, definido nessa resolução que criou a Comissão do Orçamento e Fiscalização do Congresso Nacional, é que haverá também, anualmente, o rodízio entre a Presidência da Comissão e a Relatoria da mesma Comissão, ou seja, o Presidente é do Senado, como será este ano, e a relatoria, quer da Lei de Diretrizes Orçamentárias, quer do Orçamento anual, seria da Câmara Federal, como será neste primeiro ano. Portanto, representa mais um rodízio claro entre as duas Casas que constituem o Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós acreditamos que essa Comissão, apesar das grandes discussões, emendas, críticas, sugestões, durante um mês, representa, inequivocamente, um grande avanço em relação ao que tínhamos. Poderíamos dizer, em síntese, que ela traz em seu bojo um instrumental que permite maior clareza na elaboração do Orçamento, dessa peça importante do processo de tomada de decisão nacional. Acredito que foi um grande avanço, e essa Comissão traz essa clareza na concepção da elaboração das propostas, por certo superando uma série de críticas que surgiram, sobretudo na implantação e elaboração da proposta do ano passado. Os senadores desta legislatura, os deputados deste mandato têm um grave compromisso de moralizar esta Comissão.

Esta Comissão é, no nosso entender, uma das comissões mais importantes do Congresso Nacional, porque a partir de sua instalação ela vai discutir de forma preliminar, logo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que pela previsão da nossa Constituição diz claramente que vai compreender as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente, e vai orientar também a elaboração da lei orçamentária anual.

A primeira grande tarefa dessa Comissão é discutir a chamada LDO, que vou comentar posteriormente.

Portanto, a lei que vai balizar, que vai definir os trilhos, que vai dar as preliminares para a concepção maior, que é exatamente o Orçamento anual, que nada mais é do que a arrumação das prioridades, dos grandes programas, dos grandes projetos e atividades, enquadrados naquilo que se chama funcional programática que, em última análise, é uma peça técnico-econômico-jurídica, mas que, por trás dela, traz o que se chama processo de tomada de decisão.

Então, essa Comissão irá, a partir da aprovação da LDO, discutir o grande Orçamento anual da União que, como disse, representa uma síntese de todas as propostas, de todas as prioridades definidas pelo Governo Federal e que deverão aqui ser discutidas, analisadas, modificadas, tudo de acordo com os interesses do nosso País. Portanto, é uma Comissão importante, relevante por aquilo que ela vai discutir e aprovar.

Também essa Comissão, neste exercício, terá a responsabilidade de discutir os chamados créditos adicionais, que são aquelas modificações anuais que sofrem os orçamentos da União, dos estados e dos municípios, quer através dos chamados créditos suplementares, quer através do crédito especial, ou seja, a mudança do orçamento, quer o seu conteúdo numérico, quer o seu conteúdo de mérito, portanto, os créditos adicionais. Nesse sentido, é um papel importante o da Comissão de Orçamento, porque durante o exercício o Presidente da República, o Poder Executivo pode solicitar créditos adicionais, desde que respeitados os limites previstos na lei que aprovou o Orçamento da União. Portanto, é mais uma atividade permanente que essa grande Comissão terá, este ano.

Além disso, essa Comissão, evidentemente, deverá ainda, proceder, segundo aquilo que está aprovado no Plano Plurianual de Investimentos, à revisão desse plano, que foi aprovado no ano passado, o que deverá resultar em modificações relevantes.

Será mais um papel, mais uma função, mais uma atribuição que essa Comissão de Orçamentos terá, que é, exatamente, discutir esse Plano tão importante que define as prioridades, a nível de médio prazo, da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, portanto, apesar das dificuldades das questões levantadas durante as últimas semanas, quero aqui enfatizar que a implantação dessa Comissão de Orçamento e Fiscalização traz a grande

novidade de ter sido estruturada de forma mais técnica, mais ajustada ao seu papel relevante, além de contar com um instrumento interno de controle, que permita que o processo de discussão, de avaliação e de modificação da proposta orçamentária seja conhecido de forma ampla e cristalina.

Essa comissão e a resolução que a criou não vão permitir que, a partir de agora, o orçamento anual, a comissão ou a subcomissão setorial, que trata de uma parte do Orçamento, tenham proprietários, tenham donos. Vamos acabar com essa tese equivocada, que levou a críticas sérias nos anos anteriores. Todos os parlamentares terão voz e votos através dessa comissão, anualmente modificada em 50% dos seus membros.

Acreditamos, portanto, que quem ganhou com isso foi o Congresso Nacional, que sai, com essa decisão, fortalecido. A sua Comissão de Orçamento, e sobretudo a estruturação do seu funcionamento, é uma coisa séria, porque este Congresso Nacional tem que levar, cada vez mais seriamente, as coisas importantes deste País; e de fundamental importância, inequivocamente, como são o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual.

Agora, deverão ser indicados, pelos vários partidos, os nomes dos parlamentares que deverão compor a Comissão de Orçamento e Fiscalização e, por certo, esta semana nós deveremos ter a instalação oficial dessa importante comissão, que será como primeira e grande tarefa, discutir a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias —, cujo projeto já recebemos.

Eu só queria adiantar que fiquei profundamente preocupado com a concepção desta LDO. No meu entender, ela deveria cumprir a Constituição Federal, que — creio — concebeu a LDO como um instrumento preparatório, balizador do grande Orçamento anual. Por isso, eu gostaria de lembrar, mais uma vez, o que dispõe a Constituição sobre a LDO:

“Art. 165.

§ 2º A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que temos aqui, chamado de LDO, nada mais é do que o somatório de intenções, repetições de regras orçamentárias, repetições de leis, como a Lei nº 4.320, mas que, lamentavelmente, não cumprem o disposto na Constituição, que diz, claramente, que a LDO vai compreender metas. É uma coisa concreta. Ela tem, sim, um somatório de diretrizes e intenções. Meta é uma coisa muito clara. Num processo orçamentário, num processo de planejamento, para dar um exemplo, se

eu afirmo que o meu objetivo é crescer a minha renda nacional, eu estou declinando uma intenção clara, que é o meu objetivo: crescer a minha renda; mas para transformar isso numa meta orçamentária de planejamento, eu tenho que dizer que pretendo crescer a minha renda nacional em x% num período y de tempo; ou seja, eu tenho que quantificar e definir o horizonte temporal daquele objetivo. Isto, sim, é uma meta. O Orçamento tem que ter metas. O Orçamento é anual. As grandes intenções, as grandes diretrizes globais, sem quantificação e sem definição de tempo, compõem em verdade o que se pode chamar de planos de longo prazo. Plano de longo prazo é um plano de intenção, mas uma LDO é um plano de curto prazo, plano operacional, anual, imediato, concreto. Tecnicamente, é um equívoco, um erro. Em termos constitucionais, há um desrespeito claro exatamente na chamada LDO que o Presidente Collor encaminhou para esta Casa.

Considero, pessoalmente, um desrespeito político e técnico a forma como foi concebida essa LDO. Lamentavelmente, há um equívoco na sua concepção. Ela não traz metas, não define prioridades, e o pior, que aqui está muito claro: não define as despesas de capital para o exercício subsequente. Exigência que a Constituição estabelece.

Eu diria que a LDO deveria ser uma preliminar, um pré-plano de curto prazo, um esboço de plano anual. Essa é a concepção clara. Ela não é nada disso. Lamentavelmente, ela representa o somatório de algumas intenções e diretrizes somente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se dependesse do meu entendimento pessoal, se eu pudesse opinar, tecnicamente, politicamente, eu diria: vamos devolver essa LDO e pedir que se cumpra a Constituição. Mas, lamentavelmente, talvez nós não possamos fazer isso.

É por isso que aqui estou, para enaltecer a criação da Comissão de Orçamento e Fiscalização, criada e aprovada na semana passada, e que vai ser anunciada hoje, pelo Presidente do Congresso Nacional, e que deverá ser instalada esta semana.

Assim, esta comissão terá um trabalho redobrado, uma grave, difícil e séria dificuldade em analisar, logo de saída, a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias — que representa tudo, menos o cumprimento da Carta Maior. E o seu papel deveria ser o de uma lei exatamente que definisse as grandes metas, as grandes prioridades, as grandes linhas em termos de investimentos. Isso para quê? Para que o Orçamento da União, portanto, que representa um instrumento operacional programático, venha a amarrar isso tudo, dentro da funcional programática, às prioridades globais, setoriais, regionais, definindo os programas, os subprogramas, os projetos, as atividades que são fundamentais na estruturação e viabilização do Orçamento anual.

Mas, sem a LDO que defina claramente essas decisões preliminares, o Orçamento-programa vai ser feito, como sempre foi, pela União, sem plano norteador prévio. Cada ministério faz suas propostas e as encaminha,

conduzindo o Orçamento a se transformar em peça de incoerência global.

Lamentavelmente, o Governo atual não tem uma forma coerente de tomar decisões através de planos anuais, orçamentos anuais, sem falar em planos plurianuais, simplesmente, toma-as de forma açodada, sem ter uma grande linha, uma grande estratégia, uma grande definição. Falta, portanto, um processo de planejamento dentro da esfera do Governo.

Certa vez, aqui, quando questionei o PRN — não o partido, mas o plano e o nosso Líder do PMDB fez uma discussão, naquela altura, eu dizia que o PRN ou o Plano de Reconstrução Nacional representava uma boa intenção — e não nego — uma intenção de diálogo. Mas, como plano, como instrumento operacional do processo de tomada de decisão, é caricato e equivocado. Realmente, é um amontoado de intenções, não há uma coerência interna. Mas, tudo bem. Pode-se aceitá-lo como uma proposta, uma visão de médio e longo prazo, sem coerência interna.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO —, que é um pré-plano de curto prazo, imediato, que tem que definir as grandes regras a serem cumpridas anualmente —, ser apresentada dessa forma como está, que nada mais é do que um somatório de intenções, repetições de leis, repetições de metodologias tradicionais do Orçamento. Recuso-me a aceitar isso, como está no § 2º, do art. 165, que diz: "A LDO compreenderá as metas" — metas, não esqueço, é objetivo quantificado e definido no tempo, aqui não tem nenhum — "prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente..."

Ora, se não tem nem as metas, quanto mais vai-se ter despesa de capital aqui.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE — Pois não, nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Estou ouvindo, com muita atenção, sua preocupação com o problema do planejamento. Mas vamos assinalar que também nós não nos preparamos adequadamente para o exame dessas matérias. Quando o Congresso cria uma Comissão de Orçamento com 120 membros é porque, na verdade, não quer proceder ao estudo sério e metódico do Orçamento e das leis a ele vinculadas.

O SR. COUTINHO JORGE — Senador, acolho a sua preocupação e lembro a V. Exª que participamos, como V. Exª, da discussão da concepção da comissão e, sobretudo, da forma como ela deveria funcionar. E V. Exª sabe que não houve nenhum acordo entre Senado e Câmara e nem entre as lideranças quanto ao número de participantes. Concordei com V. Exª que o melhor é uma comissão menor. Já que a maioria optou por uma comissão grande, por isso que no bojo da Reso-

lução nº 8, que trata desta Comissão de Orçamento, definiu a criação de subcomissões temáticas, subcomissões específicas setoriais e regionais, onde vai-se discutir em detalhes, em profundidade os aspectos mais detalhados do Orçamento. Penso que foi um avanço significativo e importante para o nosso Congresso Nacional. Concordei, mas com as subcomissões podemos, quiçá, superar essa dificuldade maior. Talvez, através das subcomissões, específicas podemos, exatamente, implantar uma discussão mais aprofundada no aspecto de que cada uma delas — como V. Exª sabe —, na Resolução nº 8, deverão ter rodízio, não só de relatores, para não haver repetição, para não haver, como falei há pouco, a concepção de que o Orçamento tem dono, o Orçamento tem grupo, o Orçamento tem líder.

Creio que é uma obrigação nossa, como senadores, deputados, lutar por uma comissão, apesar de grande, como V. Exª ressaltou, mas que tenha na forma de seu posicionamento as condições da clarividência nas decisões, nas discussões e na definição final.

É difícil, eu sei. Tive o privilégio de participar, durante oito anos, da elaboração de orçamentos no meu estado, como Secretário de Planejamento. Sei que é complicado, muito difícil e, sobretudo, em uma comissão tão ampla. Mas, dessa forma, dentro da nova concepção, dividindo-a em subcomissões temáticas e, sobretudo, permitindo rodízio da comissão maior, de 120 membros, 50% obrigatoriamente renováveis anualmente, uma decisão do Plenário do Congresso, penso que poderíamos, desse modo, encontrar o melhor caminho para essa comissão.

Acredito que eu vou ser — espero — membro desta Comissão, porque, hoje, o nosso Presidente vai anunciá-los. Se o meu partido me indicar, eu verei, realmente, participar dela com muito ardor e com muito interesse, como seu membro, porque a considero a mais importante comissão permanente do Congresso Nacional. Ela tem que ter, como disse há pouco, competência técnica, clareza em suas ações, e possa, realmente, com segurança, representar os interesses do Brasil na discussão dos instrumentos de tomada de decisão tão importante, como é a Lei de Diretrizes Orçamentárias, como é o Plano Plurianual de Trabalho e, sobretudo, como é o Orçamento Anual.

O Sr. Josaphat Marinho — Permite V. Exª um novo aparte?

O SR. COUTINHO JORGE — Pois não, meu caro Senador. Ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Josaphat Marinho — Nobre Senador, louvo a esperança de V. Exª de que a comissão venha a funcionar de modo razoável. Convenha, porém, em que, para examinar o Orçamento, que hoje não é apenas um instrumento de receita e despesa, mas um instrumento de definição do plano de Governo, uma comissão de 120 membros, e com a lição dos precedentes que temos nas duas Casas, não vai operar um trabalho sério e ordenado.

Comissões muito menores, aqui e na Câmara, dificilmente se reúnem com um **quórum** adequado. Imagine V. Exª, a Comissão de Orçamento com 120 membros, entre deputados e senadores. Como proceder ao estudo sistematizado, pormenorizado, metódico do orçamento complexo que aí está com semelhante comissão? Estamos dando mau exemplo ao Poder Executivo, perdendo em grande parte o poder de crítica.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Nobre Senador, concordo com a sua preocupação.

Estou muito preocupado porque nós participamos como representantes do PMDB, entre outros, da discussão da referida resolução que concedeu e estruturou a comissão. Preocupou-me com isso. Mas foi o Plenário do Congresso Nacional que defendeu esse número.

Acredito que através das subcomissões temáticas, através da forma operacional mais ágil, mais clara das subcomissões, nós teremos condições de elaborar um trabalho mais organizado tecnicamente e politicamente.

Creio que devemos aguardar para poderemos verificar os avanços que essa comissão tão importante trará para o Congresso Nacional.

Mas, para finalizar, quero insistir...

**O Sr. Humberto Lucena** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. COUTINHO JORGE** — Pois não, nobre Líder Humberto Lucena.

**O Sr. Humberto Lucena** — Desejo cumprimentar V. Exª pela sua presença na tribuna, versando um assunto de tanta importância para o Congresso Nacional e para o País. V. Exª fala sobre a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias que, de acordo com a nova Constituição, estabelece os parâmetros para a execução orçamentária no exercício seguinte. Devemos estar atentos para esse diploma legal, que vai começar a tramitar agora, a partir da Comissão de Orçamento, porque dele vai depender a política orçamentária a seguir em 1992.

Ninguém melhor do que V. Exª pela sua formação profissional, pela sua experiência na área de planejamento no seu estado — onde se houve muito bem como Secretário de Planejamento — para tecer essas considerações não só em seu nome, mas — posso assegurar a V. Exª — em nome de toda a Bancada do PMDB.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Acolho, nobre Líder, a preocupação de V. Exª. Estamos tentando trabalhar e desenvolver mais intensamente esse assunto tão relevante. Por isso mesmo, estamos fazendo uma crítica sobre a LDO, que é o primeiro instrumento do processo orçamentário encaminhado a esta Casa e que, lamentavelmente, não cumpre, no nosso entender, o disposto em nossa Constituição Federal. Lamentavelmente essa LDO não serve de diretriz, não serve de norma, não serve de plano preliminar para a arrumação — o Orçamento é uma arrumação dentro da funcional programática das deci-

sões globais, setoriais e regionais que uma nação toma para ser efetivada em um ano.

Parece-me que no ano passado tivemos um problema similar e, que, se não me engano, o Senador José Richa, no ano passado, como relator da matéria sobre a LDO, também encontrou as linhas mestras, a base fundamental que iria alicerçar exatamente o orçamento que viria depois. Sei que o senador fez o possível, mas, no meu entender, melhor seria devolver e pedir para cumprir a Constituição, porque uma LDO, na verdade, tem que ser um plano preliminar anual em que se definam metas, prioridades e despesas de capitais globais. Ela não cumpre nenhum dispositivo constitucional. Portanto, é difícil, e eu sei que foi difícil para o relator do ano passado tentar um substituto para emendar isso. Mas, lamentavelmente, vamos ter que fazer isso novamente, a comissão vai ter um trabalho árduo tentando emendar — isso aqui deveria ser inexível — mas que deve ser mudado totalmente. Será um trabalho árduo para a comissão.

**O Sr. José Fogaça** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. COUTINHO JORGE** — Concedo o aparte ao nobre Senador José Fogaça.

**O Sr. José Fogaça** — Nobre Senador Coutinho Jorge, estou atento ao pronunciamento de V. Exª e percebendo o quanto V. Exª toca com justeza, com precisão nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias. Veja V. Exª que no ano passado o relator era o Senador José Richa, a ausência de um consenso, a ausência de um entendimento, V. Exª no ano passado ainda não estava nesta Casa, estava em busca do mandato de senador, que lhe foi dado, com justiça, pelo povo do Pará. Mas no passado registramos aqui uma situação que acabou sendo muito crítica, diria quase que catastrófica, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias não foi votada no período devido, ou seja, antes do término da primeira fase da sessão legislativa, e, com isso, entramos o mês de julho adentro com sessões do Congresso Nacional.

Diz o § 2º do art. 57 da Constituição — “A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias”. Não podemos ir para o recesso, não haverá recesso se essa lei, chamada LDO, não for aprovada pelo Congresso Nacional. No ano passado essa demora fez com que entrássemos o mês de julho adentro e tivéssemos graves problemas, grandes dificuldades em relação a uma lei que vinha também nos termos em que V. Exª analisa e julga a atual LDO, a LDO para o próximo ano, V. Exª tem razão. A Lei de Diretrizes Orçamentárias, embora deva ser genérica, embora deva trazer as grandes linhas que vão servir como base para a formulação do orçamento, ele tem que ter um mínimo de clareza. Ela tem que dar a percepção do que o Governo pretende para o exercício de 1992, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias que compreendemos quais são as políticas globais do Governo para o exercício de 1992. E se a

LDO não é clara, se ela é confusa, se ela é pouco explícita nas metas e nas prioridades conforme a Constituição o exige nós vamos ter aqui um debate que vai acabar nos levando, quem sabe, novamente a entrar no período de recesso sem ser aprovado a LDO. E aí quero crer que nós vamos também comprometer a própria votação da Lei Orçamentária no 2º semestre a partir de outubro. V. Exª tem toda a razão e receba este aparte como um apoio e um reconhecimento à validade da intervenção que V. Exª faz nesta tarde.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Senador José Fogaça, concordo, plenamente, com V. Exª, e estou muito preocupado, porque o tempo é exíguo e nós temos que aprová-la até 30 de junho, nós temos que avançar pelo recesso.

Mas acredito que essa comissão vai ter que se envolver intensamente e tentar elaborar um substitutivo que amenize o equívoco da lei. Porque a minha franqueza a respeito disto é muito clara. Uma LDO deveria ser um plano anual de trabalho, o nome talvez não esteja muito bom, é um plano que o Governo pretende fazer no ano. Prioridades, metas, estratégias”. Definindo isto se faria um orçamento que é uma peça totalmente diferente. Ela, realmente, apresenta o quê? Tudo isto em uma chamada funcional programática que cumpre a Lei nº 4.320 do Orçamento. Então, ele passa a ser uma peça aparentemente complicada para o leigo, mas se se tivesse uma LDO ou um plano anual de trabalho claro, qualquer dúvida poderia ser sanada. Vai ser difícil, insisto. Pela forma como está apresentada, na minha opinião, pecando tecnicamente, porque não está de acordo com o que foi definido na Constituição, a LDO é pobre tecnicamente, omissa globalmente, ela repete normas, quando não deveria estar perdendo tempo com isso. Ela deveria ter amarrado, como diz aqui, metas, prioridades, despesas de capital, linhas mestras: o que o Governo pretende fazer, o que ele considera prioritário. Era muito mais fácil julgarmos, mas aqui não tem o que julgar.

Na minha opinião, se a comissão tiver cabeça e bom senso, vai discutir, vai ver o que é possível mudar e aprovar isso com certa brevidade. Não vejo muitas mudanças a fazer numa coisa que é praticamente “inexível”; a não ser que se queira mudar integralmente a LDO, substituí-la totalmente. Aí, tudo bem. Mudar a LDO integralmente é um problema, mas tentar fazer emendas a ela é perda de tempo.

**O Sr. José Fogaça** — V. Exª me permite?

**O SR. COUTINHO JORGE** — Pois não.

**O Sr. José Fogaça** — Na verdade, é pela LDO que vamos ver a inter-relação entre os diversos segmentos do Orçamento, porque ele não pode ser uma colcha de retalhos, não pode ser um conjunto de decisões, de alocações de recursos que não obedecem a um critério lógico, amplo e ordenado. Enquanto o Governo mostra essa ineficiência, essa incompetência — e é uma proposta difusa e

pouco explícita — também verificamos que, do lado do Congresso Nacional, por parte dos partidos políticos, não há uma proposta abrangente. Nenhum partido político — isto vale para todos nós — ainda se deu conta da enorme responsabilidade que é votar a LDO. A LDO é o momento da opção ideológica de um partido político em relação ao Governo. É o momento em que o partido confronta as suas grandes teses, as suas grandes linhas, o seu pensamento global sobre o Executivo, sobre o Governo, com aquilo que vem sendo proposto por quem está no poder. De nossa parte — e falo aqui de todo o Congresso Nacional, de todos os partidos políticos — ainda não criamos essa cultura orçamentária, essa cultura congressual, no sentido de que, se o Governo não é capaz de apresentar uma proposta abrangente, a nós também incumbe, a cada partido ou cada conjunto de partidos, ter uma visão que seja abrangente, que seja globalizante e que possa articular, de maneira correta e coerente, todas as alocações de recursos. O que acontece é que vamos cair lá na Lei Orçamentária com 120 membros na Comissão de Orçamento, cada um apresentando uma emenda para favorecer esse ou aquele setor, sem que isso obedeça a nenhum critério, sem que nenhum fio condutor possa interligar todas essas emendas, todas essas proposições dos Srs. Senadores e Deputados. Então, há também que se examinar este lado da questão: a importância de, quando tivermos assento na Comissão de Orçamento, termos essa visão global, conjunta, abrangente das questões e propostas que ali se encontram.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Nobre Senador José Fogaça, agradeço as colocações de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides. Fazendo soar a campainha.) — A Presidência pediria ao nobre Senador Coutinho Jorge que concluísse o seu oportuno pronunciamento da tarde de hoje.

**O SR. COUTINHO JORGE** — Sei que o meu tempo está terminado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, para concluir, eu diria que essa comissão terá uma responsabilidade muito grave. Teremos, portanto, de nos organizar.

Concordo com o que os Senadores Josaphat Marinho, José Fogaça e outros falaram: esta Casa tem que se organizar; os Srs. Congressistas têm que participar efetivamente dessa comissão, com um envolvimento maior possível, para que ela possa cumprir o seu papel relevante, que é o de discutir e propor alternativas importantes, através dos instrumentos orçamentários que interessam à Nação. Mas voltaremos a conversar sobre este tema em outra oportunidade. Agradeço a atenção de todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O Sr. Marco Maciel** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Líder do PFL.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL — PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nesta Casa e fora dela, foram feitos muitos apelos ao Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, e de modo especial a S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento Embaixador Marcílio Marques Moreira, no sentido de que fosse diferido o prazo para apresentação das declarações do Imposto de Renda.

Como sabe V. Ex<sup>a</sup>, esse prazo estava fixado para o dia 27 de maio próximo. Instruído pelo Sr. Presidente da República e pelo Sr. Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, quero comunicar, Sr. Presidente, de logo ao Plenário, e o Poder Executivo o fará mais adiante à toda a Nação, que o Presidente da República houve por bem instruir o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, no sentido de dilatar este prazo para o próximo dia 10 de junho, dando, assim, mais tempo para que os contribuintes possam não só preparar a sua declaração de Imposto de Renda, como também tomar conhecimento das mudanças ocorridas na cobrança do referido tributo.

Por oportuno, Sr. Presidente, devo também, por instrução do Senhor Presidente da República, transmitida através do Sr. Ministro da Justiça, Senador Jarbas Passarinho, comunicar a esta Casa que o Governo Federal estuda a possibilidade de permitir que pessoas físicas — gostaria de frisar — possam pagar, senão totalmente, pelo menos parte do Imposto de Renda devido com os cruzados novos, ou seja, permitir consequentemente, que cruzados novos possam ser utilizados no pagamento do Imposto de Renda de pessoas físicas. Assim, criam-se melhores condições para que os contribuintes, sobretudo os de classe média, possam quitar o seu imposto sobre a renda.

Como sabem V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente e Srs. Senadores, há inúmeras solicitações nesse sentido, inclusive alguns projetos que chegaram a ser encaminhados à consideração tanto da Câmara dos Deputados, quanto do Senado Federal. Além disso, líderes de partidos que se entrevistaram com o Senhor Presidente da República fizeram também apelos a Sua Excelência para que examinasse essa questão. Sabe-se que o desbloqueio dos cruzados novos somente ocorrerá, de acordo com lei aprovada pelo Congresso Nacional, em setembro próximo. Mas o Governo já admite que, para pagamento de imposto devido, nomeadamente o Imposto de Renda de pessoas físicas, possa ser examinada fórmula de desbloqueio.

Esta é uma conquista, de alguma forma, da classe política brasileira, que vocalizou isso aqui no Congresso Nacional e que advogou também, junto ao Presidente da República, que medida nesse sentido fosse examinada e adotada. De alguma forma isso mostra também a preocupação do Presidente da República em permitir que, por esse caminho, já

se criem condições para, ainda que em parte, os cruzados novos possam ser utilizados para fins importantes, como é esse relativo ao pagamento de tributos.

Daí por que, Sr. Presidente, eu não gostaria neste instante, de deixar de trazer esta comunicação à Casa, por entender que ela interessa não só à sociedade brasileira como um todo, mas também, de modo especial, ao Congresso Nacional, porque foi através de integrantes do Congresso Nacional que projetos foram apresentados nesse sentido e também porque foi através de integrantes do Congresso Nacional que essas demandas chegaram ao conhecimento do Senhor Presidente da República.

Era esta Sr. Presidente, a comunicação que eu gostaria de fazer à Casa.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Marco Maciel?

**O SR. MARCO MACIEL** — Não tenho nenhuma objeção em conceder-lhe o aparte, Sr. Senador Eduardo Suplicy, desde que regimentalmente me seja permitido.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Como se trata de uma comunicação de gostaria de pedir uma informação a V. Ex<sup>a</sup> quanto à liberação de cruzados, e saber se nas decisões do Poder Executivo está prevista essa liberação para o pagamento não apenas do Imposto de Renda, mas, em especial, do IPTU, que é um imposto municipal, uma vez que são muitos os municípios que hoje, à vista da recessão, da economia, têm tido dificuldades, têm registrado um alto índice de inadimplência por causa das dificuldades financeiras dos contribuintes. Portanto, são as mesmas razões que provavelmente estão levando o Senhor Presidente da República a liberar o pagamento do Imposto de Renda com cruzados novos. Essas mesmas razões têm levado diversos prefeitos, como por exemplo, aqueles que compõem a Frente Nacional de Prefeitos, sobretudo das capitais — dos mais diversos municípios brasileiros, a solicitarem e recomendarem ao Congresso Nacional e ao próprio Poder Executivo que possibilite essa alternativa de que também o IPTU seja pago com os cruzados novos retidos. Isso, provavelmente, reduziria a inadimplência e aumentaria a arrecadação dos municípios, o que provavelmente significaria um aumento de recursos para investimento em obras de prioridade econômica e social importantes. Por esta razão, prezado líder, pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se o Governo cogita em liberar cruzados novos também para o pagamento de impostos municipais como o IPTU.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência informa ao nobre Líder Marco Maciel que S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, como líder, antes da Ordem do Dia, e pede-lhe conclua sua intervenção.

**O SR. MARCO MACIEL** — Sr. Presidente, já havia concluído a minha intervenção; consequentemente, já teria encerrado minhas colocações, não fora o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

Não querendo deixar S. Ex.<sup>a</sup> sem uma resposta, gostaria de forma muito breve de dizer ao nobre representante do PT nesta Casa, que os estudos que estão sendo feitos pelo Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento se circunscrevem à liberação de cruzados novos para o pagamento de imposto federal, do Imposto de Renda e, assim mesmo, limitado às pessoas físicas, não abrangendo, conseqüentemente, as pessoas jurídicas. São essas as informações de que disponho. Isso são os estudos que ainda processam e que o Poder Executivo espera tê-lo concluído num breve espaço de tempo. Enquanto isso, o Senhor Presidente já determinou sejam adotadas as providências pela Receita Federal no sentido de prorrogar a data para a apresentação da declaração do Imposto de Renda, fixada para o próximo dia 10 de junho.

São estas as explicações que gostaria de dizer e outra, acrescentando que desconheço a existência de estudos na área do Poder Executivo, com vistas ao pagamento do IPTU. Sei que na área do Poder Legislativo há projetos relacionados à matéria, mas na área do Poder Executivo desconheço-os. Daí por que não posso responder afirmativamente à colocação de S. Ex.<sup>a</sup>, o nobre Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Humberto Lucena** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do Orador.) Com a devida licença do Sr. Presidente, já que o tempo de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Marco Maciel, está esgotado, quero uma informação. Votamos com urgência o projeto do nobre Deputado José Maria Eymael, que tratava justamente desta matéria no sentido de liberar cruzados novos bloqueados para pagamento do Imposto de Renda, a partir do próximo exercício. V. Ex.<sup>a</sup> pode me responder se essa proposição foi sancionada pelo Sr. Presidente da República?

**O SR. MARCO MACIEL** — A proposição do nobre Deputado José Maria Eymael não tem o mesmo teor dos estudos que estão sendo feitos no Ministério da Economia. São matérias próximas, semelhantes, mas não são idênticas. Daí por que eu gostaria de dizer ao nobre Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena, a exemplo do que já tive oportunidade de dizer ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que os estudos do Poder Executivo se limitem, se restringem, se circunscrevem especificamente ao pagamento devido do Imposto de Renda de pessoas jurídicas.

Pelo que eu sei, e neste sentido a proposição foi votada aqui no Senado, o projeto do Deputado José Maria Eymael se referia a pessoas jurídicas. Daí por que S. Ex.<sup>a</sup> não encontrou acolhida por parte do Poder Executivo Federal, ou seja, por parte do Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário

É lido o seguinte:

#### PARECER Nº 88, DE 1991

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre as Emendas de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991. — Complementar, que “Dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias prevista no artigo 62 da Constituição Federal e dá outras providências”.

**Relator: Senador Pedro Simon.**

Retorna a esta comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991 — Complementar, que “Dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias prevista no artigo 62 da Constituição Federal e dá outras providências”, para o fim específico de serem analisadas as 13 (treze) emendas apresentadas em Plenário.

Todas as iniciativas foram formuladas na forma e prazo regimentais, cabendo a este Colegiado sobre elas emitir parecer.

#### EMENDA Nº 5

Pretende introduzir modificação redacional no art. 1.<sup>o</sup> do projeto para declarar que as medidas provisórias adotadas pelo Presidente da República serão examinadas pelo Congresso Nacional somente após a respectiva publicação no Diário Oficial.

A inovação é despcienda, porquanto a medida provisória, enquanto tipo normativo, só passa a existir, juridicamente, uma vez publicada no órgão competente. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 6

Com a emenda, deseja-se, apenas, cindir o atual conteúdo do inciso II, do § 2.<sup>o</sup>, do art. 1.<sup>o</sup> da proposição em dois dispositivos distintos. Parece-nos que a redação oriunda da Câmara dos Deputados é suficientemente precisa e clara, não se justificando, por isto, introduzir qualquer alteração no texto. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 7

A iniciativa visa a explicitar que é vedado ao Poder Executivo dispor, em medida provisória, sobre “matéria regulável por lei complementar”.

Entendemos desnecessária a providência porquanto o texto do art. 3.<sup>o</sup> do projeto é taxativo ao afirmar que “a medida provisória somente poderá versar sobre matéria regulável por lei ordinária”. Assim sendo, todas as demais ficam automaticamente excluídas da competência presidencial. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 8

Objetiva o autor da emenda possibilitar a edição de medida provisória com o propósito de criar ou majorar impostos, desde que a previsão se destine a vigorar no “exercício financeiro seguinte”, bem assim viabilizar, por esta via legislativa excepcional, a “instituição do imposto extraordinário e do empréstimo compulsório previstos, respectiva-

mente, nos arts. 154, II, e 148, I, da Constituição”.

Assim justifica o subscritor a proposição:

“A urgência e relevância reclamadas pelo art. 62 da Constituição não são incompatíveis com o princípio da anterioridade das leis fiscais ao exercício de cobrança.”

Consoante o entendimento esposado no Parecer nº 49/91, é outro o princípio constitucional que está a vedar a criação ou majoração de tributo por medida provisória. Trata-se, na espécie, da garantia inscrita no art. 150, inciso I, da Lei Fundamental, que exige lei em sentido estrito — e portanto diploma previamente aprovado pelo Congresso Nacional — para os fins acima declinados.

A medida provisória, como é do conhecimento geral, vigora a partir da respectiva edição, portanto, antes de qualquer pronunciamento legislativo. Nestas condições, parece-nos que o pretendido afronta um dos princípios cardeais que fundamentam a própria existência da instituição parlamentar, a saber, o de “no taxation without representation”, consoante a vetusta fórmula oriunda do direito anglo-saxão. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 9

O texto ora sob análise comporta duas inovações. Em primeiro lugar, pretende fixar o princípio da vedação de reedição em relação às medidas provisórias não apreciadas no prazo constitucional de 30 (trinta) dias. Em segundo lugar, almeja possibilitar a formulação de projeto de lei quando rejeitada ou não votada a matéria constante de medida provisória de eficácia caduca.

Para o congressista autor da iniciativa, “a lógica constitucional” estaria a repelir “a reedição de medidas provisórias em qualquer caso”. Infere isto, primeiramente, a partir do caput do art. 62 da Constituição porquanto “se o Congresso não aprovou uma medida provisória, quer porque expressamente a rejeitou, quer porque deixou transcorrer o prazo *in albis*, é porque ou não discordou da existência desses pressupostos ou de um deles ou não concordou com a disciplina da matéria nos termos apresentados”.

Convém recordar que a Resolução nº 1/89 (CN) expressamente contempla a figura do reconhecimento implícito da existência dos requisitos constitucionais de relevância e urgência quando o Plenário das Casas Legislativas, “... em duas sessões conjuntas, realizadas em até dois dias imediatamente subsequentes... não decidir sobre a matéria...” (vide art. 5.<sup>o</sup>, § 5.<sup>o</sup>, da Resolução 1/89 CN). Registre-se que a norma consta de diploma *interna corporis*, tendo sido, portanto, livremente estipulada a nível exclusivamente congressional. Assim sendo, pelo menos neste particular, não nos parece que a argumentação desenvolvida encontre respaldo no entendimento consagrado pela própria Casa.

Ainda em abono à tese esposada, invoca o nobre Senador o parágrafo único do art. 62, da Constituição, que declara perderem

eficácia, desde a sua edição, as medidas provisórias não convertidas em lei. Para ele, quer a caducidade do texto decorra de rejeição, quer decorra de não apreciação, devem-se ter por equiparadas as duas situações, merecendo, por isto, tratamento idêntico.

Salvo melhor juízo, não nos parece lícito inferir tal conclusão a partir da norma citada. Lembre-se que, com base no próprio parágrafo referido, pode o Congresso, mesmo rejeitando a medida provisória, vir a declarar que as relações jurídicas advindas no período da respectiva vigência sejam por ela regidas. A negativa de conversão, em tese, não impede venha o Parlamento a julgar, posteriormente, que as normas veiculadas pelo Poder Executivo, e não transformadas em lei, sejam idôneas ou adequadas à tutela das relações jurídicas decorrentes do breve período em que tiveram eficácia.

No nosso entender, a questão da reedição deve ser tratada pelo legislador infraconstitucional nos precisos termos do que faculta o parágrafo único do art. 59 da Constituição. A solução aventada no Parecer nº 49/91 parece-nos ser a mais adequada e justa à consecução de um relacionamento harmônico entre os poderes da União.

Quanto ao segundo aspecto da iniciativa, julgamos ter ela recebido tratamento exaustivo no próprio art. 67 da Carta Magna, sendo, por isto, desnecessária qualquer disciplina específica. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 10

Trata, substancialmente, do mesmo tema versado na Emenda nº 9. Pelas razões já apontadas, opinamos pela sua rejeição.

#### EMENDA Nº 11

De autoria do nobre Senador Guilherme Palmeira, a presente iniciativa tem por escopo permitir a infinita reedição de medida provisória não apreciada pelo Congresso Nacional.

Trata-se de posição extremada que atenta contra o princípio da convivência harmônica e independente entre os Poderes Executivo e Legislativo. Cumpre-nos, mais uma vez, reiterar que a posição consagrada no Parecer nº 49/91 é a que melhor se ajusta à instauração de um relacionamento equilibrado e estável no plano institucional. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 12

Formula o ilustre representante do Estado de São Paulo emenda com o propósito de explicitar a competência de iniciativa para o projeto tutelar das relações jurídicas decorrentes de medida provisória não convertida.

Em que pese o louvável propósito declinado na justificação, a iniciativa atenta contra o espírito e a letra da norma contida no art. 61 da Lei Fundamental. Com efeito, não é dado ao legislador infraconstitucional limitar competência outorgada em termos amplos no texto maior. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 13

A presente proposição tem por finalidade declarar que as relações jurídicas decorrentes

de medida provisória continuarão a ser por ela regidas "enquanto não sancionado ou vetado o projeto de lei de conversão". Além disto, pretende:

— explicitar que as emendas ao texto executivo, aprovadas no Congresso Nacional, só entram em vigor com a publicação da lei de conversão; e

— criar uma presunção genérica de eficácia das normas veiculadas por medida provisória não convertida, salvo expressa estipulação em contrário, constante de lei.

É preciso lembrar, antes de tudo, que o texto constitucional estabelece um lapso temporal, máximo e improrrogável, para a vigência e eficácia das medidas provisórias, a saber 30 (trinta) dias.

Assim sendo, não é lícito ao legislador ordinário pretender ampliar ou restringir referido prazo.

Por outro lado, a lei de conversão, como qualquer outra, só passa a ter existência jurídica após a respectiva publicação, sendo portanto absolutamente desnecessário afirmá-lo em texto normativo de nível hierárquico inferior.

Finalmente, o parágrafo único do art. 62 da Carta Magna não está a legitimar a pretendida presunção (§ 2º, do art. 10, da Emenda nº 13). A tutela das relações jurídicas decorrentes de medida provisória não convertida exige, sempre, expresso e prévio pronunciamento congressual. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 14

Com a iniciativa, abre-se a possibilidade de infinita reedição de medida provisória não apreciada no prazo constitucional de 30 (trinta) dias. Já declinamos, tanto no Parecer nº 49/91, quanto no presente, as razões que nos levam a optar pela possibilidade de uma única reedição, na hipótese.

Ademais, versa a proposição matéria de natureza regimental, insuscetível de ser tratada em projeto de lei complementar, como é o caso do presente diploma. Com efeito, o rito procedimental a ser observado, a definição dos casos de urgência, a suspensão das sessões e demais assuntos correlatos só podem ser tratados no estatuto interno das Casas Legislativas. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 15

Propõe-se redação alternativa à sugerida no Parecer nº 49/91 (Emenda nº 3 — CCJ) para a definição dos conceitos de urgência e relevância. Parece-nos, entretanto, que a singeleza dos termos empregados não se compadece com a necessária precisão e clareza que o texto há de ter neste particular. Pela rejeição.

#### EMENDA Nº 16

Também nesta emenda, pretende-se disciplinar matéria tipicamente da alçada regimental. Ademais, com a redação proposta estar-se-ia a possibilitar a infinita reedição de medida provisória não apreciada no prazo de 30 (trinta) dias. Pelas mesmas razões e

fundamentos invocados quando do exame da Emenda nº 14, opinamos pela sua rejeição.

#### EMENDA Nº 17

Mais uma vez, deparamo-nos com texto tutelar de matéria regimental. Outrossim, a proibição genérica inscrita no parágrafo único da emenda é claramente atentatória à faculdade presidencial. Pela rejeição.

Pelas razões expostas, opinamos pela rejeição das Emendas nºs 5 a 17. — Nelson Carneiro — Pedro Simon — Chagas Rodrigues — Jutahy Magalhães — Odacir Soares, vencido — Magno Bacelar — Carlos Patrocínio — Ronaldo Aragão — Eduardo Suplicy — Humberto Lucena — Alfredo Campos — Francisco Rollemberg.

#### VOTO EM SEPARADO. PROFERIDO PELO SENADOR ODACIR SOARES

O Projeto de Lei Complementar nº 223-F, de 1990, da Câmara dos Deputados, acima referenciado, em que pese haver merecido aprovação expressiva na Casa de origem, é flagrantemente jurídico e inconstitucional e, por isso, deve ser rejeitado pelo Senado Federal, pelas razões e fundamentos expostos a seguir:

1. O tema das medidas provisórias tem preocupado os juristas e os políticos brasileiros em geral, desde os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

2. Concebidas diante da indeclinável necessidade de instrumentalizar o Poder Executivo de meios legais com que enfrentar problemas relevantes e urgentes, cuja solução não pode aguardar a *dilatio temporis* inerente aos trabalhos legislativos ordinários, essas medidas provisórias foram inseridas no texto constitucional sem o detalhamento indispensável à exata compreensão de sua finalidade, dos pressupostos para a sua edição, do processo de sua elaboração e de seu exame pelo Congresso Nacional; enfim, sem uma normativa mínima capaz de enquadrá-las no âmbito do processo legislativo, como disciplinado na Constituição.

3. Em decorrência dessa insuficiente disciplinação, logo nos primeiros dias de vigência do novo texto constitucional instaurou-se séria divergência entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional sobre o alcance das aludidas medidas provisórias, particularmente no tocante à possibilidade de sua reedição pelo Presidente da República, na hipótese de o Congresso Nacional não as apreciar no prazo de 30 trinta dias, estabelecido no artigo 62 da Constituição Federal, assim como em relação ao poder congressual para emendá-las, com a decorrente necessidade de submetê-las, alteradas, ao juízo de sanção/veto do Presidente da República.

4. Em face dessa e de outras divergências, bem assim de inúmeras dúvidas suscitadas naquela ocasião, o então Consultor-Geral da República, o ilustre advogado Saulo Ramos, emitiu Parecer nº SR-92, que, aprovado pelo Sr. Presidente da República, fixou.



normativamente, o entendimento do Poder Executivo sobre as questões ali ventiladas.

5. No âmbito do Congresso Nacional, de iniciativa do ilustre Deputado Nelson Jobim, foi apresentado o projeto de lei complementar acima referido, cujo objetivo, segundo está expresso na respectiva ementa, é disciplinar a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no artigo 62 da Constituição.

6. Preliminarmente, observamos que esse projeto baseia-se em texto inicialmente proposto pelo Conselho Federal da OAB, texto esse elaborado por comissão constituída pelo seu então Presidente, o eminente jurista Ophir Filgueiras Cavalcante, e pelos ilustres advogados Olga Cavalcante Araújo, Relatora, Marcello Lavenère Machado, atual Presidente da OAB, e João Gilberto Lucas Coelho.

7. Embora baseado nessa proposta da OAB, o projeto sob exame, em sua versão original, alterava radicalmente o texto que lhe serviu de inspiração, eis que restringia as hipóteses de cabimento das medidas provisórias; impunha ao Presidente da República o dever de explicitar, em mensagem ao Congresso Nacional, as razões que o levassem a editar tais medidas; impedia o Chefe do Executivo de reeditá-las na mesma sessão legislativa, se rejeitadas pelo Congresso Nacional; vedava a retirada, revogação, ab-rogação, modificação ou suspensão de eficácia de medida provisória ainda sob exame do Congresso Nacional, entre outras limitações. Poucas modificações, no particular, foram introduzidas no texto final aprovado pela Câmara dos Deputados.

8. Ao primeiro lance de olhos sobre esse texto, vê-se que seus autores, mesmo sem menção expressa na respectiva justificativa, pretendem com a proposição da execução, ainda que **parcial**, ao disposto no parágrafo único do artigo 59 da Constituição, onde está prevista a edição de lei complementar disciplinadora da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, em geral.

9. Ao fazê-lo, no entanto, o referido projeto mostrava-se **injurídico e inconstitucional**, não só porque atende apenas **parcialmente** aquela exigência constitucional, como porque no que lhe acrescente, **conflita** com a Lei Maior, no ponto que pretende regulamentá-la, pois restringe, material e formalmente, os poderes do Presidente da República, em sede que a Constituição Federal, consoante pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, confere a mais ampla **discrição** ao Chefe do Poder Executivo, que é, precisamente, no da avaliação da **oportunidade e conveniência** da edição de medidas provisórias, tal como restou assentado pelo STF, no regime constitucional precedente, quanto à edição de decretos-leis, **verbis**:

“Decreto-lei no regime da Constituição de 1967.

1. Apreciação dos casos de **urgência** ou de **interesse público relevante**, a que se refere o art. 58 da Constituição de

1967, assume caráter político e está entregue ao **discrecionário** dos juízos de oportunidade ou de valor do Presidente da República, ressalvada apreciação contrária e também discriminatória do Congresso...” (Ver RTJ, v.44/54.)

“...Os pressupostos de urgência e relevante interesse público escapam ao controle do Poder Judiciário...” (Ver RTJ, v.62/819.)

“...A urgência e o interesse público relevante são aspectos políticos entregues ao **discrecionário** (e não ao arbítrio) do Presidente da República e o Congresso Nacional (Ver RDA, v.125/89).”

10. Ao pretender impor ao Presidente da República o dever de fundamentar um juízo que é de si politicamente **discrecionário**, tal como se lê no § 2º do seu artigo 1º, a proposta fere, a um só tempo, a letra e o espírito da Constituição, sob cuja normativa, no particular, não se pode sequer cogitar de opor restrição à atuação presidencial, politicamente livre para editar medidas provisórias, sempre que, a seu critério, ocorram os pressupostos constitucionais de **relevância e urgência**, assim como, também em livre juízo político, o Congresso Nacional poderá rejeitá-las, sem que se possa obrigar o Parlamento a fundamentar esse seu ato de rejeição.

11. Assim agindo, em verdade, o que o Congresso Nacional está a pretender, talvez não intencionalmente, é tornar **determinados** conceitos que, por sua própria natureza, somente têm operacionalidade se permanecem, como são e devem ser, **abertos**, para a integração em cada caso e circunstância, sob pena de, enrijecidos, dificultarem, não só a ação do Poder Executivo, como do próprio Poder Legislativo.

12. Com efeito, acaso pré-estabelecido o que se deva entender por **urgente e relevante**, num primeiro momento se tolherá apenas a ação do Executivo; mas, também, logo a seguir, a do próprio Legislativo, que, obrigado por sua conceituação apriorística, não poderá, mais tarde, vir a rejeitar, por inadmissível (= não relevante; não urgente) medida baixada dentro do modelo formal por ele pré-estabelecido.

13. Assim, preso pela camisa de força que teceu com a intenção de vestir apenas o Poder Executivo, o Congresso Nacional não mais poderia rejeitar **in limine** aquelas medidas, pois, se o fizesse, deslocaria a questão do plano da **discrecionalidade política** para o da **interpretação jurídica**, judicializando conflito entre Parlamento e Executivo, a ser resolvido, em cada caso, pelo Supremo Tribunal Federal, chamado a dizer se o Presidente da República se conteve ou não nos limites normativos estabelecidos na regulamentação das medidas provisórias.

14. A **relevância** e a **urgência**, por isso, não de ser classificadas, necessariamente, como conceitos jurídicos indeterminados, porque é da sua natureza a impossibilidade de tipificação precisa, como ocorre, por exemplo, no campo penal, onde a prévia e precisa

definição do tipo (= conduta tipificada) é condição indispensável à própria legitimidade do dever jurídico estabelecido pelas normas penais.

15. Qualquer tentativa de descrever ou precisar, antecipadamente, o conteúdo de tais conceitos, será, por isso, necessariamente incompleta, devendo ser considerada insuficiente e incapaz de abarcar, em sua formulação normativa, a multiplicidade das hipóteses fáticas que a realidade oferecer a cada instante, e que se impõem a tais formulações, rompendo esquemas acanhados e abstratamente concebidos.

16. Por isso, ainda que inspiradas pelo salutar propósito de limitar a liberdade de avaliação do Presidente da República, todas as tentativas de conceituação prévia do que seja **relevante** e **urgente** não passarão de esforços criadores de simples exemplificações, insuficientes, enquanto tais, para os fins visados pelos seus formuladores.

17. Por isso, em linha de princípio, impõe-se rejeitar o projeto, que se inspira — quer se queira admitir, quer não — na suspeita de que o Presidente da República, a qualquer momento, poderá sucumbir à tentação de abusar do poder, que a Constituição lhe confere, para, segundo juízos próprios de **conveniência, necessidade, utilidade e oportunidade**, editar medidas provisórias, nos termos e condições definidas na Lei Maior.

18. Em conclusão, trata-se de projeto que atenta contra a letra e o espírito da Constituição, porque, no particular, esta deferiu ao Presidente da República o poder cautelar de editar tais medidas, sempre que entenda configurado **estado de necessidade legislativa**, a ser prontamente superado, sem considerações outras que não aquelas emergentes de sua prudente avaliação, como chefe do Estado e Primeiro Magistrado da Nação. Ir além é tolher o Presidente da República, limitando sua atuação onde a Constituição o quer livre para — **responsavelmente**, é óbvio — conjurar situações de emergência, que não podem ser enfrentadas, com eficácia, segundo os procedimentos estabelecidos para a elaboração legislativa ordinária.

Pelas razões expostas, opinamos pela rejeição do PLC Nº 223-F, de 1990, da Câmara dos Deputados.

#### VOTO EM SEPARADO, DO SENADOR JUTAHY MAGALHÃES;

Tendo requerido vista do presente processo, nos termos do § 1º, do art. 132, do Regimento Interno, devolvo-o, tempestivamente, com o seguinte voto em separado:

1. O Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991 — Complementar, que “Dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias e dá outras providências”, é uma iniciativa oportuna e necessária para a limitação do exercício indiscriminado da competência normativa do Presidente da República nesse campo.

Por outro lado, a proposição, uma vez aprovada, conduzirá ao desejável resultado

de normalizar as relações entre os Poderes Executivo e Legislativo no âmbito da produção normativa por via de medida provisória.

2. O relator da matéria, ilustre Senador Pedro Simon, examinou-a exaustivamente e com grande profundidade jurídica, dando ao projeto uma valiosa contribuição para o aperfeiçoamento do seu texto.

3. Assim, acompanhando o entendimento e o voto do relator sobre a matéria, opino pela aprovação do presente projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — O parecer lido vai à publicação. (Pausa)

Para os fins do disposto no § 7º do art. 66 da Constituição Federal, o Senhor Secretário-Geral da Presidência da República encaminhou a esta Casa os autógrafos do Projeto de Lei nº 82, de 1990, que dispõe sobre a complementação de aposentadoria de ferroviários e dá outras providências, vetado totalmente, veto esse rejeitado pelo Congresso Nacional, em sessão de 15 do corrente mês.

A presidência determinou as providências necessárias para a promulgação da matéria, que deverá ocorrer possivelmente amanhã, com pleno conhecimento de todos os Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 207, DE 1991

Sr. Presidente:

Requeremos a V. Exª, ouvido o Plenário, nos termos do art. 281, do Regimento Interno, a dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, para inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991 — Complementar.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1991.  
— Humberto Lucena — Jutahy Magalhães  
— Maurício Corrêa — Affonso Camargo — Eduardo Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Em votação o requerimento, assinado por vários líderes partidários, a começar pelo líder do PMDB, Senador Humberto Lucena, pelo Senador Jutahy Magalhães, do PSDB, e pelos Senadores Maurício Corrêa, Affonso Camargo e Eduardo Suplicy.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

**O Sr. Marco Maciel** — Sr. Presidente, peço verificação de quorum.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Solicitada a verificação de quorum pelo nobre senador. Há exigência regimental de apoio de mais três senadores. Que parlamentares apóiam V. Exª?

**O Sr. Marco Maciel** — Senadores Josaphat Marinho, Carlos Patrocínio, Esperidião Amin e João Rocha.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — O requerimento de verificação de quorum

está lastreado na exigência regimental. Vai-se proceder, portanto, à verificação de quorum.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

**O Sr. Humberto Lucena** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Senador.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (PMDB — PB) — Sr. Presidente, peço a V. Exª solicite a orientação das lideranças.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência atende a solicitação do Líder do PMDB, Senador Humberto Lucena, e interpela às lideranças sobre os respectivos posicionamentos na apreciação dessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PMDB?

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (PMDB — PB) — “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PFL?

**Sr. MARCO MACIEL** (PFL — PE) — “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Como vota o líder do PSDB?

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PSDB — BA) — “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PTB?

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PTB — AP) — “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PDT?

**OSR. MAURÍCIO CORRÊA** (PDT — DF) — “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PT?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (PT — SP) — “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Como vota o Líder do PDC? (Pausa)

Como vota o Líder do PDS?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PDS — SC) — “Sim”, Sr. Presidente.

**O Sr. Mário Covas** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Tem a palavra o nobre senador.

**O SR. MÁRIO COVAS** (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, essa matéria está em regime de urgência nos termos do art. 336, letra f, do Regimento Interno?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A solicitação formulada pelos Líderes Humberto Lucena e outros, que se acha esteiada no art. 281 do Regimento Interno, pede a dispensa de interstício e prévia distri-

buição de avulso, para inclusão na Ordem do Dia, de Projeto de Lei Complementar nº 13, de 1991.

**O Sr. Mário Covas** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre senador.

**O SR. MÁRIO COVAS** (PSDB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente: está-se procedendo à votação de um requerimento da dispensa de interstício relativo à matéria em regime de urgência, cujo interstício é de duas sessões, com base no art. 281?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — A Presidência esclarece ao nobre Senador Mário Covas que não foi concedido regime de urgência a essa matéria.

A dispensa de interstício ocorre exatamente porque o ritoregimental da urgência não foi conferido a essa proposição. Em razão disso, busca-se essa outra modalidade regimental, que é a concessão do interstício para dispensa de publicação em avulso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

**Sr. Marco Maciel** — Sr. Presidente, posso ocupar qualquer lugar para votar?

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Não. Só onde tiver a indicação do nome de V. Exª

Sendo secreta a votação, qualquer que seja a cadeira ocupada, poderá ser exercitado o voto pelos Srs. Senadores.

**O Sr. Marco Maciel** — Sr. Presidente, votei em outro lugar, que não o meu.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Benevides) — Em razão da dúvida suscitada agora pelo nobre Senador Marco Maciel, a melhor maneira de dissipá-la será processar uma nova votação. (Pausa.)

Peço aos Srs. Senadores que ocupem seus respectivos lugares para votar.

(*Procede-se à votação.*)

#### VOTAM “SIM” OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa  
Alfredo Campos  
Almir Gabriel  
Aluizio Bezerra  
Beni Veras  
Cesar Dias  
Chagas Rodrigues  
Cid Carvalho  
Coutinho Jorge  
Eduardo Suplicy  
Esperidião Amin  
Fernando Cardoso  
Garibaldi Alves  
Humberto Lucena  
Irapuan Junior  
Jonas Pinheiro  
José Fogaça



Jutahy Magalhães  
Magno Bacelar  
Mansueto de Lavor  
Mário Covas  
Maurício Corrêa  
Pedro Simon  
Ronaldo Aragão  
Ronan Tito  
Ruy Bacelar

#### VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Carlos Patrocínio  
Henrique Almeida  
João Rocha  
Josaphat Marinho  
Lucídio Portella  
Marco Maciel

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Votaram SIM 26 Srs. Senadores; e NÃO 6.

Total de votos: 32

Não houve quorum. Em razão disso, nos termos regimentais, acionarei as campanhas, e dentro de dez minutos, em razão da suspensão dos trabalhos, vai-se proceder a uma nova votação. Portanto, peço aos Srs. Senadores que permaneçam no plenário, porque, após esse lapso de tempo, diligenciaremos uma nova votação.

O Sr. Eduardo Suplicy — Sr. Presidente, eu me permitiria usar da palavra para uma breve comunicação, para uma homenagem de pesar.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Nobre Senador Eduardo Suplicy, assim que for concluído esse processo de votação, falará o nobre Senador Nelson Carneiro, que veio à Mesa solicitar idêntica oportunidade para uma comunicação inadiável; em seguida, a Mesa franqueará a palavra a V. Ex.  
Está suspensa a sessão por dez minutos.

(Suspensa às 16 horas e 15 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 25 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Está reaberta a sessão.

A Presidência pede aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares para proceder à verificação de quorum solicitada pelo nobre Líder Marco Maciel e mais quatro Srs. Senadores que o apoiaram.

(Procede-se à votação.)

#### VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo  
Alexandre Costa  
Alfredo Campos  
Almir Gabriel  
Beni Veras  
César Dias  
Chagas Rodrigues  
Cid Carvalho  
Coutinho Jorge  
Eduardo Suplicy  
Esperidião Amin

Fernando Henrique Cardoso Garibaldi Alves

Humberto Lucena  
Irapuan Júnior  
José Fogaça  
José Richa  
Jutahy Magalhães  
Lavoisier Maia  
Magno Bacelar  
Mansueto de Lavor  
Mário Covas  
Maurício Corrêa  
Nelson Carneiro  
José Paulo Bisol  
Pedro Simon  
Ronaldo Aragão  
Ronan Tito Ruy Bacelar  
Wilson Martins

#### VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

João Rocha  
Jonas Pinheiro  
Josaphat Marinho  
Marco Maciel

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Votaram SIM trinta Srs. Senadores; e NÃO quatro.

Não houve abstenção.

Total: 34 votos.

Não houve quorum para apreciação do requerimento que, nos termos regimentais, fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Está finda a Hora do Expediente.  
Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Não havendo quorum em plenário, para de liberação, a matéria constante do item nº 1, em fase de votação, fica adiada.

É o seguinte o item cuja votação é adiada:

#### REQUERIMENTO Nº 181, DE 1991

Votação, em turno único, do Requerimento nº 181, de 1991, de autoria do Senador Wilson Martins, solicitando, nos termos regimentais, tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado nº 45 e 52, de 1991, de autoria dos Senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, que regulamentam o inciso XX do art. 7º da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Passaremos à matéria em discussão. — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros senhores senadores, que altera a modalidade de votação estabelecida no § 4º do art. 66 da Constituição Federal (2ª sessão de discussão).

A Presidência esclarece ao Plenário que, de acordo com o disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, a matéria permanecerá em Ordem do Dia durante cinco sessões ordinárias consecutivas.

Hoje se processará a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Item 3:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1991, de autoria do Senador Afonso Camargo e outros senhores senadores, que dá nova redação ao inciso III, § 2º, do art. 155 da Constituição. (2ª sessão de discussão.)

A Presidência esclarece ao Plenário que, de acordo com o disposto no art. 358, § 2º, do Regimento Interno, a matéria permanecerá em Ordem do Dia durante cinco sessões ordinárias consecutivas.

Hoje se processará a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão da matéria terá prosseguimento na sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Os restantes itens constantes da Ordem do Dia, conforme já deliberado pela Presidência, ficam adiados para a sessão de amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1991

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, do Regimento Interno.)  
Altera a redação do inciso I do art. 37 da Constituição Federal.

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1991

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, do Regimento Interno.)

Altera a redação do art. 28, item II, do art. 29 e § 2º, do art. 32 da Constituição Federal.

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6, DE 1991

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, do Regimento Interno.)

Dá nova redação à letra b do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)  
— Passa-se agora à apreciação do Requerimento nº 205, de 1991, lido no Expediente, de autoria do Senador Odacir Soares, solici-

tando autorização do Senado Federal para se ausentar do País no período de 5 a 26 de junho do corrente ano.

Solicito ao nobre Senador Pedro Simon o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. (Pausa.)

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Para emitir parecer.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores: somos favoráveis a concessão da autorização solicitada pelo nobre Senador Odacir Soares.

S. Ex<sup>a</sup>, estamos certo, dignificará o nosso País com o bom cumprimento da missão que ora se lhe atribui.

É o parecer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides)** — O parecer é favorável.

A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum. Igualmente, fica adiada a votação do Requerimento nº 204/91, lido no Expediente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, para uma comunicação inadiável.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ. Para uma comunicação.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há alguns dias, os jornais noticiaram a localização de mais um poço de petróleo na Bacia de Campos. Toda a Nação tomou conhecimento do fato. Leio, hoje, nos jornais, que a Petrobrás vai aplicar uma importante quantia para divulgar esse fato, como se a Nação não tivesse conhecimento disso e o poço aumentasse ou diminuindo pela maior divulgação ou não deste acontecimento.

Enquanto isso, o que surpreende é que a Petrobrás gaste tanto dinheiro na divulgação desse fato, ao invés de aplicá-lo nos municípios onde é encontrado o petróleo. Realmente, os municípios do Norte, Nordeste e do Noroeste fluminense sofrem, hoje, uma grande crise, um grande declínio. São municípios onde o índice de emprego, de trabalho, tudo vai diminuindo em face da falta de incentivos fiscais. Melhor faria a Petrobrás, se, ao invés de gastar essa fortuna para divulgar o que já é divulgado, aplicasse esse dinheiro na região. Essa a minha intervenção, na esperança de que a Petrobrás oriente a sua administração para...

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Mansueto de Lavor** — Eminentíssimo Senador Nelson Carneiro, V. Ex<sup>a</sup> denuncia um fato da maior gravidade, esse de existir uma grande empresa nacional, uma respeitável corporação nacional, a Petrobrás, que é a holding de outras empresas estatais, também explorando petróleo na Bacia de Campos, até hoje, é o maior campo petrolífero nacional. Quero levantar também uma outra questão interessante. A Petrobrás não atende a uma reivindicação histórica do meu Estado de Pernambuco — por sinal, a Petrobrás hoje

é presidida por um pernambucano — que vem de repetir o que já foi dito anteriormente: que, por medidas de economia, a Petrobrás não instala uma refinaria de petróleo no Porto de Suape, em Pernambuco, como não o fará no Ceará. Ela apenas ampliará as refinarias já existentes, tendo em vista medidas econômicas para enxugar as despesas da companhia. Não se entende, portanto, que uma reivindicação histórica do meu Estado de Pernambuco, uma refinaria de Petróleo, que atenderia a todo o Nordeste, ou mesmo colocada no Ceará ou no Rio Grande do Norte, que produzem petróleo, por medida de economia se gaste quase a metade do custo de uma refinaria de petróleo em propaganda, para levar ao País aquilo que o País já sabe. Com muitas congratulações, a Petrobrás conseguiu mais um poço promissor de petróleo na Bacia de Campos. Mas depois dessa notícia pelo *Jornal Nacional* e por outros canais de televisão, restaria pouco a gastar com publicidade sobre essa descoberta. O pior é que essa verba publicitária que V. Ex<sup>a</sup> cita representa quase a metade dos custos com instalação de uma refinaria de petróleo, seja no Rio Grande do Norte, seja no Ceará, seja em Pernambuco. Não se pode entender uma contradição como essa porque, aí sim, a refinaria de petróleo não seria um gasto meramente de propaganda, de publicidade, de comunicação social, mas seria um grande investimento que marcaria o desenvolvimento da região Nordeste. Obrigado, Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Realmente, a região de Campos é a que tem a menor renda per capita do Brasil.

Se essa importância, destinada à divulgação, fosse aplicada naquela região que produz o petróleo, seria muito mais útil e mais duradoura para as populações daqueles municípios e para o desenvolvimento do estado.

Aqui fica a minha surpresa e a esperança de que aquela companhia, para cuja existência todos nós lutamos e continuaremos a lutar, lembre-se que melhor faria se aplicasse o dinheiro na região do que gastá-lo em publicidade para um acontecimento já ocorrido há vários dias.

**O Sr. Lavoisier Maia** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Lavoisier Maia** — Senador Nelson Carneiro, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo protesto que faz aqui no Senado Federal em relação à Petrobrás, que faz esse investimento vultoso em propaganda, quando poderia investi-lo em outras atividades produtoras como o beneficiamento de petróleo, por exemplo. O Rio de Janeiro, todos sabem, é o primeiro produtor de petróleo do Brasil, e o segundo lugar fica com o meu estado, o Rio Grande do Norte. Penso que melhor seria se essa quantia fosse investida para beneficiar o petróleo no local onde ele é produzido. Aqui no Senado tenho falado e reivindicado

a importância de uma refinaria de petróleo no Nordeste, e no caso, no Rio Grande do Norte, que é o segundo produtor de petróleo no Brasil. E Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, quando esteve em campanha política no Rio Grande do Norte e precisava dos votos dos potiguares, garantiu que, se eleito fosse, instalaria uma refinaria de petróleo no Rio Grande do Norte. E nós estamos cobrando. Aqui no Senado, nesta tribuna, fiz pronunciamento sobre a importância da refinaria de petróleo no Nordeste e, no caso, no Rio Grande do Norte. Na verdade, os potiguares estão cobrando essa promessa do Presidente Collor, feita em praça pública, em Natal. Então, meu caro e nobre senador, com sua experiência, com sua respeitabilidade aqui no Senado, defendendo os interesses do Estado do Rio de Janeiro, e o Senador Mansueto de Lavor, os de Pernambuco, que também respeito e que fala com autoridade, lanço aqui também a minha palavra de solidariedade a V. Ex<sup>a</sup> nessa hora em que essa importante empresa nacional, a Petrobrás, faz um investimento vultoso sem beneficiar aqueles estados, aquelas regiões do Nordeste, ou o Rio de Janeiro, a cidade de Campos, que produz tanto petróleo no Rio de Janeiro. Queira V. Ex<sup>a</sup>, nesta hora, receber a minha solidariedade, como recebeu a do Senador Mansueto de Lavor, e quero dizer que o Brasil precisa, não de empresa que divulgue o que está fazendo, mas que realize em benefício do povo. E aí fica, mais uma vez, aqui no Senado Federal, um apelo ao Presidente da República. E digo mais — como o fiz num recente pronunciamento aqui no Senado, no qual apelava para a maior autoridade do estado, do governador, que é meu adversário, para que comandasse a luta pela refinaria de petróleo no Rio Grande do Norte, num movimento suprapartidário, e que nós subirmos a rampa do Palácio do Planalto para pedir aquele benefício ao Rio Grande do Norte. Muito obrigado, Senador Nelson Carneiro, e parabéns pela sua oportuna intervenção neste Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi)** — Nobre Senador Nelson Carneiro, já se findou o tempo de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Era exatamente isso, Sr. Presidente, pedir à Petrobrás que, em vez de dissipar essa importância em propaganda, lembrasse que os moradores da região onde existe o petróleo deveriam ter a prioridade nos investimentos sociais que reclamam. É só, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Nelson Carneiro, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> declina da palavra.

**O Sr. Eduardo Suplicy** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Tem V. Exª a palavra, por cinco minutos.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (PT — SP. Para breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho manifestar o sentimento de pesar pelo falecimento do jornalista Tarso de Castro, ontem, em São Paulo, aos 49 anos.

Tarso foi fundador de *O Pasquim*, ao lado de Millôr Fernandes, Jaguar, Ziraldo e outros jovens jornalistas. Em 1969, eles fundaram o principal e pioneiro órgão da imprensa alternativa, que teve grande circulação e importância no ano de 1969 e início dos anos 70 em nosso País.

Também foi fundador de *O Panfleto*, *Já*, *Enfim* e *O Nacional*.

Autodidata, Tarso de Castro começou a trabalhar aos 14 anos, ainda em Passo Fundo. Em 1959, em Porto Alegre, entrou para o *Última Hora*. Trabalhou também em importantes órgãos de imprensa no Brasil: *Jornal do Brasil*, *a Tribuna da Imprensa*, *Folha de São Paulo* e *Folha da Tarde*.

Foi um crítico mordaz da cena política brasileira. Algumas vezes meu próprio partido, o PT, e eu próprio fomos objeto de sua pena ferina.

Usou ao máximo a liberdade e também enfrentou com extraordinária coragem os períodos em que faltou em nosso País a liberdade de imprensa.

No ano passado deixou especialmente dedicado a seu filho, João Vicente, de oito anos, o livro *Pai Solteiro e Outras Histórias*.

Sua contribuição foi inegável e da maior importância para a imprensa brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, faço questão de registrar esta homenagem minha e do próprio Partido dos Trabalhadores a Tarso de Castro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Gratô a V. Exª.

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Alfredo Campos — Aureo Mello — Carlos D'Carli — César Dias — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Fernando Henrique Cardoso — Gerson Camata — Iram Saraiva — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Riça — Lavoisier Maia — Meira Filho — Pedro Simon — Ruy Bacelar.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

V. Exª tem cinco minutos, nobre Senador.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB — RN. Para breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, recentemente, o Poder Executivo encaminhou a esta Casa projeto de lei que dispõe sobre as regras de reajustes e vencimentos, soldos, proventos, pensões e demais retribuições dos servi-

dores públicos, civis e militares federais, e dá outras providências.

Com efeito, o projeto expressa inúmeras contradições. Mas, acima de tudo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pratica injustificáveis discriminações, pois, por incrível que pareça, deles estão excluídos os professores e funcionários das universidades federais, os professores e funcionários das escolas técnicas e agrotécnicas, e ainda os auditores fiscais. E o que é mais surpreendente, Sr. Presidente, é que não se conhece até agora nenhum pronunciamento da Secretaria de Administração da Presidência da República, a despeito dos apelos feitos pelas entidades dos funcionários. Sr. Presidente, fiz um apelo ao nobre Líder do Governo, Senador Marco Maciel, a respeito do assunto, tendo S. Exª me dito que procuraria o ministro da Educação e o secretário da Administração para tratar do assunto.

O problema também é grave com relação aos professores e servidores das universidades federais, porque através desse projeto se extingue a gratificação única, instituída pela Lei nº 7.923, de 1989, a qual, se não for revogada, iria se incorporar definitivamente à remuneração dos professores das universidades e das escolas técnicas e agrotécnicas ainda este ano.

**O Sr. Marco Maciel** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** — Ouço V. Exª com muito prazer, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** — Senador Garibaldi Alves Filho, ouço, como o faço habitualmente, as palavras que V. Exª profere e devo, ratificando aquilo que já havia informado a V. Exª fora deste plenário, mais uma vez repetir agora nesta sessão que, em função dos seus apelos, conversei com o Ministro da Educação, Senador Carlos Chiarelli, fazendo as ponderações que V. Exª vem produzindo neste instante em seu discurso. S. Exª ficou de fazer as gestões que V. Exª reclama. Sei que o País vive, no momento, uma grave crise econômica; isso se reflete naturalmente, no desempenho da Receita da União, o que significa que limita, e em muito, as disponibilidades do Tesouro em conceder os aumentos que o funcionalismo merece. Mas, de toda maneira, as ponderações, as observações de V. Exª formam devidamente consideradas pelo ministro da Educação, levadas que foram, como afirmei, por meu intermédio. Espero que a questão seja devidamente analisada. Quem sabe esse projeto venha merecer um reexame por parte do Executivo! Espero, inclusive, que esse reexame seja feito em tempo hábil, de tal sorte que a procrastinação, na sua apreciação por parte do Congresso Nacional, não venha trazer prejuízos para o servidor público em geral e, de modo especial, às categorias de cujo tratamento diferenciado V. Exª reclama.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** — Agradeço o empenho e interesse do nobre

líder Senador Marco Maciel e agradeço à Presidência da Casa pela concessão desse tempo. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel. (Pausa.) S. Exª declina da palavra.

**O Sr. Darcy Ribeiro** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Com a palavra o nobre Senador. V. Exª dispõe de cinco minutos, nobre senador.

**O SR. DARCY RIBEIRO** (PDT — RJ. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero juntar minha palavra à do nobre Senador Eduardo Suplicy na homenagem a Tarso de Castro. O Brasil perdeu, agora, um de seus grandes jornalistas. Foi ele o criador de *O Pasquim* e de mais cinco periódicos combativos.

Nos nossos longos exílios, ele nos visitou várias vezes: ao Presidente João Goulart, a Leonel Brizola e a mim.

Foi um homem que viveu sempre do jornalismo e foi uma das vozes mais combativas do Brasil, tanto por semanários que ele mesmo criou e manteve, como por sua colaboração à imprensa corrente.

Por isso, quero juntar minha voz em homenagem a esse grande jornalista Tarso de Castro.

**O Sr. Pedro Simon** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB — RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho juntar a minha palavra às dos ilustres Senadores Darcy Ribeiro e Eduardo Suplicy, de profundo pesar pelo falecimento desse gaúcho Tarso de Castro. — Extraordinário jornalista — de modo especial da imprensa alternativa ele desempenhou uma missão tão importante, tão significativa lá nos anos de 1969, fundando *O Pasquim*, que, nos seus áureos tempos de resistência, conseguiu imprimir cerca de trezentos mil exemplares. Ocupou uma liderança, uma posição de inteligência, de luta e de desafio. Na hora mais dura e na hora mais difícil, ele soube, com a sua coragem e com o seu destemor, resistir dentro da imprensa alternativa deste País.

Filho de uma família composta de jornalista, onde Múcio de Castro, homem político, diretor do *Jornal O Nacional*, em cuja redação praticamente ele nasceu. Ele veio do Rio Grande do Sul, do então jornal *Última Hora*, editado em Porto Alegre, para vencer em São Paulo e no Rio de Janeiro.

É com muito pesar que nós, gaúchos, trazemos a nossa solidariedade, o nosso carinho

e o nosso respeito à memória desse extraordinário jovem jornalista Tarso de Castro.

**O SR. PRESIDENTE** (Rachid Saldanha Derzi) — Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maurício Corrêa. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel.

**O SR. ALMIR GABRIEL** (PSDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos assistido, quanto mais se aproxima a realização da Conferência de Desenvolvimento e Meio Ambiente de 1992, a um novo turno do debate ambiente, agora tendo como mote a inserção do tema nos processos sócio-econômicos.

O principal foco de atenção ambiental em nosso País — a Amazônia — ressurgiu com toda a força nesta fase, porém, dentro de uma curiosa reviravolta. Como no dito popular, parece chegada a hora da "volta do cipó de arceiro no lombo de quem mandou dar". O lombo, no caso, é o dos ecologistas. Após pontificarem nos cenários nacional e internacional como portadores de graves denúncias sobre a devastação da Amazônia, após acusarem agentes econômicos diversos pela destruição da maior floresta tropical no planeta; após contribuírem até para a popularização de bobagens de aparente valor científico — como a de que a Amazônia seria o pulmão do mundo —, os ecologistas estão sob fogo cerrado.

Acompanho a frequência com que, na imprensa, em encontros diversos e mesmo neste Congresso fazem-se críticas acerbas aos ecologistas. Chega-se a contrapor a defesa da natureza à defesa dos legítimos interesses do povo da região Norte. Os direitos da sociedade aos benefícios do progresso estariam sendo sacrificados pela prioridade descabida à proteção do patrimônio natural.

São inegáveis, em princípio, os exageros do movimento ecológico, aqui e no exterior. Existiram mesmo sectarismos e equívocos, palavras de ordem de muito impacto mas de pouco efeito prático foram ditas ao longo dos últimos dez anos.

Modismo claro em certa medida, elitismo evidente em vários casos, inconseqüência e outros, mera festa e celebração, de tudo um pouco se pode classificar o nascimento tumultuado, multiforme, mas marcante e definitivo, da militância ambientalista. A defesa do meio ambiente é hoje um valor permanente dos povos e cada vez mais caminha para aliar-se a exigências de transformações na ordem internacional vigente. O discurso ambientalista sério reivindica claramente justiça social como condição para o equilíbrio ecológico capaz de conferir permanência às conquistas de qualidade de vida.

Características de emocionalismo não são propriedade dos defensores da ecologia, estão sempre na base do surgimento de movi-

mentos que representam a catalisação de poderosos sentimentos coletivos de mudança. A paixão e a crença são importantes para a formação de quadros com convicção, preparo e honestidade intelectual para a maturidade de propostas com espírito público.

Reconheço a inconveniência do desequilíbrio da paixão ecológica, e geral ligada à precariedade de informações. Em muitos casos o discurso ecológico é de uma estridência e de uma histeria efetivamente desvairadas.

Dá para colocar a defesa da natureza como ré da miséria e da falta de alternativas econômicas da população da Amazônia vai uma ponderável distância. É preciso qualificar, com maior precisão, de que defesa ecológica se fala, qual conteúdo da miséria que se pranteia e, sobretudo, que desenvolvimento se defende. Caso contrário, corremos o risco de, talvez na melhor das intenções, sacramentar mistificações perigosas demais para o País e para a Amazônia em particular. É bom lembrar que se a cadeia de erros chegar a um limite extremo, não haverá nova chance.

A título de primeiro e salutar cuidado na discussão sobre o tema, devem-se reconhecer os interlocutores adequados quando se pretende fazer uma abordagem conseqüente do ambientalismo. Caso se eleja como interlocutora a parte mais descomprometida e desinformada dos militantes ecologistas, ou se desconheça o atual estágio das propostas de eco-desenvolvimento ou, exatamente por conhecê-lo, se procura a sua descaracterização para minar a credibilidade de seus argumentos, vencerá o desastre.

O País deve à grito ecológica, de imediato, uma atenção inusitada à questão amazônica. Tudo faz supor que, sem a ressonância obtida pela temática ambiental, no caminho do uso abusivo dos recursos naturais da região estaria escancarado, com a apropriação privada de enormes quantidades de riquezas naturais, em escala ainda mais incontrolável e escandalosa do que a que efetivamente ocorre. O freio, portanto, foi bem-vindo, na medida em que permitiu uma certa moratória em benefício da natureza e do povo da Amazônia e criou condições propícias ao estabelecimento de parâmetros e limites para a ocupação de nossa última grande fronteira natural.

Neste sentido, antes de entrar na análise da Amazônia propriamente dita, é interessante recordar o que aconteceu em expansão de fronteiras anteriores. Tomemos o caso do Paraná, não sem razão o estado de onde se deslocaram milhares de pessoas para Rondônia, provocando a maior devastação proporcional de florestas da Amazônia.

O Paraná perde mais de duzentos milhões de dólares ao ano em decorrência da erosão provocada pelo mau uso do solo. Na mesma região Centro-Sul, responsável por cerca de 80% da produção brasileira de grãos, o Rio Grande do Sul luta contra grave crise econômica, na qual desponta a falta de terras, enquanto a desertificação decorrente do uso incorreto de solos agrícolas avança.

Apenas no Estado de São Paulo, para citar outro exemplo, 194 milhões de toneladas de terra são engolidas anualmente pela erosão. No País, em geral, a cada safra perdem-se mais de seiscentos milhões de toneladas de solo agrícola.

É possível até visualizar, num mapa imaginário, o incrível roteiro dos equívocos sociais e ambientais praticados no País. Do Paraná e do Rio Grande do Sul movem-se contingentes populacionais à procura de terra agricultáveis na Amazônia e no Centro-Oeste, com as mesmas técnicas tradicionais de desmatamento extensivo e mecanização.

O debate ambiental sobre a agricultura que se pratica no Brasil é, assim, uma urgência econômica de primeira ordem, pois se faz parte de nosso modelo — graças à suposta disponibilidade de terras intocadas — esgotar solos e seguir adiante, é preciso compreender que chegamos ao limite das possibilidades de avançar sobre terras virgens. Depois do Centro-Oeste e da Amazônia, para onde iremos? Será que invadiremos os países vizinhos da América Latina?

Não seria melhor questionar as bases evidentemente predatórias do nosso processo de desenvolvimento, que é só outra face da concentração de renda? Produzimos muitas riquezas, é verdade, mas a um custo social e ambiental altíssimo. E quando falamos em custo ambiental sempre estaremos falando — é importante enfatizar — em custo social, em apropriações indebitas de patrimônios naturais que deveriam ter sido usados, sim, mas de maneira criteriosa e em benefício da sociedade em geral.

O momento da ocupação da última grande fronteira deste País cujos generosos recursos naturais têm sustentado tantos erros, desmandos, abusos, injustiças e enriquecimento ilícito, deve ser — e não há outra saída — o momento de uma reflexão profunda e honesta sobre a gênese e os rumos de nosso desenvolvimento.

A primeira questão crucial a este respeito: para onde foram as riquezas já extraídas do Brasil? Certamente não para a maioria da população, cada vez mais empobrecida, sem emprego, sem casa, doente, sem perspectiva e sem qualidade de vida, disputando, à base da seleção, natural, uma parcela ridícula e revoltante da renda nacional.

Para se equacionar a questão amazônica e resolver os graves problemas de seu povo, é preciso discutir os mecanismos específicos do capitalismo no Brasil, mecanismos esses criadores de um modelo cujos traços diferenciais são uma das mais cruéis concentrações de renda em países capitalistas e uma resistência selvagem a incorporar custos sociais e ambientais. Se os ecologistas puxaram o freio desse tipo de desenvolvimento na Amazônia, devemos dizer que felizmente apareceram os ecologistas.

A rigor, quando se clama pela integração da Amazônia ao resto do País, quando se defende o direito de caboclos e índios ao progresso, ao consumo, está se cometendo no

mínimo uma impropriedade. A Amazônia já está integrada e a população pobre da Amazônia está exercendo o mesmo direito ao progresso que exercem as populações pobres de outras regiões do País: nenhum. Além de servirem de pretexto para incontáveis desvios de recursos públicos a título de planos, planos e mais planos sem consistência e sem consequência.

Não se afirma que a Amazônia é um grande vazio, um depósito de riquezas à espera de que a Nação o utilize, por que não é verdade. Essas riquezas estão sendo pilhadas há muito tempo, legal e ilegalmente, sem que a sociedade, como um todo, veja a cor do benefício. Ao contrário, pagou e continua pagando muito caro — via investimentos de estado — pela construção de algumas grandes fortunas.

No ano passado, o Presidente do Tribunal de Contas da União elaborou um relatório entregue a várias lideranças desta Casa no qual mostrou a realidade da produção de ouro no País. Mais de 70% do ouro brasileiro sai via contrabando, movimentando quantias fabulosas em mercados europeus. Hoje, quando se defende o direito dos garimpeiros é preciso ir com muito cuidado, pois acaba-se defendendo o contrabando, a contravenção, o roubo acintoso de riquezas nacionais, enquanto as massas garimpeiras não passam de trabalhadores miseráveis, empobrecidos, manobrados nessa falcatura fantástica.

Uma linha sumária ao longo do tempo pode ajudar a demonstrar quem é o povo em nome do qual se clama pelo uso dos recursos naturais da Amazônia.

Os portugueses chegaram à Amazônia por volta de 1616 e a primeira exploração econômica conhecida, a das chamadas drogas do sertão, fez-se à custa de uma significativa redução da população indígena. Só no período colonial a população indígena em geral, no Brasil, teve uma diminuição da ordem de 60%.

Os negros escravos também incorporaram-se à população amazônica, assim como grupos de colonos de nacionalidades diversas. O mais expressivo crescimento, contudo, deu-se por meio das migrações nordestinas. A primeira aconteceu em meados do século XIX, durante o auge da economia da borracha. Em quarenta anos, de 1870 a 1910, estimam-se em trezentos mil os nordestinos aportados na Amazônia fugidos da seca e da estrutura fundiária de sua região de origem. No período da segunda guerra, com um esporádico renascimento da borracha, nova leva de nordestinos, acomodados depois em atividades extrativas. Na década de 70, a abertura da transamazônica e das agrovilas, cujos resultados todos conhecem, provocou uma migração rural de cerca de um milhão de pessoas, 75% das quais nordestinas. A explosão da atividade garimpeira levou à Amazônia nova massa humana e, finalmente, a região tem incorporado milhares de sulistas.

Constata-se, com facilidade, que a estrutura sócio-econômica do País tem empurrado sua miséria para a Amazônia, na tentativa de escamotear conflitos ou diminuir a pressão

por empregos, por renda, por terra. São os mais pobres e menos qualificados profissionalmente os atingidos por este tipo de migração e, portanto, os mais propensos a aceitar soluções de desespero. Mesmo que elas sejam uma armadilha, como é o uso indevido de terras ou o desmatamento de áreas imprescindíveis ao equilíbrio ecológico.

O desfecho conhecido é o rápido direcionamento para as periferias das cidades em busca de sobrevivência. Entre 1970 e 80 a população urbana da Amazônia passou de 38 para 52% do total e esta tendência se mantém em alta. A urbanização acelerada, mais violenta ainda do que a ocorrida em outras regiões, absorve os deserdados de sucessivos equívocos que conferem à região uma característica de grande mobilidade de trabalho. Neste jogo têm um importante papel a ativação e desativação de ambiciosos planos governamentais que tiveram a duração de uma administração ou, às vezes, nem isso.

Há um verdadeiro movimento físico de vilas e povoados que surgem, se extinguem, reaparecem com os mesmos moradores em outras áreas ou simplesmente acabam se incorporando às capitais estaduais. A pesquisadora Bertha Becker afirma que o binômio mobilidade do trabalho e urbanização crescente e desaparelhada constitui um dos maiores problemas ecológicos da região. Constitui também, um processo doloroso de aprendizagem social e elevação de aspirações mediado pelo urbano.

É, assim, sobre uma base social muito complexa, oculta sob a denominação genérica de povo amazônico, que temos que pensar um projeto de desenvolvimento para a região, depositária de milhares de últimas esperanças. A Amazônia continua sendo tratada com a mesma ganância e selvageria que expulsou esses brasileiros de suas áreas de origem. Com o agravante que agora estão no centro de uma queda de braço gigantesca, na qual contendores muito poderosos estão dispostos a manipular a nova realidade populacional amazônica como instrumento de pressão para realizar projetos econômicos de rápido retorno, porém, sem nenhum compromisso real com o futuro da maioria.

Nesse sentido, a expansão da fronteira para a Amazônia tem um significado muito mais complexo do que os movimentos anteriores vividos por outras regiões brasileiras e não pode ser caracterizada apenas pelo vetor agrícola tradicional. Sua complexidade é marcada, ainda, pela sobreposição, pela primeira vez, da questão ambiental sobre a questão da ocupação e uso de riquezas naturais.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALMIR GABRIEL** — Com muita honra, nobre Senador Josaphat Marinho.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Lamento, nobre Senador Almir Gabriel, ter que interrompê-lo. V. Ex<sup>a</sup> faz pronunciamento com rigorosa seriedade e sem nenhum apelo emocional. Estuda um problema intensamente humano e social, buscando a solução que seja

racional e não transitória. Parece-me que assim V. Ex<sup>a</sup> vincula com acerto o problema do desenvolvimento da Amazônia a um critério de planejamento integrado no País.

**O SR. ALMIR GABRIEL** — Exatamente!

**O Sr. Josaphat Marinho** — É o que não se sente, não se tem sentido no País por parte dos governos. E V. Ex<sup>a</sup> situa o problema agora, precisamente três anos depois de estar em vigor a nova Constituição, segundo a qual o regime de planejamento é obrigatório para o setor público. Quero, ouvindo com atenção, bater-lhe as palmas na expectativa de que V. Ex<sup>a</sup> seja ouvido, não apenas para que se anuncie uma solução para a Amazônia, mas que se dê a solução adequada, incorporada à solução dos problemas integrados do País. Se assim não se fizer, a solução dos problemas da Amazônia será sempre perturbada, inclusive pelo deslocamento populacional, alterando todos os projetos e programas de natureza regional.

**O SR. ALMIR GABRIEL** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, tomando em conta um fato: os nossos economistas e planejadores estão muito interessados no crescimento do Produto Interno Bruto, mas, na equação deles, entram os recursos mobilizáveis ou existentes e quanto isso produzirá ao cabo dessa mobilização conjunta.

Nunca vi nenhum deles fazer uma equação completa em que se coloque o que se subtrai de bens naturais para chegar àquele aumento de Produto Interno Bruto. Pior ainda, dentro da equação da maioria dos nossos planejadores, o homem, enquanto ser, enquanto humanidade, não existe. Ele existe enquanto instrumento para transformar um bem em riqueza, mas não como uma pessoa que se aproprie daquele bem.

**O Sr. Josaphat Marinho** — Mais uma vez permita-me interrompê-lo para acentuar a segurança do seu raciocínio. Temos que criar no País o espírito de fazer planos, tendo em vista o homem, e não a satisfação de concepções de políticos ou de economistas.

**O SR. ALMIR GABRIEL** — Agradeço mais uma vez o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.  
Prossigo, Sr. Presidente.

O espaço determinante no qual a atual população da Amazônia se insere é, de fato, o espaço político da evolução do capitalismo internacional e nacional, com o realce evidente das novas tecnologias previstas para a dominação no futuro e da reserva de conhecimento e de poder científico necessária a este objetivo.

Para se ter uma idéia do que a Amazônia pode significar para esse futuro, calcula-se em dois milhões as espécies com *habitat* no grande ecossistema da região. A floresta guarda quase um terço do estoque genético do mundo. No ano passado, em entrevista à revista *Veja*, o gerente da subsidiária brasileira da multinacional farmacêutica Merck revelou que as empresas que retiram folhas de Jaborandi nativo da Amazônia oriental, para

a produção de medicamento contra o glaucoma, faturam cerca de 25 milhões de dólares anuais e geram 250 empregos diretos e 3 mil indiretos na coleta e manuseio das folhas. O jaborandi não nasce em nenhum outro ponto do planeta, e ainda não se desenvolveram técnicas para plantá-lo em florestas homogêneas. A Merck trata com tanto cuidado sua fonte de renda que chega a ter uma equipe só para treinar os trabalhadores de modo a procederem a coleta sem danificar o arbusto, possibilitando a produção de novas folhas no prazo de um ano.

A defesa da diversidade genética, assim, longe de ser uma mania científica ou pregação ecológica, é medida da maior racionalidade econômica, desde que a vontade política e a consciência social imponham um redirecionamento de nossas prioridades de desenvolvimento, de modo a transformar essa riqueza em bem-estar efetivo para a maioria da população. Permitir a depredação desse potencial é um crime e deveria ser tratado como tal.

Aliás, a lentidão com que andamos na apropriação social das riquezas da Amazônia tem explicações. Uma das principais é a instrumentação do estado pelos segmentos sociais interessados em soluções à margem do interesse nacional. Deve ser considerada, também, a incompetência e os baixos propósitos de uma parte da burocracia, acostumada a alianças sórdidas na dilapidação dos recursos públicos. A esse respeito, é justo reconhecer a formação, de alguns anos para cá, de ilhas tecnoburocratas conscientes e preocupadas com o bem-estar público. Pode constatar, inclusive, que vários desses técnicos são egressos da militância ecológica e hoje reconhecem que a Amazônia deve ser ocupada economicamente sim, mas deve se desenvolver e lutar contra o tempo para traçar parâmetros e critérios de uso dos recursos naturais.

**O Sr. Esperidião Amin** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALMIR GABRIEL** — Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Esperidião Amin** — Desejo aduzir ao que o nobre Senador Josaphat Marinho já pôde proclamar acerca do seu pronunciamento também a minha manifestação de aplauso, de respeito pela forma madura — e aqui me valho da constatação do Senador Josaphat Marinho — com que V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema que, frequentemente, até incendeia o raciocínio e a palavra, porque está muito associado a questões polêmicas e até passionais, como são as relacionadas à ecologia, à história da espoliação dos países do Terceiro Mundo, à cobiça internacional, que já foi aqui objeto de várias manifestações, inclusive com a minha modesta participação. Enfim, V. Ex<sup>a</sup> consegue abordar um tema tão complexo e vivo com serenidade, com profundidade didática e pedagogicamente irrepreensíveis. Mas gostaria, nesse ponto do seu pronunciamento, de incluir duas questões. Não sei se me antecipo até às conclusões que

V. Ex<sup>a</sup> vai nos trazer. Se o estiver fazendo, não vou pedir desculpas, vou apenas estar aplaudindo V. Ex<sup>a</sup> por antecipação. A primeira expressão que gostaria de introduzir é sobre a necessidade do planejamento que a Constituição Federal e o bom senso recomendam, mas em nome do que se chama, hoje, desenvolvimento auto-sustentado, porque isso é o que se espera que o Brasil em geral, e a Amazônia, em particular, consigam alcançar. Desenvolvimento auto-sustentado significa realmente o cumprimento do que está no Livro do Gênesis: o homem, a mais complexa das criaturas de Deus deve subordinar a Terra, para aqui, se não alcançar a felicidade plena, pelo menos conseguir a realização dos talentos que Deus depositou nessa criatura. Desenvolvimento auto-sustentado, na Amazônia, creio que não deve ser apenas a preocupação episódica de uma ECO-92, que nem será realizada na Amazônia, mas, não em retaliação ao Rio de Janeiro, mas por entender que seria muito mais apropriado lá, na Amazônia, se ferir esse evento. Desenvolvimento auto-sustentado é também um dos objetivos da ECO-92, agora Rio-92, é a expressão apropriadíssima para um continente como é o amazônico. E a segunda colocação que desejo fazer é fruto de uma constatação de natureza social. Seja esse coletador da Merck, que retira com muito cuidado as folhas do arbusto para produzir um remédio...

**O SR. ALMIR GABRIEL** — As folhas do jaborandi.

**O Sr. Esperidião Amin** — ...singular, porque não tem outra fonte produtora a não ser a região da Amazônia, seja o seringueiro, que também aprendeu quase que instintivamente a extrair sem depredar, seja o pescador artesanal, e aí falo do Brasil em geral, seja o nosso ervateiro, lá do Sul do Brasil, todos devem ser exemplos a serem inseridos, não romanticamente, mas pedagógica e didaticamente, no que se objetiva, que é o desenvolvimento auto-sustentado, que é, na minha opinião, o cerne do seu excelente pronunciamento, com o qual me solidarizo e que aplaudo desta forma.

**O SR. ALMIR GABRIEL** — Agradeço, Senador Esperidião Amin, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que enriquece meu pronunciamento. Quero dizer-lhe que a definição exata do que se poderia chamar desenvolvimento auto-sustentado teria que ser, no meu entender, discutido com a própria sociedade e entendido diante das condições do precário saber sobre a Amazônia.

O Governo não tem dado nenhuma condição para o aprofundamento desse saber e o Estado tem relegado a segundo plano o próprio saber do caboclo. De maneira que, a cada tempo, cada um propõe uma fórmula com o apelo de desenvolvimento auto-sustentado. Lastimavelmente, a expressão que V. Ex<sup>a</sup> utilizou — e que incorporo a meu discurso — na verdade, tem sido aplicada com frequência, mas com frequência também

disfarçada pelo Estado e pelas elites de uma apropriação inadequada desses recursos em nossa região.

A privatização da ação do Estado na Amazônia materializou-se de maneira clara na ple-tora de planos e projetos institucionais que não se sustentaram pois foram usados, em sua maioria, como instrumentos de capitalização. O caso dos incentivos fiscais é exemplar.

As prioridades para grandes investimentos públicos seguiram a mesma lógica. Os projetos hidrelétricos ignoraram a participação da sociedade na tomada de decisões e instalaram-se obras de grande impacto ambiental e, como é o caso de Balbina, indefensáveis do ponto de vista técnico-econômico. Caprichos de governantes já foram motivo para a construção de obras monumentais. Assim como viabilizar empreendimentos de duvidoso retorno para a região bastou como justificativa para outras obras.

Tucuruí foi feita, antes de tudo, para viabilizar a produção de alumínio para três grandes empresas instaladas na área, inclusive com o fornecimento subsidiado de energia. Entretanto, cidades a poucos quilômetros da barragem, não recebem energia elétrica.

A história dos planos para a Amazônia é também a história dos compromissos assumidos por governos isolados, ou de boicotes provincianos a forças políticas contrárias, ou de concorrência entre elites do poder local ou de incapacidade política para arregimentar a massa crítica da região em torno de alternativas viáveis a longo prazo.

Faltou, enfim, o fundamental: dar prioridade absoluta, responsável, permanente, ao conhecimento da Amazônia, sem o qual tudo o mais é inconsistente.

Os números sobre a pesquisa e a formação de recursos humanos de alto nível na Amazônia são chocantes e desnudam a retórica desenvolvimentista. Se no Brasil o índice de pesquisadores por habitante é extremamente baixo, vis-à-vis os padrões de países desenvolvidos. Na Amazônia a relação é trágica, mal chega à metade da brasileira.

O Japão, que tanto admiramos por sua competência, tem 6 mil pesquisadores por um milhão de habitantes. O Brasil tem 330 pesquisadores por milhão de habitantes e a Amazônia, apenas 150.

Nas dez principais instituições de ensino e pesquisa da Amazônia o total de pesquisadores ou professores com níveis de doutorado e mestrado não chega a dois mil. Dados do MEC mostram que em 88 eram oferecidos em todo o país 922 cursos de mestrado e 400 em doutorado. A Amazônia, por meio das universidades de sete estados, oferecia 20 cursos de mestrado e 6 de doutorado.

A Amazônia possui cerca de 200 cursos de graduação do universo de quase 4300 cursos existentes no país e forma três por cento dos graduados. Adicionando esses dados ao sucateamento das instituições de ensino — no que é coerente com a tendência nacional — a dispersão de cursos, a falta de relação



entre o objeto do ensino e as necessidades de conhecimento da Amazônia, tem-se o quadro estatístico da prioridade que os sucessivos governos têm dado ao desenvolvimento consequente da região.

No final do ano passado, de passagem por Manaus, um parlamentar de meu partido decidiu visitar o INPA — o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, cujos cientistas são respeitados método o mundo. Saiu de lá impressionado com as carências que constatou, a ponto de pesquisadores terem que levar papel higiênico de suas casas para a instituição. Não é, com certeza, esse nível de descaso que permitirá dominarmos a tecnologia necessária a explorar o potencial de riquezas existentes na região.

Quando se sabe que o Brasil investe em pesquisas genéticas menos do que um único laboratório americano costuma investir na produção de um medicamento, entende-se por que estamos há anos fazendo um raciocínio circular em torno da biodiversidade. Como transformá-la em divisas, em empregos, em alternativas econômicas se não se criam as condições para isso?

Parece óbvio que, se o País não o fizer como demanda social irrecusável, de maneira séria e aberta, alguém o fará de maneira oblíqua e espoliativa, nas mais variadas escalas. Para dar um exemplo, que considero mínimo, o professor Herbert Schubart, do INPA, conta que um professor da Universidade da Califórnia colheu espécies raras de fungos na floresta amazônica para pesquisar suas propriedades. Autorizado a levá-los para os Estados Unidos para estudo, abandonou sua atividade acadêmica e abriu uma empresa especializada em fornecer fungos para laboratórios.

Roubos como esse, outros menores ou infinitamente maiores continuarão a ser praticados, pois não capacitamos os nossos cientistas a encontrar aqui a chave genética desses recursos. Nossos governantes, ao contrário, chegam a incitar a população amazônica contra a natureza, contra os ecologistas, contra os cientistas, para forçar soluções econômicas de interesse meramente local, eleitoral, ou outros igualmente indefensáveis.

Estou certo de que se permaneceremos na linha predatória, a atual geração na Amazônia não terá outra alternativa senão a de botar a floresta abaixo para comer no dia seguinte. Mas há responsáveis por isso. Há homens definidos, com nome e identidade, que ocupam postos de poder, que ostentam título de autoridades públicas, o que lhes obriga à tarefa de defender o bem coletivo, antes de serem advogados de causas anti-sociais.

O crescimento esperado para a Amazônia, mantidas as atuais regras do jogo, será o crescimento baseado na abordagem seletiva dos recursos naturais feita pelos grandes empreendedores e seus aliados, abordagem esta feita fora de uma discussão sobre a moldura social necessária. Dessa forma a mineração e a madeira farão parte de tal seletividade econômica, o investimento em biodiversidade não.

A grande pergunta, hoje, a respeito da questão amazônica é esta: quem vai definir o conteúdo do desenvolvimento, visto que a ocupação da região é um fato, há um contingente populacional crescente para ser empregado, há recursos naturais sendo explorados em velocidade também crescente, não há mais tempo para apostar nas aventuras políticas de curtíssimo prazo. A grande floresta tropical, o símbolo que tem sido agitado para sacramentar as mais diversas bandeiras e intenções, não deve, não pode se transformar no símbolo de nossa incompetência para construir uma nação, não pode mais ser a refém de um sistema sócio-econômico violento e predador. A floresta é o povo brasileiro, numa amostragem rica, multirracial, multirregional de uma população tangida ao longo de uma história de exploração impiedosa dos que dependem do trabalho para sobreviver.

É esta a ecologia que eu defendo e que o bom senso aconselha a todos respeitarem e levarem na devida conta.

Era o que tenha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. Almir Gabriel, o Sr. Rachid Saldanha Derzi, 3º-Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Lucídio Portella, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL — TO.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma das tristes consequências, em nosso País, das distorções do desenvolvimento econômico, é a desigualdade regional em que o Norte e o Nordeste se tornaram, com o passar dos anos, cada vez mais atrasados em relação ao centro-sul. As queixas e reclamos daquelas regiões acabaram por sensibilizar as autoridades federais para as disparidades ali existentes e, assim, instrumentalizá-las, adequadamente, para enfrentar as suas dificuldades e atraso. Criaram-se, então, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e a Superintendência da Zona Franca de Manaus, concederam-se incentivos fiscais e subsídios para desenvolver as duas problemáticas regiões, a exemplo do Finam e do Finor.

A parte todas as dificuldades e a crise econômica do País, das quais a escassez de recursos para investimentos e custeio é uma das mais patentes, esses órgãos vêm exercendo um importante papel no desenvolvimento regional. A Sudam conta com um quadro funcional de excelente nível, de extrema dedicação ao trabalho que vem operando, tendo, desde a SPVEA, prestado relevantes serviços à Amazônia, nesses longos anos de luta anônima, em prol do seu desenvolvimento, com riscos de vida e contaminação com moléstias em decorrência de sua atividade nos mais lon-

gínquos recantos da Amazônia, na implantação de projetos e programas. A continentalidade do território, o potencial de recursos naturais estratégicos da região, a sua importância ecológica para o Brasil e o mundo impõem ao Governo Federal a implementação de uma política global de desenvolvimento para a Amazônia, o que vale dizer, a reestruturação e o fortalecimento da Sudam, quanto às suas funções, alocação de recursos e revitalização de seu quadro funcional. Quanto a esse último, há necessidade da melhoria salarial para seus servidores, dada a defasagem de vencimentos, inferiores aos da Sudene, dos governos estaduais, das capitais e da iniciativa privada, corroídos, evidentemente, pela renitente inflação. Essa defasagem, em relação aos servidores da Sudene, tem-se agravado desde 1985, quando o Governo Federal patrocinou a transformação da Sudene em autarquia especial. Agora, ela tornar-se-á mais acentuada com o envio, pelo Executivo, ao Congresso Nacional, de projeto de lei, salarial para os servidores da Sudene.

Nada mais justo, pois, Sr. Presidente, que se conceder também semelhante reajuste aos servidores da Sudam, atendendo ao apelo, nesse sentido, da Associação dos Servidores da Sudam — área que, inclusive, enviou mensagem ao Presidente da República, nestes termos:

“As medidas anunciadas para o Nordeste e a Sudene são um esforço louvável de Vossa Excelência no trato às desigualdades regionais e sociais. Entretanto, terão impacto parcial se relegadas à Amazônia e a Sudam, tendo em vista suas similaridades e, em vários aspectos, o caráter mais retardatário desta região e a flagrante discriminação de seu órgão regional, constantemente preterido em política de melhoria salarial na área federal, que estimulou a Sudene em 1985, Ibama em 1990, organismos de Previdência/Ministério da Ação Social, recentemente, dentre outros. A continentalidade territorial e o potencial de recursos naturais estratégicos da Amazônia, para o País e o mundo estão a exigir do Governo Federal a definição de uma estratégia global de desenvolvimento para a região, indissociável do fortalecimento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — Sudam, quanto à definição de funções, alocação de recursos de verbas e revitalização de seu quadro de pessoal, para o que é indispensável a melhoria salarial, visto que os níveis atingidos são, na maioria dos casos, inferiores a similares do setor privado, dos governos estaduais e das capitais. Este é o pleito da ‘Associação dos Servidores da Sudam-Área’, a espera da consideração de Vossa Excelência. Respeitosamente Elizete Gaspar, Presidente em exercício da área.”

A Amazônia, outra região periférica brasileira, está a merecer o mesmo tratamento dado ao Nordeste. Deve-se assinalar, Srs. Se-

nadores, que o pleito dos servidores da Sudam não se afigura como reivindicação inoportuna e descabida, eis que outros órgãos já o conseguiram, além da Sudene, como a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência, a ex-Funabem, o Incra, o Ibama, a Previdência Social, as universidades federais e, agora, o INPE. É notório o relevante papel desempenhado pela Sudam no desenvolvimento da Amazônia, na elaboração de planos e programas, no incentivo aos setores produtivos e à infra-estrutura econômica e social. Entretanto, ao longo da sua história a Sudam esvaziou-se pela transferência de suas funções e encargos a outros órgãos ou ainda pela carência de recursos financeiros. Ao lado desses fatores de ordem externa, esvaziou-se, também, internamente pelo desestímulo de qualificação profissional e salarial. Basta verificar que a média mensal de remuneração bruta da maioria do funcionalismo da Sudam é de Cr\$ 107.000,00.

O efetivo de pessoal do órgão vem diminuindo nos últimos anos, migrando para estatais, universidades e iniciativa privada. Com a reforma administrativa esse processo agilizou-se, atingindo já um terço do pessoal e, agora, em decorrência da Lei nº 8.112, o enxugamento do seu quadro funcional certamente acentuar-se-á ainda mais, em face das aposentadorias. Esse quadro, presentemente, abrange 543 funcionários, dos quais quase metade — 240 — é de nível superior. Como aconteceu com a maioria dos órgãos públicos federais, a Sudam, premida pela proibição de realização de concurso público, não contratou novos servidores, principalmente os qualificados de que necessita, sendo estes atraídos por instituições ou empresas, que ofereciam melhores salários. Apesar dessas deficiências, ela dispõe ainda de excelente material humano e técnico, que tem empenhado o seu trabalho e esforço no desenvolvimento da Amazônia, além da sua estrutura administrativa.

O que se torna necessário é reformular e fortalecer a Sudam, para que ela, melhor aparelhada e instrumentalizada, possa servir com mais eficiência àquela região. Assim, entendemos, prioritariamente, que devam ser implementadas as seguintes medidas:

1 — a regulamentação do artigo 43 da Constituição Federal, que trata da política de desenvolvimento regional;

2 — a definição da estrutura organizacional da Sudam, a nível da Secretaria do Desenvolvimento Regional; 3 — a correção salarial de seus funcionários.

Estas são, Sr. Presidente, as justas reivindicações dos funcionários da Sudam, formuladas através da Associação dos Servidores da Sudam-Área.

Quanto ao primeiro item dessas reivindicações, queremos dizer que pretendemos apresentar a esta Casa, com a maior brevidade possível, projeto de lei complementar para regulamentar o citado artigo 43 da Constituição Federal. Com relação a uma melhor remuneração salarial para o seu quadro funcional, fazemos um apelo desta tribuna ao

Presidente da República para que sancione a emenda da Câmara, que equipara os vencimentos dos servidores da Sudam e da Suframa aos propostos para os funcionários da Sudene, fazendo justiça àqueles sacrificados servidores.

Com efeito, Sr. Presidente, na última quinta-feira, tramitou, em regime de urgência, na Câmara dos Deputados, projeto de lei nesse sentido, que foi aprovado e recebeu a emenda de um eminente membro daquela Casa, estendendo os aumentos da Sudene e da Sudam também ao pessoal da Suframa.

Queremos crer que, quanto a esse projeto que deverá ser enviado para esta Casa, tomaremos a devida iniciativa para que também seja votado em regime de urgência.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** — Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Araújo. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não se encontra em plenário.

Concedo a palavra ao Senador Cid Sabóia de Carvalho.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou o último inscrito, hoje, nesta sessão do Senado Federal, porém não poderia deixar de ocupar a tribuna para fazer alguns registros que me parecem absolutamente imprescindíveis.

Aqui, quando discursar, respeitante à casa própria, à questão do financiamento da habitação pelo sistema financeiro nacional, estranhei o modo como se comportava, então, a Caixa Econômica Federal.

Essa instituição, assoberbada pelas liquidações, deixou o setor da casa própria em verdadeiro pandemônio, e os mutuários não obtinham informações corretas e nem sabiam como estava sendo aplicada a última lei — lei de muitos dispositivos inconstitucionais, cujos efeitos foram suspensos através de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, ante provocação do Dr. Aristides Junqueira, Procurador-Geral da República.

A Caixa Econômica não sabia informar como uma prestação passava de 5, 6 mil cruzeiros para quase 100 mil cruzeiros, não sabia explicar as diferenças cobradas de quem nunca atrasou uma prestação. O carnê tinha sempre aquele registro, uma importância atrasada, que o mutuário devia, não se sabe nem como, nem quando, nem onde, nem porquê. A Caixa Econômica estava com uma grande sede de dinheiro e isso me parecer mau, porque quando alguém procurava informação, a resposta do funcionário da Caixa sempre indicava o computador, como se o computador não fora uma máquina, mais do que um ser, atingisse um ser, com a possibilidade de disposições típicas de um código, computador, mais que inteligente, capaz de substituir o administrador e até de subordiná-lo aos critérios da injustiça.

Nessa época, estávamos em plena apuração dos desmandos na Previdência Social, e parodiei sobre a corrupção que estava sendo apurada, mostrando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que muito dinheiro e muita desorganização geram corrupção. Acho que muito dinheiro e muita desorganização atraem o estelionatário. As pessoas de inteligência rara para o crime sabem farejar, como magníficos cães, a desorganização de órgãos estatais.

Mas, o então presidente da Caixa Econômica, que hoje já não ocupa o posto, fez-me uma carta, em que lamentava, mas a Caixa Econômica Federal estava cumprindo aquela lei, resultante de um projeto de conversão em uma medida Provisória, que mandava desrespeitar os contratos firmados licitamente, uma lei absolutamente inconstitucional, cujo projeto que nela resultou teve os meus protestos tanto na liderança do meu partido, como em plenário, como nos debates travados com os companheiros do Congresso Nacional.

Mas o presidente da Caixa, com muita razão, resolveu o problema, em parte. Isto é a lei que subordina a Caixa Econômica Federal a esse comportamento. Mas minha crítica não era apenas aos critérios legais, porque nem esta lei inconstitucional, absurda, estúpida até autorizava o que estava acontecendo aos mutuários, segundo o tratamento deferido pela Caixa Econômica Federal e pelos outros agentes financeiros.

Estou dizendo isto, Sr. Presidente, como um preâmbulo. Ontem à noite, chegando do meu estado, fui ler a revista *Veja*. E lá encontro uma matéria que está devidamente estampada sobre a Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal está com um rombo de milhões e milhões de cruzeiros. Não quero declarar o montante deste rombo, deste déficit, na Caixa Econômica Federal porque não disponho de informações contábeis e tudo que sei é à luz da imprensa. Mas isso coincide com a minha experiência porque eu sei que a extinção do BNH foi algo de muito errado e a Caixa Econômica ficou com a herança do BNH sem estar preparada para tanto. E, muito pelo contrário, ao assumir o BNH, ao assimilar o BNH — que este é o verdadeiro tema — a Caixa Econômica Federal não se preparou para administrar essa herança terrível, essa herança cujo valor somente a história explicará.

Mas a Caixa, que tinha estagiários, já não os tem; a Caixa que havia feito concurso, demitiu funcionários concursados sem maiores explicações. A Caixa rompeu contrato com o Serpro para a devida computação, exatamente no momento mais difícil de administrar a sua Carteira Habitacional e a herança advinda do BNH.

E vejam o que está acontecendo: basta ler a imprensa, acompanhar a matéria que está no último número da revista *Veja*, e os Srs. Senadores verão que não fui leviano quando, ocupando a tribuna do Senado Federal, trouxe aqui, não afirmativas que nós não podíamos fazer, mas trouxe o meu cuidado, o meu zelo, não digo nem que minha suspeita, mas



algo me parecia muito atrapalhado com relação à Caixa Econômica Federal. O resultado é que esse órgão está abalado, indevidamente abalado, e tenho muito medo do que está acontecendo à Caixa Econômica Federal pela sanha destruidora deste Governo.

Não faltará ao Sr. João Santana um argumento, uma tendência, um pensamento — agora miseravelmente como ministro — para tentar uma covarde privatização desse órgão, que é da maior importância para a sociedade brasileira. A Caixa Econômica Federal tem uma importância vital no sistema financeiro brasileiro. Ela é necessária ao povo, ela é necessária às pessoas mais carentes financeiramente, ela é a presença do Estado num campo social típico para a sua atividade, e não pode o Estado se ausentar desta atividade através da privatização da Caixa Econômica Federal, que não teria maiores explicações.

Quando aqui adverti e tive medo, foi a advertência e receio em favor da Caixa, não contra ela. Porque entendo que esse órgão deve ser preservado, deve ser saneado, deve ser cuidadosamente reabilitado, havendo uma análise do que está errado ali. Não estou falando em corrupção, estou falando na deficiência financeira, do prejuízo que é facilmente alcançável, identificável na sua contabilidade, segundo revela a revista *Veja*. Mas como prejuízo? É aí que minha cabeça se prejudica, que o meu raciocínio se atrapalha. Como prejuízo, se a Caixa Econômica tem uma preferência enorme da população brasileira, se sua caderneta de poupança é das mais procuradas, se é um órgão da maior credibilidade, se é um banco social de formidável aplicação e de grande respeito concedido por todas as camadas sociais? Se suas agências são sempre lotadas, se o povo sempre procura a Caixa Econômica, se ela é a salvação, até do penhor — empenhar o relógio, empenhar a pulseira — das pessoas que estão em dificuldade e que necessitam da carteira de penhor? Uma Caixa Econômica que funciona amplamente e antedigo bem — à consideração, à amabilidade da sociedade brasileira, como pode haver isso? Como é possível haver este déficit? Veio do BNH? Não se sabe. O fato é que neste Governo tenta-se destruir a Caixa Econômica. E não sei o que será da nova direção. Mas auguro que não aconteça à Caixa Econômica Federal o que aconteceu ao Banco do Brasil, quando conseguiram que um senhor chamado Policaro — não sei se é este mesmo o seu nome, não sei nem se se pronuncia assim — mas o fato é que esse cidadão saiu dos quadros do Banco do Brasil e foi dirigir esta grande instituição. E outra coisa não fez o Sr. Policaro na sua curta permanência, senão indispor o Banco do Brasil com parlamentares do Governo, os quais expulsou do seu gabinete. Outra coisa não fez senão dificultar a vida dos funcionários do Banco do Brasil, fazendo transferências esdrúxulas, impedindo transferências desejadas, enfim, deixando o Banco do Brasil sob o receio do fechamento de muitas e muitas agências por desconhecer que

o Banco do Brasil é algo importantíssimo a cada um dos municípios brasileiros.

Município que não tem agência do Banco do Brasil é município que ainda não explicou a sua existência. Desejo que um "Policaro II" não chegue à Caixa Econômica ou que à Caixa Econômica ou que à Caixa Econômica não chegue, um "Policaro III", e um "Policaro II" chegue ao Banco do Brasil, para desmontar, dentro do espírito satânico do Sr. João Santana, uma instituição de tanto respeito e de tanta dignidade.

Não estou citando o Ministro da Economia num assunto financeiro, porque no Brasil as coisas, de tão esdrúxulas, hoje giram em torno de pessoas que são vistas não pelos cargos que ocupam, mas pelo mal cuja potencialidade própria lhes permite a prática.

O Sr. João Santana, como Secretário de Administração, foi um desastrado. Parecia ter mestrado no inferno, parece que aprendeu diabolismos com o próprio satã e trouxe essa filosofia do mal para o Governo da República. Por isso, hoje é ministro. Os que tentaram usar da dignidade já saíram do Governo. Outros, logo mais sairão. Estou aqui à espera de ver mesmo ali, brevemente, o Senador Jarbas Passarinho, fazendo discursos ou apátes. Não acredito que S. Ex.<sup>a</sup> tenha muitas condições de permanecer neste Governo.

Sr. Presidente, falo assim sobre a reportagem da revista *Veja*, e até poderia pedir a transcrição do texto nos Anais da Casa como elemento comprobatório dos meus receios e dos meus cuidados aqui expressos em fala anterior. É um governo que ninguém entende: destrói tudo, e não constrói nada; até através de um aumento ao funcionalismo o Governo destrói. A diferenciação que pretende fazer, o fato de esquecer os funcionários das universidades, tudo isso já é um modo de ferir, de usar da picareta para derrubar os paredões da cultura nacional. Um Governo que desmontou as entidades que apoiam a arte e a cultura de um modo geral, um governo que desmotivou a educação, é evidente que sempre usa de mil artifícios para destruir alguma coisa.

O nosso prezado companheiro, Senador Garibaldi Alves, já esteve na tribuna, hoje, para, ao vivo, fazer críticas à mensagem do aumento, que é cheia de discriminações, de golpes baixos, é uma proposição que não traz como marca a dignidade, porque procura fazer a disparidade, atacar a isonomia, a igualdade, a equidade, procura desmontar o mais bobo princípio de justiça, o mais simples, o mais natural — e como está na moda —, o mais soft, o mais "roxo" princípio de justiça. A moda, agora, ou é soft, ou é "roxo", ou é "roxo soft", ou é "soft roxo", ou "roxo só soft". Na boçalidade presidencial, o linguajar agora é esse.

As universidades, a Caixa Econômica Federal estão sendo desmontadas. Tudo que é importante, socialmente, neste País, está sendo desmontado sob a inspiração de uma falsa privatização que pode ser negociada,

antes de ser a aplicação correta de uma diminuição do Estado.

Não sei como se alcançaria reduzir o Estado corretamente, porque, na verdade, ele ocupou todos os espaços como uma resposta à falta de popularidade. Os governos fortes depois de 1964, os governos militares procuravam ter órgãos em todos os cantos, em todos os lugares, em todas as posições, porque o governo não tinha respaldo popular, por isso tinha que ocupar administrativamente os espaços.

É possível que seja razoável voltar a uma dimensão do Estado para que seja possível ao Presidente da República alcançar a popularidade, para que o Governo possa alcançar a popularidade e não precisar usar dessas artimanhas e desses artifícios que foram práticas dos governos militares depois de 1964.

Faço os registros de agora, Sr. Presidente, com muita tristeza. Quero prevenir, também, que aqui, no Senado Federal, essa mensagem do aumento salarial será devidamente examinada pelo meu partido, pelo PMDB.

Não venham aqui com aquele velho apelo de que "a Câmara já aprovou, se emendar o projeto, aqui, ele volta para Câmara, retarda, os funcionários estão loucos pelos aumentos", porque foi nessa situação que votamos aqui um projeto de lei, que se converteu no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, muitas vezes inferior, muitas vezes mais restrito do que aquele que o Senado havia escolhido através de uma votação plena, quando adotamos a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, devidamente modernizada, para todos os servidores. Houve aquele apelo e hoje muita gente derrama lágrimas e lágrimas, porque é inequívoco reconhecer agora que a solução do Senado, que foi para a Câmara, é muitas vezes melhor para o funcionalismo do que a solução da Câmara que veio para o Senado, e daqui demos de calcanhar para, mesmo ali, o Presidente da República descumprir sua palavra, aplicando alguns vetos que desautorizaram inteiramente os acordos firmados pelo Sr. João Santana.

São os meus cuidados, Sr. Presidente, que expresse neste final de sessão, com o sentimento de estar, assim, cooperando para o engrandecimento deste País. Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. BA. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, "o Brasil é a estrela declinante em termos de competitividade internacional e o mais vulnerável economicamente em 1991, no grupo de 10 países recém-industrializados", segundo matéria publicada no *Jornal da Tarde*, do último dia 2 de abril.

A matéria, intitulada "Brasil, estrela cadente no mundo", escrita em Genebra por

Assis Moreira, baseia-se em pesquisa que será publicada em junho por duas instituições suíças, o International Institute for Management Development (IMD), de Lausanne, e o World Economic Forum, de Genebra.

De acordo com esclarecimentos do articulista, a pesquisa considerou como critérios decisivos, para julgar a competitividade, a qualidade da mão-de-obra, a qualidade dos produtos, a orientação do mercado e a criação de empresas.

Assis Moreira pondera que "a situação do Brasil em nenhum dos itens é boa". No grupo de dez países recém-industrializados, em que estão relacionados Idonésia, Malásia, Tailândia, Coréia do Sul, México, Índia, Cingapura, Hong Kong, Formosa e Brasil, somos o que menos oferece possibilidade de novos negócios nos últimos dois anos. Somos, ainda, o penúltimo país, ao lado da Índia, na fabricação de produtos de melhor qualidade. A identificação dos empregados em relação aos objetivos das empresas também é a pior, no Brasil e na Índia.

O Brasil demonstra melhor capacidade de adaptação aos mercados de exportação apenas em relação à Indonésia, ao México e à Índia. Na capacidade, por parte do governo, de tentar adaptar suas políticas a novas realidades econômicas, o Brasil é superior somente à Tailândia e à Índia. Nesse aspecto, como adverte o autor do artigo, o problema brasileiro diz respeito aos sucessivos pacotes econômicos implementados no País. Eles não têm melhorado o quadro geral de nossa economia.

No que se refere à flexibilidade para exportar, o Brasil encontra-se em situação mais vantajosa apenas em relação à Indonésia, México e Índia. Já no que concerne à oferta de mão-de-obra qualificada, vencemos somente a Tailândia e a Indonésia.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, os dados que lhes exponho são, sem dúvida, preocupantes, na medida em que sugerem a necessidade de aprofundarmos questionamentos e críticas a respeito dos programas triunfalistas do atual Governo, incluído entre eles o IPC — Programa de Competitividade Industrial, editado no final de fevereiro do ano em curso.

Na avaliação do professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Reinaldo Gonçalves, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, de 18 de março último, "o PCI é equivocado quanto à integração à economia mundial". De acordo com o Professor, "o PCI, logo no seu preâmbulo, tende a identificar competitividade industrial com competitividade internacional, ao argumentar que a economia brasileira poderá integrar-se soberana e competitivamente ao mercado mundial. Esta é a maneira encontrada para se descrever o modelo de integração competitiva, que envolve uma visão simplista e equivocada a respeito da questão da inserção internacional do País. A literatura abundante sobre o tema informa que, *a priori*, não é possível associar uma melhoria na com-

petitividade industrial com uma crescente participação no mercado internacional".

Para fundamentar suas considerações, o Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, menciona, no artigo, a definição de competitividade encontrada no relatório da Comissão Presidencial dos Estados Unidos sobre competitividade Industrial (1085). Como esclarece o artigo naquele relatório, competitividade é definida como "a medida da capacidade de um país, em condições de mercado livre e justo, de produzir bens e serviços que passam no teste do mercado internacional, e que, simultaneamente, mantenha ou expanda a renda real dos seus cidadãos".

Com base na definição apresentada, há, segundo o articulista, uma outra visão sobre competitividade, uma visão, no seu entender, sistêmica e moderna da questão, "que enfrenta problemas tanto pelo lado da oferta quanto da demanda". Segundo ele, "o PCI tem, sem dúvida alguma, um forte viés produtivista ao concentrar-se na oferta".

A respeito dessas considerações, manifesto o propósito de que, juntos, empreendamos uma análise mais criteriosa do Plano de Competitividade Industrial, buscando examinar se ele, de fato, irá contribuir positivamente para o sucesso brasileiro na competição internacional.

É inegável Sr. Presidente e Srs. Senadores, que, ao longo das últimas décadas, o setor industrial brasileiro apresentou transformações estruturais significativas. Para percebermos a grande importância do setor na economia brasileira, basta termos presente que a indústria contribui, hoje, com cerca de 38% do Produto Interno Bruto, além de apresentar uma estrutura produtiva altamente diversificada e de complementaridade expressiva.

A despeito, porém, dessas características globais de nossa indústria, julgo existir nela uma série de distorções, decorrentes, a meu ver, do próprio padrão e dimensionamento de nosso processo de industrialização.

Essas distorções decorrem, primeiramente, do alto grau de concentração regional e econômica da indústria e da insuficiente capacitação tecnológica nacional, notadamente em engenharia de processos e de produtos. Infelizmente, a insuficiência e dependência tecnológicas restringem, de forma aguda, a competitividade do setor industrial brasileiro.

Além disso, as distorções são resultados também da expressiva presença de empresas estrangeiras em atividades dinâmicas e estratégicas do setor industrial brasileiro e da reduzida participação das indústrias produtoras de bens de consumo de maior essencialidade no produto industrial. Este fato, sem dúvida, reflete a natureza concentradora de renda do processo de industrialização brasileira, assentada até agora, principalmente, em indústrias de bens duráveis e de capital.

Isso posto, é forçoso reconhecer que qualquer definição de política industrial, se efetivamente comprometida com a conformação de uma nova estratégia global para o desen-

volvimento industrial, deverá incorporar premissas e estipular instrumentos voltados para a superação daquelas distorções.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, parece-me que a atual política industrial brasileira encontra-se excessivamente centrada na questão da competitividade industrial, que, embora de transcendental importância, é insuficiente para o redirecionamento e a conformação de novo padrão industrial no Brasil.

Ademais, a atual política trata da questão relativa à capacitação tecnológica do setor industrial de forma parcial, embora as transformações que continuamente ocorrem na economia mundial estejam exigindo, de fato, uma integração competitiva da economia brasileira a esse mercado.

A meu ver, no entanto, a questão da capacidade tecnológica deve ultrapassar a simples esfera da competitividade industrial para adquirir conteúdo em outras questões igualmente fundamentais.

Assim, a primeira grande questão que poderia citar é a relativa à própria capacitação tecnológica do setor industrial brasileiro. Para consegui-lo, é necessário dotá-lo de capacidade de gerar e criar tecnologias e de torná-lo seletivo em suas importações.

Além disso, temos que buscar o domínio nacional na capacitação tecnológica, sobretudo naquelas áreas reconhecidas especificamente e estratégicas.

Não menos importante será desenvolver instrumentos que nos assegurem a distribuição social do produto resultante da incorporação tecnológica no setor industrial. Na verdade, não basta a simples prática de níveis de eficiência e de competitividade compatíveis com aqueles que prevalecem na ordem internacional, como, aliás, vem apregoando, de forma tão insistente, o atual Governo. Acima de tudo, é preciso assegurar-se que a apropriação do aumento do produto gerado com a nova incorporação tecnológica seja estendida às diversas classes sociais.

Por fim, temos que controlar e coibir as ineficiências alocativas provenientes de estruturas oligopolistas que prevalecem em vários segmentos industriais brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, como já mencionei anteriormente, uma política industrial vinculada à conformação de um novo padrão industrial não pode deixar de envolver a definição relativa a vários preceitos orientadores dos agentes econômicos, entre os quais poderia citar aqueles referentes à eficiência industrial, ao papel reservado às empresas estatais e às empresas privadas, ao capital estrangeiro, à desconcentração industrial, regional e dos mercados concentrados e à questão do mercado interno perante o mercado externo.

É evidente que esse conjunto de preceitos orientadores da política industrial e dos agentes econômicos são interdependentes e se condicionam. Por isso, não basta eleger a questão da "competitividade" como central, subordinando os demais preceitos à sua consecução. O resultado dessa subordinação seria o próprio aprofundamento de distorções que afe-

tam a estrutura industrial, impossibilitando a estipulação de um novo padrão para o seu desenvolvimento.

Saliente-se, ainda, que independentemente da concepção da política industrial que se queira implementar no Brasil, temos que nos render à evidência de que a reversão dos atuais condicionamentos macroeconômicos do processo de crescimento econômico apresenta-se como imprescindível à efetividade de qualquer política industrial.

Em assim sendo, é muito pouco provável que o Brasil consiga resultados ao menos razoáveis em sua política industrial, em qualquer de seus aspectos, enquanto perdurarem condicionamentos de ordem interna e externa, tais como a deterioração das condições de financiamento do gasto público, a persistente expectativa de elevação de preços e dos juros — que apenas contribuem para ampliar as incertezas e o grau de instabilidade relativas às decisões sobre investimentos —, inadequação do sistema de financiamento da economia, particularmente no que se refere ao investimento, ainda carente de mecanismos de mobilização e canalização de recursos de longo prazo, à intensificação da concorrência e recrudescimento de práticas protecionistas no mercado internacional e à retração no influxo de capitais externos à economia brasileira, tanto o de empréstimos quanto os de riscos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vistos todos esses aspectos relativos ao Programa de Competitividade Industrial, recentemente editado, e expostos seus principais equívocos, proponho-me a analisar com mais vagar e profundidade a questão mesma da competitividade, buscando melhor compreendê-la em sua essência.

A revista *Exame*, de 11 de julho de 1990, em sua reportagem de capa, intitulada "Só vai para a frente quem enfrenta desafios", apresenta algumas informações bastante ilustrativas a respeito da ineficiência da indústria brasileira.

A indicadores como eficiência industrial, dinamismo do sistema financeiro, estabilidade sócio-política, presença do Estado e política de longo prazo, o autor da reportagem soma a péssima qualidade do ensino brasileiro, da pré-escola à universidade para explicar por que o Brasil, no que diz respeito à competitividade internacional, apresenta um desempenho tão mais baixo do que outros países.

São esses fatores que explicam, por exemplo, por que um mesmo veículo, fabricado pela Volkswagen numa fábrica brasileira, custa 30% mais do que seu correspondente fabricado na Alemanha. Esses mesmos fatores também encontram-se na base da explicação de outros fenômenos: eles podem justificar, por exemplo, por que os insumos e matérias-primas da indústria têm custo mais elevado no Brasil do que no exterior, mesmo quando se trata de produtos em que, reconhecidamente, estamos habilitados a competir em termos internacionais.

A reportagem trata da questão do aço brasileiro, apresentando um levantamento reali-

zado pela Fiat. Segundo mostra o estudo da empresa, que leva em conta apenas os preços livres de impostos, "a tonelada de tubos de aço sem costura custa, no Brasil, 3.953 dólares, contra 1.479 na Europa — 167% a mais. Uma tonelada de barras de aço é comprada pela Fiat por 886 dólares contra 570 pagos pela Fiat italiana — 55% a mais".

Essa questão põe em relevo um item bastante discutido no Brasil, aquele que se refere à carga tributária incidente sobre diversos setores de nossa economia.

Então, será verdade que, no Brasil, existe, como se costuma afirmar, alta incidência de tributos, sendo ela responsável pelos altos preços de nossos produtos e, em consequência, por nossa pequena capacidade de competição internacional?

De plano, é necessário enfatizar que a resposta a essa questão, demanda a conceituação de carga tributária, que, segundo os especialistas é "a expressão corrente que se usa para indicar o percentual da renda de um cidadão que se destina direta ou indiretamente ao pagamento de tributos".

Como se depreende da conceituação, o termo carga está associado à noção de sacrifício imposto pelo Estado e suportado pelo contribuinte.

A mesma expressão — melhor seria, porém, a expressão índice de incidência tributária — é, também, usada para indicar a fração de renda total da economia que se destina ao Estado sob a forma de impostos.

Desse ponto de vista, de acordo com estimativa realizada pelo IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a carga tributária brasileira foi de 23,66% em 1990. Esse percentual indica que, somados todos os impostos, taxas e contribuições pagos, sob todas as formas, por todos os contribuintes brasileiros, o resultado representa 23,66% do produto Interno Bruto (PIB). Na verdade, esse percentual é superior ao relativo a 1989, que foi de 20,34% e maior do que o de 1988, situado na faixa de 19,97%. No entanto, aquele percentual é inferior ao de 1970, quando representou 26,29% do PIB. É preciso reiterar que, nos valores relativos à carga tributária que apresentei, incluem-se todos os tributos, os da União, que compreendem os tributos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (IR, IPI, IOF, contribuições dos empregadores e empregados para a seguridade social, Finsocial, PIS/PASEP e demais tributos), os dos estados (ICM, IPVA e outros) e os dos municípios.

Comparativamente à incidência que ocorre em países mais desenvolvidos, o índice brasileiro pode ser considerado baixo, pois, como já se enfatizou, se ele corresponde aqui a 23,66% do PIB, lá, ele se situa, em média, em torno de 40%.

Óra, esses dados evidenciam algumas conclusões, Sr. Presidente e Srs. Senadores, primeiramente, eles contribuem para desfazer alguns equívocos constantes de estudos — via de regra de autoria de empresários —, que costumam ser divulgados na grande im-

prensa brasileira para demonstrar que a incidência tributária no Brasil é das mais altas do mundo.

Em segundo lugar, fica patente que a carga tributária hoje existente não é superior à do passado. Infelizmente, porém, nosso grau de competitividade atual não tem sido superior à demonstrada anteriormente. Então, se não somos hoje mais competitivos que antes, isso indica que a incidência tributária não pode ser o bode expiatório de todos os nossos percalços relativos aos altos custos de nossos produtos.

Para poder fazer essas afirmações, realizei alguns estudos sobre carga tributária, tendo observado que seu conceito é muito complexo, porque envolve outros conceitos igualmente complexos, como o de tributos e o de renda ou de produção, bem como porque a utilização de metodologias diversas para determiná-las pode conduzir a resultados diferentes, ou porque os dados nem sempre estão facilmente disponíveis ou atualizados.

Permitiu-me o estudo verificar que os tributos agrupam-se em grandes classes, podendo-se citar os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria, os empréstimos compulsórios, as contribuições econômicas, as contribuições sociais e as indenizações por exatidão, havendo ainda a possibilidade de o Governo impor cargas adicionais ao setor privado através de tarifas ou preços públicos. Possibilitou-me, ademais, a pesquisa constatar que os tributos podem ser diretos ou indiretos, conforme recaiam sobre a renda e a propriedade ou incidam sobre a produção e a circulação dos bens e transações em geral, além de comprovar que a complexidade do sistema tributário nacional decorre das várias instâncias que os instituem, classificando-se, neste aspecto, em federais, estaduais e municipais.

A constatação desses aspectos permitiu-me concluir que a existência de tantos tributos e a extensa legislação que disciplina cada um deles são fatores que deveriam merecer, por parte do legislador brasileiro, uma atenção especial no sentido de sua simplificação, o que, sem dúvida, poderia contribuir para o aumento da eficiência das atividades fiscais no Brasil. A propósito, é quase inacreditável que somente o regulamento do Imposto de Renda possua aproximadamente quase oitocentos artigos, sendo emitidas cerca de cem normas anuais para discipliná-lo.

Isso posto, querem parecer-me pertinentes as críticas dos empresários relativos ao elevado número de impostos a pagar e à complexidade da legislação referente a cada um deles. Não me parecem, contudo, apropriadas suas críticas quanto à alta incidência dos tributos, primeiramente porque essa alegação não corresponde à realidade dos fatos e, depois, porque os próprios empresários são também beneficiários das realizações do Estado, tornadas possíveis mercê dos tributos arrecadados.

Então, do ponto de vista da competitividade interna, a carga tributária que incide nos produtos nacionais não pode ser considerada

simplesmente uma desvantagem, conforme o tendencioso discurso liberal de muitos de nossos empresários. É que eles se esquecem, em suas críticas, de que não são vítimas do Governo, mas; antes são seus aliados, visto que, no Brasil, o poder político e o poder econômico andam sempre juntos, sendo, sem dúvida, a classe empresarial, como antes afirmei, a maior beneficiária do Governo e de sua atuação. Injustamente, as reclamações empresariais costumam ignorar, porém, que os tributos que recolhem ao Estado são-lhes devolvidos em forma de serviços de justiça, de segurança, de infra-estrutura, de financiamentos diversos; de matérias-primas e energia mais baratas e de outras oportunidades, como aquelas que lhes está oferecendo agora o programa de competitividade industrial.

Além disso, há, ainda, a grave questão da evasão de tributos. Ninguém, no Brasil, ignora que a incidência tributária sobre as empresas é diminuída em razão de brechas na legislação que permitem a evasão de grande parte dos tributos. Há, ademais, a evasão que se dá por fraudes, como o subfaturamento, a falta de emissão de notas e a consequente omissão da receita. Segundo se estima, a sonegação dos principais impostos, como o IPI, o ICMS e o Imposto de Renda, gira em torno de quarenta a sessenta por cento para o conjunto das empresas e em noventa por cento para algumas delas. Ora, com tanta sonegação, não me parece sequer admissível, em nome da competitividade — salvo em casos de setores específicos —, pleitear ao Governo redução de tributos. A rigor, no que diz respeito ao Estado, cabe-lhe aprimorar a legislação fiscal e os mecanismos de fiscalização, bem, como tornar mais rigorosa a punição dos sonegadores. Assim, deve-se exigir das empresas que queiram ter acesso às vantagens oferecidas pelo PCI minuciosa comprovação de estarem quites com todas suas obrigações fiscais e previdenciárias.

Há sobre a questão tributária, a meu ver, outro aspecto que deveria merecer maior atenção dos empresários, das classes políticas e da população em geral: é o uso que o Governo faz dos impostos arrecadados. Assim, ao invés de se pleitear, para o Estado, redução de receitas, dever-se-ia reivindicar menores gastos governamentais, sobretudo no que se refere às atividades que não são típicas do Estado. Na verdade, o Governo deve cortar gastos, deixando de realizar, por exemplo, a prestação de serviços não essenciais. Quanto aos impostos, contudo, sua redução exagerada poderia levar o Governo a ter que adotar outras fórmulas para conseguir recursos, como o imposto inflacionário, ou seja, a emissão de moeda, o que, inegavelmente, seria pior para todos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, retornando à questão da incidência tributária, desejo expor-lhes, ainda, outros resultados dos estudos que empreendi, considerando sobretudo as diferenças existentes na tributação dos diversos setores da economia.

Pude constatar, primeiramente, que existem impostos cujas alíquotas são uniformes

ou que possuem pequenas variações entre produtos tributados. A incidência desses impostos pouca variação terá de setor para setor. Neste caso, estão incluídos o ICMS e as contribuições sobre o faturamento das empresas (PIS, Finsocial). Outros impostos há, como o IPI, cujas alíquotas variam de produto a produto e, portanto, de setor a setor.

Com o propósito de aquilatar a incidência da carga tributária nos produtos brasileiros, levei em consideração o IPI e realizei sua distribuição por setores, tendo por base publicação estatísticas da Receita Federal intitulada "IPI — Movimento de Compra e Venda". A metodologia do levantamento consistiu em encontrar, por um lado, o valor adicionado do setor como o valor das vendas menos as respectivas compras (entradas), e, encontrar, por outro lado, o valor do imposto pago pelo setor, menos os valores creditados referentes ao imposto sobre as matérias-primas e produtos intermediários. Esclareço que, no estudo realizado, algumas distorções podem ocorrer, em virtude de o último exemplar do documento da Receita Federal disponível datar de 1986 e de ter havido, a partir de então, alterações em algumas alíquotas e reformulações na própria tabela do IPI. Apesar dessas limitações e da impossibilidade de acesso a dados mais atuais, pude verificar, no entanto, qual a incidência da carga tributária em cada setor estudado.

Com o levantamento que realizei, foi-me possível apurar a carga geral do imposto, a carga para os produtos destinados ao mercado nacional e a carga referente aos produtos destinados ao exterior. Como se pode notar dos dados referidos mais à frente, a carga relativa à exportação é, geralmente, negativa, dada à existência, na época, do crédito prêmio à exportação, que consistia em devolver ao exportador, sob a forma de crédito, para ser compensado com outro imposto a ser pago, o valor do imposto que seria devido, se não houvesse isenção na exportação. É importante, ainda, esclarecer que, naquela época, havia isenção do IPI nas exportações. Hoje, nos termos da Constituição Federal, o IPI, nas mesmas circunstâncias, é imune.

Eis, por setor, Srs. Presidente e Srs. Senadores, a representação numérica da carga do IPI, isto é, a percentagem do valor do produto — não incluído o próprio IPI —, no que concerne, respectivamente, à carga geral, à carga para os produtos destinados ao mercado nacional e à carga referente aos produtos destinados ao exterior: minerais não metálicos: 6,75, 6,81 e 2,77; metalurgia: 10,23, 10,40 e 1,35; mecânica: 9,20, 9,91 e -11,21; material elétrico e comunicações: 8,93, 9,81 e -7,05; material de transporte: -37,53, 43,26 e 0,83; madeira: 0,56, 0,59 e 0,02; mobiliário: 5,22, 5,25 e 1,16; papel e papelão: 8,57, 9,19 e 0,47; borracha: 13,37, 17,39 e -11,07; couros e peles: 1,13, 1,74 e 0,09; química: 5,52, 6,21 e 0,15; farmacêutico: 0,61, 0,64 e 0,46; perfumaria: 26,37, 26,49 e 10,14; matéria plástica: 8,65, 8,69 e 5,41; têxtil: -0,01, -0,1 e 0,00; vestuário e calçados: 0,15, 0,19 e 0,00; produtos alimentares: 0,75, 0,92 e 0,00; bebidas:

66,33, 66,86 e 52,83; fumos: 550,12, 594,46 e 1,56; editorial e gráfica: 1,75, 1,76 e 0,67; indústrias diversas: 10, 14, 10,36 e 1,12; comércio atacadista: 1,08, 2,16 e -5,56 e 1,12; outros setores: 6,03, 7,87 e -0,85; total: 11,33, 12,54 e -1,37.

Diante dos dados expostos, pergunta-se, qual o efeito dos impostos sobre a competitividade interna e internacional?

A conclusão a que chego, tendo em vista o estudo realizado, é a de que a influência é praticamente nula no que diz respeito à competitividade interna, uma vez que os produtos importados, a exemplo dos produtos nacionais, estão sujeitos ao IPI e ao ICMS.

No concernente à competência internacional, contudo, a tributação teria influência decisiva, e é exatamente por isso — para que os produtos exportados fiquem imunes à carga tributária — que a Constituição Federal prevê a não incidência do IPI e do ICMS sobre eles, com exceção dos semi-elaborados, como a celulose.

De tudo que se expôs, decorrem conclusões irrefutáveis. A primeira e mais significativa de todas diz respeito à não existência de altos índices de incidência tributária nos produtos brasileiros. A segunda, sem dúvida, desfaz o equívoco de que nossa inexpressiva capacidade de competição internacional seja resultado de altos tributos lançados sobre a indústria nacional.

Então, para explicar o alto preço dos produtos brasileiros, temos que pesquisar outros fatores.

O alto custo dos transportes no Brasil é um desses fatores. O relato a seguir ilustra bem o que estou afirmando: uma das explicações para o caso dos tubos de aço sem costura, antes referido, cujo custo livre de impostos é de 3.953 dólares por tonelada no Brasil, contra 1.479 dólares na Europa, é, segundo o diretor-executivo do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Rudolf Bühler, o transporte rodoviário. Como se lê na reportagem de *Exame*, "Só vai para a frente quem enfrenta desafio", uma chapa de aço vendida pela Cosipa, de São Paulo, a um estaleiro no Rio de Janeiro não é despachada para o comprador por navio, como seria lógico — até porque a usina e o estaleiro ficam, cada qual, a poucos quilômetros do cais do porto, em Santos e no Rio. Em vez disso, a chapa de aço sobe a Serra do Mar na carroçaria do caminhão e segue pela Via Dutra até o Rio". De acordo com o diretor-executivo do IBS, "os custos de transporte representam entre 12% e 20% do faturamento das siderúrgicas", sendo maiores do que as despesas que algumas delas têm com salários. Acrescenta a reportagem que há outro problema: "é que o transporte por navio também não representa uma solução. Os custos de embarque e desembarque nos portos de Santos e do Rio sairiam por algo próximo a 40 dólares a tonelada, cinco vezes mais que a tarifa cobrada no porto de Roterdã, na Holanda".

Diversas outras razões influem na elevação dos custos de nossos produtos. Há, por exemplo, razões ligadas à própria concepção de

alguns sistemas industriais. É o caso da indústria petroquímica, na qual, desde sua formulação, se cometeram graves equívocos. Como esclarece a matéria antes mencionada, "nos três pólos criados no País — os de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul — prevaleceu o sistema monoprodutor, em que fabricantes produzem cada qual um tipo de produto". De acordo com Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, diretor da área química e petroquímica do grupo Ipiranga, "hoje são mais de cinquenta empresas petroquímicas, a grande maioria com faturamento médio anual da ordem de 100 milhões de dólares", o que representa uma escala pequena. Bastante diferente, contudo, é o modelo adotado na Alemanha, por exemplo. Lá, onde se encontram as maiores empresas petroquímicas, como a Hoechst, a Bayer e a Basf, o faturamento de cada uma delas, que fabricam praticamente todos os produtos de cadeia petroquímica, é superior a 20 bilhões de dólares por ano.

A reportagem de *Exame* aponta ainda outra razão: a baixa eficiência de nossas indústrias. "No Brasil", afirma a reportagem, "a indústria trabalha com um índice médio de produtividade de 65% — ou seja, a cada 100 horas trabalhadas gera-se o equivalente a 65 horas de produto. As outras 35 horas são perdidas. Nos países desenvolvidos, o índice situa-se na faixa de 85%. Produtividade baixa é sinônimo de produto caro — e quem paga é aquele que compra".

De uma outra reportagem de *Exame*, edição de 12 de dezembro último, que traz o título "Muitas pedras e pouco ouro nas empresas", colhi vários dados demonstrativos da ineficiência das empresas brasileiras. Segundo a reportagem, "uma recente pesquisa encomendada à consultoria Ernst & Young, de São Paulo, pela Fiesp e pela Câmara Americana de Comércio, confirma, em cores fortes, como é desoladora a paisagem. Com o título de Manufatura de Classe Mundial no Brasil, o trabalho compara a indústria brasileira com a nata internacional — e o resultado é parecido com o que se colheria do confronto entre um Fusca Pé de Boi e uma Ferrari Testarossa. As informações foram fornecidas pelos principais executivos de 220 empresas de vinte setores diferentes, filiadas ou à Câmara Americana ou à Fiesp.

Eis as amostras das conclusões:

"Os produtos brasileiros são de má qualidade. Para cada milhão de peças produzidas, há pelo menos 25.700 defeituosas. No mundo desenvolvido, considera-se aceitável uma leva de 200 peças com defeito por milhão produzido.

"O cliente brasileiro, longe de ser visto como rei, recebe freqüentemente o tratamento dispensado a vassallos. Sua insatisfação pode ser medida pelo copioso volume de queixas por má qualidade de produtos ou serviços, por especificações incorretas ou ainda por divergência quanto a preços. O padrão mundial é de dez queixas para cada 1.000 vendas. No Brasil, a média é de 24, mas em algu-

mas empresas as reclamações sobem a 300, número que na Europa conduziria a mais saudável corporação rapidamente ao cemitério.

"Os produtos fabricados no Brasil são caros. Quer dizer, à baixa qualidade alia-se o preço alto, e o fruto dessa aliança é o pior dos mundos. Em geral, os custos de um produto devem equivaler, no máximo, a 90% dos da média da melhor concorrência internacional. No Brasil, esses 90% são miragem. Suba-se para 300%, o que significa listas de preços bem mais caras, e se estará bem mais perto da retalidade.

"O giro de estoques é baixo. Numa companhia de primeira linha, gira-se o estoque de oitenta a cem vezes por ano, contra dez vezes no Brasil.

"O atendimento aos pedidos é vagaroso. O *lead time*, definido como o tempo decorrido entre a entrada do pedido e a entrega do produto ao cliente, é de apenas cinco dias nas empresas de classe mundial. Menos de uma semana, portanto. No Brasil, é de mais de um mês — 37 dias. A pesquisa da Ernst & Young detectou empresas que levam até 180 dias para despachar o produto ao cliente.

"Boa parte da morosidade abúlica do atendimento aos pedidos se deve à falta de flexibilidade na produção. Menos de 11% das empresas brasileiras empregam o *just-in-time*, só 10% se preocupam em formar operários polivalentes e apenas 22% fazem manutenção preventiva dos equipamentos. O tempo de troca de ferramentas, que permite a passagem de um produto para outro, também é mais alto nas empresas brasileiras que nas empresas de padrão mundial. Nestas, a troca é feita em 5 minutos. Consumem-se 81 minutos, em média, no Brasil."

Em vista desses resultados, pode-se afirmar com os responsáveis pela pesquisa que, "em geral, menos de 10% das empresas nacionais alcançam o padrão mundial em qualquer um dos indicadores de eficiência".

Então, para competir efetivamente no mercado mundial, a maioria das empresas brasileiras precisará passar por uma revolução interna em suas práticas e culturas administrativas. Essa revolução, contudo, terá que romper anos de atraso da indústria brasileira.

Infelizmente, nos últimos anos, nossa indústria tem-se distanciado cada vez mais de nossos competidores, em virtude dos baixos investimentos realizados. A taxa de crescimento do investimento bruto da economia, que foi de 11,3% entre 1965 e 1990, caiu para apenas -0,9% em 1990. Nesse período, a falta de investimento paralisou o desenvolvimento industrial no Brasil, o que não ocorreu no resto do mundo, onde houve um período de renovação e de desenvolvimento acelerado. Como afirma a reportagem de *Exame*, "a adoção de novas tecnologias e o emprego de métodos modernos de produção passaram ao largo da grande maioria dos empresários

brasileiros. A automação industrial, em plena ante-sala do ano 2000, ainda engatinha: não passam de 5.000 as máquinas de comando numérico em uso nas indústrias. Existem apenas 140 robôs, 95% deles concentrados nas montadoras de automóveis. Migalhas aqui, migalhas ali. Segundo um levantamento da Canhamo Consultores Associados, empresa paulista especializada em automação, as fábricas de Formosa têm 965 robôs; as de Cingapura, 1.389; as espanholas, 1.751. Só numa fábrica da Matsushita, no Japão, a população de robôs é quatro vezes superior à encontrada no Brasil".

Não podemos nos esquecer também de nossas crônicas carências em pesquisa e desenvolvimento. Neste campo, o Brasil coloca-se nos últimos lugares entre os países industrializados. Em nosso País, pesquisa-se muito pouco, e menos ainda se desenvolvem produtos. Ademais, pouco se investe em pesquisa e desenvolvimento no Brasil. A rigor, não mais do que 1,8 bilhão de dólares anuais, o que significa cerca de 0,5% do PIB, percentual muito menor do que os investimentos do Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul, cujos gastos estão acima de 3% do PIB. Desafortunadamente, dos poucos recursos destinados, no Brasil, a pesquisas e desenvolvimento, a iniciativa privada é responsável por apenas 10% do total.

Outra razão que explica nossa baixa capacidade de competição é nosso atraso na área educacional. Valendo-se mais uma vez da revista *Exame*, edição de 11 de julho do ano findo, busquei ali alguns dados na matéria intitulada "Liberar tarifas não é tudo", para pôr em relevo a importância da educação na batalha para conquistar mercados. Citando uma pesquisa sobre competitividade mundial, realizada recentemente em 33 países pelo World Economic Forum, uma das duas entidades responsáveis pelo levantamento a que me referi no início deste pronunciamento, a revista *Exame* demonstra que fatores sociais, atualmente, têm tanta importância para o desenvolvimento das empresas quanto fatores estritamente econômicos. Segundo o periódico, "o estudo do WEC, que ouviu 12.090 executivos no mundo inteiro, indica que o fator educação pode ser decisivo para determinar a competitividade de um país". Mostra, ainda, o estudo que "um país pode reverter um quadro negativo em sua balança de pagamentos e conseguir colocar seus produtos no exterior em até três anos. Reverter um quadro desfavorável na educação, contudo, pode levar até vinte anos".

A meu ver, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a carência educacional brasileira o maior de todos os nossos problemas e o maior obstáculo à prometida modernização do País. Infelizmente, porém, o atual Governo não tem demonstrado nenhuma vontade política de revolucionar a educação brasileira, apesar de sua promessa constante do Programa de Competitividade Industrial. Assim, continuamos na expectativa das medidas governamentais que irão promover a anunciada "revolução no sistema educacional brasileiro",

a fim de que os ensinos técnico e superior passem a ser orientados pelas políticas industrial e tecnológica do País, e possam sustentar a competitividade industrial em padrões internacionais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, retorno ao artigo já citado no início deste pronunciamento, cujo autor, o professor Reinaldo Gonçalves, assim arremata suas considerações sobre os equívocos do PCI quanto à integração do Brasil à economia mundial:

“Uma concepção retrógrada de organização industrial (...) surge no PCI. Não se encontra uma única vez no texto a palavra **trabalhadores**. Ao criar uma comissão com representantes dos empresários, o PCI reflete, de fato, uma visão **fordista**, arcaica, das relações capital-trabalho e do desenvolvimento industrial. Como é sabido, uma das grandes vantagens do modelo **toyotista** com relação ao modelo **fordista** é que, no primeiro, destacam-se as seguintes características: maior nível de descentralização das decisões; maior prioridade para treinamento feito na empresa; e um novo enfoque no que diz respeito a emprego, contratos de longo prazo e salários. De fato, a competitividade industrial vem-se expandindo, principalmente em países como Japão, Alemanha e Suécia, em contextos de cooperação, co-gestão, com a participação de sindicatos e um entendimento ou consenso de natureza social democrática, aplicado à gestão da empresa.

“O PCI reflete, sem dúvida alguma, uma visão atrasada de desenvolvimento industrial, visto que está preso à tradição brasileira, de natureza produtivista (concentra-se no lado da oferta) e excludente em termos sociais e políticos (só o empresário é ator). O PCI ignora a experiência mundial, que associa produtividade e competitividade com salários reais se expandindo e relações capital-trabalho avançadas.”

A meu ver, o PCI, melhor dizendo, o atual Governo ignora muito mais do que isso. Ele ignora a própria essência da democracia.

A rigor, da leitura que se faz das propostas do Governo Collor de Mello — como a que agora se fez do PCI — fica sempre a evidência de seu exclusivo compromisso com o capital. Eis, então, por que ele não pode merecer a confiança de todos aqueles que são social-democratas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, todas essas longas considerações reforçam minhas convicções de que não há, para o Brasil, outro caminho senão o da social-democracia. Estou certo de que somente ela poderá alinhar o Brasil àqueles países que já se encontram preparados para viver a era das economias integradas.

Estou convencido de que só a social-democracia poderá conduzir-nos ao verdadeiro crescimento econômico, o que, sem dúvida, é condição indispensável para a erradicação

da miséria no Brasil e para a diminuição das desigualdades sociais e regionais aqui existentes. Igualmente, estou seguro de que não mais podemos protelar a divisão mais justa da renda, embora demandem esses empreendimentos — o crescimento econômico e a distribuição da renda — grandes esforços, elevados investimentos, tecnologia moderna e eficiência na utilização de nossos recursos.

É evidente que nada disso poderá ser conseguido sem competitividade. Por isso, os social-democratas concedemos destaque (não porém exclusividade) à ação inovadora do empresariado como fator de desenvolvimento, preconizando, porém, a existência de regras claras e estáveis e de políticas que estimulem a livre iniciativa sem paternalismo nem privilégios de natureza cartorial, o que, aliás, não ocorre nos regimes que não são democráticos.

Reconhecendo-se que a propriedade privada dos meios de produção é a base do sistema econômico brasileiro, a meu ver, somente um regime de democracia plena poderá garantir que a propriedade privada esteja subordinada ao princípio de sua função social, e somente ele poderá assegurar a plena valorização do trabalho e do trabalhador. Ademais, a democracia é o mais fértil terreno onde poderão germinar outras formas de organização da produção, mesmo no setor privado da economia, como é o caso das formas cooperativistas.

Considero, ainda, que a social-democracia é o regime mais adequado à busca que, hoje, é feita em todo o mundo, da inovação tecnológica e da eficiência. Sem ela, certamente, o Brasil não conseguirá sua integração soberana ao sistema econômico internacional. Pois, conforme as convicções social-democratas, soberania não pode ser sinônimo de autarquia, de isolamento econômico, de criação de “cartórios” que explorem o povo, cultivam a ineficiência e freiam a acumulação de capital. Soberania, no entender social-democrata, deve significar a capacidade de decidir sobre o modo como se dará a integração brasileira à economia mundial. É por isso que duvido da eficácia do PCI, programa engendrado e editado pelo Executivo sem nenhuma participação dos diversos segmentos que constituem a Nação.

Acredito que um dos grandes papéis da social-democracia no Brasil será o de buscar nossa soberania mediante a definição, pela Nação, de nossas prioridades em todos os campos, e em se tratando de competitividade, de nossas prioridades em matéria de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico. Pois, apenas com a definição clara e precisa de nossas prioridades, saberemos evitar tanto o protecionismo fútil como o abertismo irresponsável. Acredito, ademais, que a social-democracia poderá contribuir, de forma única, para a solução de nossos graves problemas relacionados à dívida externa, às nossas escassas possibilidades de captação de recursos externos e à capacidade de poupança interna, que se encontra deprimida. A solução desses graves problemas não pode pres-

cindir de uma participação de todas as forças da Nação, as quais deverão ser profundamente envolvidas no processo de seleção dos investimentos que venhamos a fazer em pesquisa e recursos humanos e na absorção de tecnologias do exterior, bem como na estratégia para enfrentar nossos credores.

Aí estão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a propósito de considerações sobre competitividade, alguns pontos relativos à importância da social-democracia no Brasil.

À guisa de conclusão de tudo o que disse, quero, finalmente, manifestar minha inteira concordância com o que escreveu no **Jornal do Brasil**, edição de 16 de dezembro último, o seu redator, Wilson Figueiredo. Eis suas palavras: “a social-democracia que nos convém não pode exagerar para o lado do liberalismo, nem para a versão do socialismo. Meio a meio seria insuficiente? Nada de confundir social-democracia com socialismo democrático, que é a velha idéia socialista associada à garantia democrática, invariavelmente sacrificada como um cordeiro para aplacar a ira estatal. Socialismo (...), como se sabe, mas se esquece, é a socialização dos meios de produção: o Estado assume, por cima da sociedade, espaços econômicos absolutamente estranhos à sua índole. Liberalismo, ao contrário, é o máximo de privatização ou a socialização do prejuízo. Em situação pós-moderna, a privatização retoma ao Estado tudo que ele realizou a pedido dos cidadãos, é o Estado definitivamente abaixo da sociedade.

Estaria a democracia (...) no meio? Não. Metade de socialismo e metade de liberalismo não fazem uma social-democracia”.

Mas, então, como descrevê-la?  
Responde Wilson Figueiredo:

“Foi uma premonição que ofuscou Eduard Bernstein há cem anos: ele percebeu que tudo ia depender da classe média, que não estava nos cálculos de Marx. Foi chamado de revisionista pelos donos da história, mas não perdeu por esperar. Cresceu tanto a classe média que o marxismo não deu conta do recado nem onde já estava no poder. O espírito pequeno-burguês sopra por toda a parte. A social-democracia veio num crescendo desde a metade do século, mas neste final está exagerando. Só no Brasil ela ainda espera ser tirada para dançar.

“A nossa solução econômica terá de ser parecida com a economia de mercado, a tal que trabalha com a mão invisível e que aumenta sua produtividade quando serve a um braço social-democrata. Na verdade, a economia não pode ser apenas de mercado sem devorar os próprios filhos. Que seja, mas parecendo o oposto. Aí, sim, será social-democracia. Para o Brasil merecer o louvor social-democrata da Europa, onde ele nasceu, tem o principal: a classe média disposta a fazer história por conta própria. Com gente desse porte, pode-se pretender muito mais que democracia relativa-



mente liberal. Bernstein acertou na marca, embora tenha mirado mais embaixo. Apostou na democracia e ganhou o grande prêmio social-democrata quando atribuiu à classe média um papel que, com o tempo, se tornaria o principal.

"Se a direita, como a conhecemos e praticamos furtivamente, padece da falta de fôlego que a deixa arfante em qualquer esforço, já é tempo de pensar na social-democracia como a melhor possibilidade à espera de oportunidade."

Julgo que o atual Governo poderia, com honestidade e boa intenção, pensar nisso. Quem sabe, é, ainda, tempo de evitar o retrocesso e o caos!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos De'Carli.

**O SR. CARLOS DE'CARLI (PTB — AM.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Região Amazônica vem lutando há longos anos para reverter o quadro de desfavorecimento diante das demais regiões, tentando diminuir assim os sérios desequilíbrios regionais que a tem marginalizado e punido a sua população.

A recente proposta do Governo de estabelecer uma política de desqualização no preço dos combustíveis e derivados representa um retrocesso nessa luta, pela inoportunidade da medida e porque ela representará uma verdadeira tragédia para as populações interiores, pagando pelos combustíveis um preço quintuplicado.

Não bastasse a distância, o isolamento, a ausência de infra-estrutura, a pobreza, a penúria de recursos, a falta de investimentos e de emprego, essas populações, totalmente desprotegidas ainda sofrem a ameaça de serem inviabilizadas o abastecimento de combustível e todo o sistema de transporte, provocando, certamente, um êxodo rural maciço em direção às grandes cidades, inviabilizando-as totalmente.

Essa medida, se for colocada em prática, provocará a destruição da base econômica de sustentação dessas cidades, gerando o caos social e agravando os problemas de favelização, desemprego, violência, crime e marginalidade.

A política de desqualização certamente trará no seu bojo a retração e regressão da fronteira agrícola, tanto nas zonas de fronteira quanto nas frentes de expansão localizadas nas Regiões Noroeste, Centro, Nordeste brasileiro e Amazônica, pois não teriam como continuar produzindo, em face dos altíssimos custos de transferências de frete e transporte que teriam que enfrentar, em virtude dos altos custos derivados de petróleo que ali seriam praticados.

Seria um rude golpe na interiorização do desenvolvimento brasileiro e desestimularia as frentes pioneiras de ocupação e desenvolvimento nessas novas regiões que estão sendo colonizadas pelas populações nativas e por

populações provenientes de outras regiões brasileiras.

É inadmissível que se queira praticar preços extorsivos sobre populações empobrecidas que não teriam como arcar com tarifas tão altas, provocando o colapso na estrutura dessas comunidades, com o conseqüente fechamento e inviabilidade de escolas, hospitais e centros de saúde.

A unificação de preços de combustíveis e derivados de petróleo foi uma grande conquista do povo brasileiro, há mais de 20 anos, e permitiu a diminuição da desigualdade entre as regiões e a redução dos custos de transferência do frete para a navegação, bem como para os transportes de média e longa distância.

Permitiu ainda, Sr. Presidente, a eletrificação das cidades do interior, vilas e povoados e viabilizou pequenos estabelecimentos industriais.

As populações das regiões ameaçadas por essa medida do Governo reclamam por equidade e por um tratamento que não os discrimine, compensando, assim, o esforço que fazem para garantir a presença brasileira nos mais longínquos rincões.

Os combustíveis líquidos e gasosos estimulam na região o desenvolvimento auto-sustentado, evitando o uso da madeira e do carvão que são altamente prejudiciais à preservação do meio ambiente e uma das principais causas do desmatamento e das queimadas.

Essa malfadada política de desqualização de preços já não é mais uma ameaça. Ela já começou a ser implementada pela Portaria nº 9/91, do Departamento Nacional de Combustíveis, publicada no Diário Oficial da União de 7 de março de 1991.

De acordo com a portaria, o gás liquefeito de petróleo, quando consumido para fins comerciais e industriais, sofrerá um acréscimo de Cr\$ 54,93 por quilo, referente à parcela subsidiada do frete de uniformização de preços.

Quando essas remessas forem feitas para o interior, além do pagamento desse acréscimo do FUP, estarão sujeitas ao pagamento de fretes e transportes, pois não haverá mais ressarcimento de fretes para essas comunidades.

Permanecem, portanto, os preços únicos dos combustíveis apenas para os consumidores familiares e institucionais, não se sabendo até quando vão perdurar esses preços.

Não podemos permitir que o Governo federal viabilize a sua proposta, pois assistiremos à regressão da fronteira humana e o processo de despovoamento dessas longínquas regiões brasileiras.

Estaríamos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, renunciando ao nosso destino de continentalidade e grandeza territorial que sempre caracterizou a diplomacia brasileira e agravando, irremediavelmente, as desigualdades regionais e atingindo, mortalmente, a soberania brasileira.

Faço um apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Ministro da Infra-Estrutura no sentido de reavaliarem a

proposta de desqualização dos preços dos combustíveis, permitindo-nos, assim, sonhar com dias menos sombrios para o Região Amazônica.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho nas mãos, em papel timbrado da Câmara Municipal de Angra dos Reis, um documento impressionante, assinado a 22 de março próximo passado, pelas seguintes entidades daquele formoso, e tão cheio de tradições, Município do Estado do Rio de Janeiro: Câmara Municipal e Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Industrial, Clube dos Diretores Lojistas, Conselho Municipal de Associações de Moradores, e pelos sindicatos seguintes, com sede ou delegacia em Angra dos Reis: dos Portuários, dos Trabalhadores de Blocos, dos Arrumadores, dos Conferentes, dos Vigias Portuários, dos Consertadores, dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, dos Metalúrgicos e, enfim, pelo Sindicato dos Estivadores, Operadores e Trabalhadores Especializados em Carga e Descarga de Minérios, Materiais Siderúrgicos e outras Cargas nos Portos de Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba e Itacuruçá.

O documento é a Carta de Angra, que no seu parágrafo introdutório diz, *ipsis literis*, o que lerei para V. Ex<sup>ta</sup>:

"O povo de Angra dos Reis, com a efetiva participação dos Poderes Legislativo e Executivo, trabalhadores da orla marítima, sindicalistas, empresários e membros em geral da comunidade, em decorrência do debate público ocorrido nesta data, na Câmara Municipal de Angra dos Reis, definiu princípios que acredita devam nortear o procedimento dos legisladores federais quando da votação do Projeto de Lei nº 8/91."

Tal projeto de lei, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o que trata da desativação do porto de Angra dos Reis. A Carta de Angra chama a atenção, em termos candentes, para o despropósito e o descalabro que seria o encerramento da atividade desse porto.

Lembra o documento que Angra tem um terço de sua população vivendo em função do porto, que a economia do município dependia em mais de 25% do porto, dependendo agora, com a paraalisiação das atividades do Estaleiro Verolme, em mais de 35%, que o porto não vê dragagem há mais de 20 anos, que o seu equipamento, que é quase nenhum, ainda funciona graças à dedicação dos trabalhadores, que o porto é rentável, embora jamais veja o retorno de pelo menos parate da receita que costuma ficar na caixa da Cia. Docas do Rio de Janeiro, e que, numa tirada de profundo sentimento,

o porto de Angra dos Reis, além de patrimônio do município é o coração e a razão da vida de 30 mil angrenses.

Sr. Presidente, na quarta-feira, 3 de abril de 1991, "Dia Angrense da Defesa do Porto", o povo de Angra dos Reis paralisou todas as suas atividades, fechou tudo e se pôs de luto, como Município, numa espantosa demonstração de unidade.

Será preciso mais que isso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, para que sejamos tocados e votemos contra a aprovação do Projeto de Lei n.º 8/91? Acredito que não. Que poderosas razões de estado haverá que possam justificar medida que contrarie uma unidade popular tão significativa? Acredito que nenhuma.

E é por isso, Sr. Senadores, e por acreditar naquele humanismo baseado nas necessidades humanas a que já me referi desta tribuna, e por acreditar nesta tribuna, e por, além de tudo, confiar na sensibilidade de V. Ex.ª, é que espero que o projeto de lei que determina a inação do porto de Angra dos Reis seja reprovado quando de sua votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN (PDT — SC.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr.ª e Srs. Senadores, os dias 22 e 23 de maio foram marcados, pelas Centrais Sindicais, para uma greve geral dos trabalhadores do País.

Não cabe prever se o movimento terá ou não êxito. Certamente os promotores e organizadores da greve afirmarão, ao seu final, que a iniciativa foi um sucesso, enquanto o Governo dirá que a paralisação foi apenas parcial, limitada, localizada.

Mas cabe fazer uma breve análise sobre a iniciativa dos trabalhadores.

A classe trabalhadora intenta a paralização para dizer ao Governo, ao patronato e à sociedade, que chegou ao seu limite de sacrifício.

Como nunca na história do País, o trabalhador brasileiro sofre pelo lado do emprego — melhor seria dizer o desemprego — e pelo lado dos salários — melhor seria dizer dos baixos salários. Nunca houve no Brasil um número tão elevado de desempregados — isto é, de pessoas que tiveram empregos e que dos perderam.

Nem cogitamos, aqui, daqueles que sequer ingressaram no mercado de trabalho.

São as legiões de trabalhadores deste País que engrossam, como nunca, as estatísticas do desemprego, vítima da recessão profunda, prolongada, principal "obra" do Governo Collor.

E aqueles que, a duras penas, conseguem manter seus empregos, amargam o rebaixamento continuado dos salários, cada vez mais insuficientes para dar conta mínima das necessidades de familiares.

É verdade, sim, que as políticas recessivas prejudicam as empresas e os empresários. Mas prejudicam mais e antes os trabalhadores, que logo perdem seus empregos e também o seu poder de barganha para melhorar seus ganhos e equilibrar seus salários com a inflação.

As políticas recessivas servem, supostamente, para combater e derrubar a inflação.

Assim, os trabalhadores perdem na inflação, quando seus salários não podem ser remarcados como os demais preços.

E perdem nas fórmulas recessivas de combater o mal inflacionário. São suas primeiras e principais vítimas.

Nunca tivemos tantos desempregados, nem jamais foram tão drasticamente reduzidos os salários: eis as razões objetivas da greve geral.

Ou seja, a greve geral é um grito de protesto, contra a política econômica salarial, as políticas sociais do Governo Collor.

Não se tem muita esperança que o clamor dos trabalhadores seja ouvido pelos dirigentes do País. Afinal, são eles os formuladores da atual política, e certamente eles conhecem as suas consequências perversas.

Além do mais, basta ver como o Governo trata os seus funcionários.

Se é forte o arrocho no setor privado, pior e mais agudo é o arrocho no setor público.

Não fossem suficientes os baixos salários no setor público, os servidores federais tem sido alvo de todo o ranço governista contra o próprio setor público.

Aí estão as disponibilidades, aí está a ameaça de demissões em massa, e de fechamento e privatização de empresas.

O funcionalismo federal vive sob o regime do terror, da intimidação.

Em alguns estados, como Santa Catarina, os governos locais seguem políticas semelhantes, deixando servidores em permanente estado de angústia e perplexidade.

Que os apelos da classe trabalhadora não irão às autoridades que dirigem a economia, tenho quase certeza.

Mas os trabalhadores fazem o que têm que fazer: protestam, vão à luta.

Somos solidários com a classe trabalhadora na greve geral, nossa voz também protesta e diz não a isso que aí está.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!).

**O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella)** — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1 REQUERIMENTO N.º 168, DE 1991

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 168, de 1991, de autoria do Senador Josaphat Marinho, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 9 e 39, de 1991 — Complementares, dos Senadores Marco Maciel e Fernando Henrique Cardoso, que estabeleceu normas gerais de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

### 2 REQUERIMENTO N.º 181, DE 1991

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 181, de 1991, de autoria do Senador Wilson Martins, solicitando, nos termos regimentais, tenham tramitação conjunta os Projetos de Lei do Senado n.ºs 45 e 52, de 1991, de autoria dos Senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, que regulamentam o inciso XX do art. 7.º da Constituição Federal.

### 3 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 73, DE 1990

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1990 (n.º 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob n.º 57, de 1991, da Comissão

— de Assuntos Sociais.

### 4 PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 98, DE 1990

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 98, de 1990 (n.º 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, tendo



PARERE FAVORÁVEL, sob n.º 58, de 1991, da Comissão

— de Assuntos Sociais.

## 5 PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 1, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 1, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães e outros Senhores Senadores, que altera a modalidade de votação estabelecida no § 4.º do art. 66 da Constituição Federal. (3.ª sessão de discussão.)

## 6 PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 2, DE 1991

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 2, de 1991, de autoria do Senador Affonso Camargo e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao inciso III § 2.º do art. 155 da Constituição. (3.ª sessão de discussão.)

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 55 minutos.)

### ATO DO PRESIDENTE N.º 483, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei n.º 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora n.º 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 3.667/91-0, resolve tornar sem efeito o Ato n.º 357, de 1991, desta Presidência, que nomeou José Eduardo Ferraz do Amaral, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código SF-DAS-102.3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 26 de fevereiro de 1991.

Senado Federal, 21 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE N.º 484, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 16.408/90-0, resolve alterar o Ato desta Presidência n.º 11, de 1985, publicado no DCN, Seção II, de 2-3-85, para manter aposentado, por invalidez, o servidor João de Deus Vizioli, no cargo de Analista Legislativo, Área de Segurança, Classe 1A, Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso

III, alínea a, 67 e 192, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, bem como os arts. 490 e 492, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e artigo 1º da Lei n.º 1.050, de 1950, a partir de 18 de dezembro de 1990, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal. Senado Federal, 21 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides — Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE N.º 485, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 8.905/91-6, resolve designar Rogério Costa Rodrigues, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro Permanente do Senado Federal, para responder pelo expediente da Subsecretaria de Análise, durante os eventuais impedimentos do titular.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides — Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE N.º 486, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, 2º, da Lei n.º 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora n.º 1, de 1991 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 7.481/91-8, resolve exonerar José Alexandre Correia de Caldas Rodrigues, do cargo em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir de 19 de abril de 1991.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides — Presidente.

7

## PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 4, DE 1991

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, do Regimento Interno.)

Altera a redação do inciso I do art. 37 da Constituição Federal.

8

## PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 5, DE 1991

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, do Regimento Interno.)

Altera a redação do art. 28, item II, do art. 29 e § 2.º do art. 32 da Constituição Federal.

9

## PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 6, DE 1991

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do art. 358, do Regimento Interno.)

Dá nova redação à letra b, do inciso X do § 2.º do art. 155 da Constituição Federal.

### ATO DO PRESIDENTE N.º 487, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 2, de 1973, de acordo com o disposto no art. 243, § 2º, da Lei n.º 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora n.º 1, de 1991 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 7.481/91-8, resolve nomear José Alexandre Correia de Caldas Rodrigues, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código SF-DAS-102.3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Chagas Rodrigues, a partir de 19 de abril de 1991.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides — Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE N.º 488, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora n.º 2, de 1973, de acordo com o disposto no art. 243, § 2º, da Lei n.º 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora n.º 1, de 1991, resolve nomear Denise Sá Botelho para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Fogaça, a partir de 8 de maio de 1991.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides — Presidente.

### ATO DO PRESIDENTE N.º 489, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de

competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 7.704/91-7, resolve nomear Rubens Procópio de Abreu, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Líder do PDC, Senador Amazonino Mendes, a partir de 24 de abril de 1991.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 490, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear Uary Lopes de Souza, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Júlio Campos, a partir de 9 de maio de 1991.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 491, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamen-

tar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve tornar sem efeito o Ato nº 399, de 1991, desta Presidência, que nomeou o Senhor Admar Ubaldo de Almeida Cruz para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Gabinete do Senador Flaviano Melo, a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 492, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990 e no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, resolve nomear José Marcos Ferreira da Cruz para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flaviano Melo, a partir de 17 de maio de 1991.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 493, DE 1991

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da

Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 8.539/91-0, resolve exonerar Antonio Carlos dos Santos, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, Código SF-DAS-102.1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir de 30 de abril de 1991.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

#### ATO DO PRESIDENTE Nº 494, DE 1991

Altera os Quadros de Detalhamento da Despesa fixada nos Orçamentos do Senado Federal, Cegraf e Prodasen, para o exercício de 1991.

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no artigo 54, § 4º, da Lei nº 8.074, de 31 de julho de 1990, resolve:

Art. 1º Ficam alterados, na forma dos Anexos I a IV, os Quadros de Detalhamento da Despesa fixada nos Orçamentos das Unidades a seguir relacionadas, na parte de pessoal e encargos sociais:

Código 02101 — Senado Federal  
Código 02102 — Centro Gráfico do Senado Federal

Código 02103 — Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a esta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

02.000 - SENADO FEDERAL

#### ANEXO I

02.101 - SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.000,00.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação dos Serviços Legislativos				
Encargos com Administração de Pessoal e de Administração Geral no Desenvolvimento das Atividades Parlamentares e Administrativas				
01.001.0001.2021.0002 - Funcionamento do Senado Federal	3.1.90.11	100	120.100	120.100
	3.1.90.14	100	490.000	490.000

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
610.100	610.100	610.100

02.000 - SENADO FEDERAL

ANEXO II

02.101 - SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERENCIAS - SEGURIDADE		
E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	T O T A L
15.082.0495.2013 - Encargos com Inativos e Pensionistas				
Assegurar a subsistência pecuniária a que fazem jus os inativos e seus dependentes				
15.082.0495.2013.0009 - Encargos com Pensionistas	3.1.90.09	100	30.000	30.000

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
30.000	30.000	30.000

*Handwritten signature/initials*

02.000 - SENADO FEDERAL

## ANEXO III

02.101 - SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.000,0

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.001.0001.2021 - Administração e Coordenação do Serviços Legislativos Encargos com Administração de Pessoal e de Administração Geral no Desenvolvimento das Atividades Parlamentares e Administrativas				
01.001.0001.2021.20002 - Funcionamento do Senado Federal	3.1.90.10	100	10.000	10.000
	3.1.90.13	100	500.000	500.000
	3.1.90.16	100	100.100	100.100

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
610.100	610.100	610.100

02.000 - SENADO FEDERAL

## ANEXO IV

02.101 - SENADO FEDERAL

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - SEGURIDADE		
E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	T O T A L
15.082.0495.2013 - Encargos com Inativos e Pensionistas				
Assegurar a subsistência pecuniária a que fazem jus os inativos e seus dependentes				
	3.1.90.10	100	1.000	1.000
15.082.0495.2013.0001 - Encargos com Inativos	3.1.90.92	100	29.000	29.000

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
30.000	30.000	30.000

02.000 - SENADO FEDERAL

ANEXO V

02.102 - CENTRO GRÁFICO

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	T O T A L
01.007.0023.2025 - Administração e Coordenação dos Serviços Gráficos  Divulgar as atividades do Poder Legislativo através da execução de serviços de artes gráficas de interesse do Congresso Nacional				
01.007.0023.2025.0001 - Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	3.1.90.17	100	3.664.921	3.664.921

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
3.664.921	3.664.921	3.664.921

02.000 - SENADO FEDERAL

ANEXO VI

02.102 - CENTRO GRÁFICO

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	T O T A L
01.007.0023.2025 - Administração e Coordenação dos Serviços Gráficos				
Divulgar as atividades do Poder Legislativo através da execução de serviços de artes gráficas de interesse do Congresso Nacional				
01.007.0023.2025.0001 - Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal	3.1.90.01	100	110.000	110.000
	3.1.90.03	100	54.921	54.921
	3.1.90.10	100	100.000	100.000
	3.1.90.11	100	3.400.000	3.400.000

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
3.664.921	3.664.921	3.664.921

*[Handwritten signature]*

02.000 - SENADO FEDERAL

## ANEXO VII

02.103 - CENTRO DE INFORMATICA E PROCESSAMENTO DE DADOS

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA	FONTE	DETALHAÇO	T O T A L
01.007.0024.2026 - Administração e Coordenação dos Serviços de Informática				
01.007.0024.2026.0001 - Manutenção do Centro de Informática e Processamento de Dados	3.1.90.11	100	48.800	48.800

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
48.800	48.800	48.800



02.000 - SENADO FEDERAL

ANEXO VIII

02.103 - CENTRO DE INFORMÁTICA E PROCESSAMENTO DE DADOS

Em Cr\$ 1.000,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO		RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL		
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0024.2026 - Administração e Coordenação dos Serviços de Informática				
01.007.0024.2026.0001 - Manutenção do Centro de Informática e Processamento de Dados	3.1.90.01	100	36.000	36.000
	3.1.90.03	100	12.000	12.000
	3.1.90.10	100	800	800

RECURSOS DO TESOURO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	TOTAL
48.800	48.800	48.800

**ATO DO PRESIDENTE**  
**Nº 495, DE 1991**

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 3º, da Resolução SF nº 130, de 1980, no artigo 4º do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do processo nº 6.613/91-8, resolve rescindir, a partir de 5

de abril de 1991, o contrato de trabalho, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de Stela Siqueira Campos, do emprego de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Moisés Abrão.

Senado Federal, 22 de maio de 1991. —  
Senador **Mauro Benevides**, Presidente.

**SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DE COMPRAS**  
**CONTRATAÇÕES E ALIENAÇÕES****PORTARIA Nº 1/91**  
**(da Comissão Permanente de Licitação)**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no uso de suas atribuições e de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo art. 2 do Ato nº 122, de 1990, do Presidente, decide:

Designar Sylvio Vieira Peixoto Neto, Técnico Legislativo, matrícula 3534, para substituir a titular no período de 29 de maio a 3 de junho de 1991.

Copeli, 21 de maio de 1991. — **Martha Lyra Nascimento**, Presidente.